

História

9.º ano



Ministério
da Educação



Manual Digital na app
EV Smart Book e em
www.escolavirtual.cv



Explora o manual digital do teu livro



Exercícios Interativos

Para resolução com *feedback* imediato.



Vídeos e interatividades

Explicam a matéria de forma motivadora.



Jogos

Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.



Áudios

Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.



QuizEV

Desafiam-te a mostrares o que sabes. Podes, também, jogar com os teus amigos.



História

9.º ano



Acede ao teu manual digital

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv

Podes também aceder ao teu livro através da **app EV Smart Book**



Ministério da Educação

Conhece o teu manual

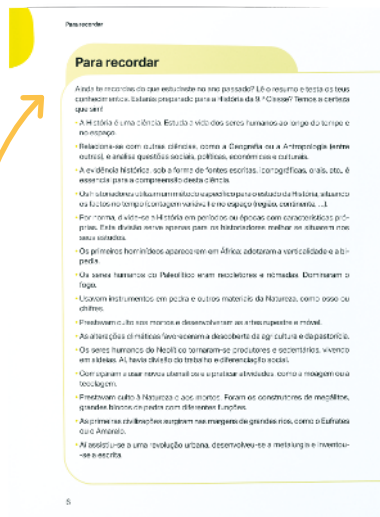
O presente manual permitirá aos alunos, na via geral e no 9.º ano, a aquisição de conhecimentos e competências essenciais em História. É um instrumento de apoio ao ensino e à aprendizagem, abordando conteúdos de História Universal, de História de África e de Cabo Verde (da Idade Média até à Época Contemporânea).

O fundamento principal deste material didático (sobretudo para o aluno) é permitir que, ainda na via geral, todos os estudantes no 9.º ano, em Cabo Verde, possam ter uma perspetiva global da História, pois a partir do 10.º ano muitos não voltarão a cruzar-se com esta área do saber no seu percurso do Ensino Secundário, tendo em conta a opção por outras áreas específicas.

O conteúdo deste manual escolar pode, pois, ajudar professores e alunos a melhor aprenderem o programa da disciplina que, com a sua vocação orientadora, não impede que sejam priorizados que, com a sua vocação orientadora, não impede que sejam priorizados temas históricos essenciais e úteis à formação geral de cada um. Na verdade, salvaguarda a pertinência de um conhecimento a História amplo e competente, porque considera, em tempos diferentes, o continente onde vivemos e, em particular, o nosso país, Cabo Verde, além de outros lugares do Mundo.

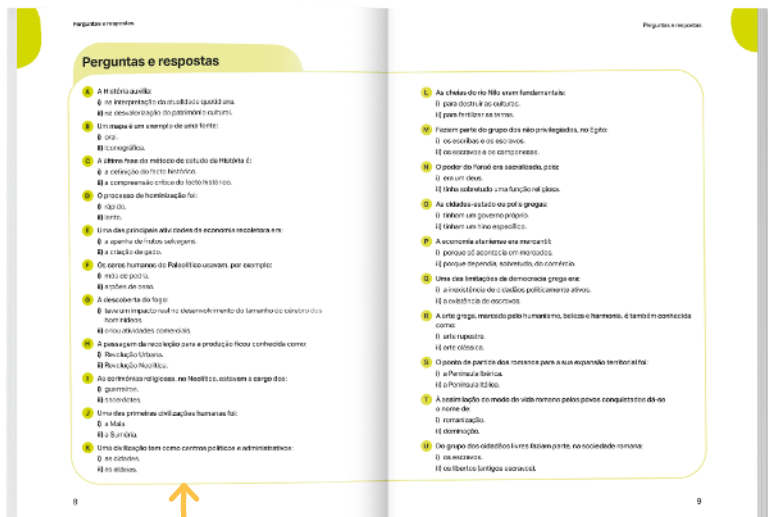
O teu livro começa...

Para recordar



Síntese dos conteúdos estudados no ano anterior

Perguntas e respostas



Teste diagnóstico para aferir os conteúdos aprendidos no ano passado

Cada tema é composto por...

História da Idade Moderna (séculos XV-XVIII)

Unidade VII
O Antigo Regime – séculos XVI, XVII e XVIII e sua relação com o sistema escravocrata em Cabo Verde

Introdução geral sobre as características do Antigo Regime
Avanços na ciência e no pensamento
Cabo Verde e o sistema escravocrata moderno instituído a partir da Idade Moderna
Cabo Verde e as analogias com a sociedade do Antigo Regime

1600 1650 1700 1750 1800

Século da escravidão em Cabo Verde
1650
1660
1680

Tema e unidades

Friso cronológico relativo aos acontecimentos a estudar em cada unidade

Objetivos de aprendizagem de cada tema

Perguntas para abordar os temas a tratar em cada unidade

Recursos digitais

Documentos escritos

Portugueses e espanhóis pelo Atlântico

Para onde os portugueses se dirigiram? E o Império Espanhol, como se formou?

Fig. 13 Os ramos do império português.

Fig. 14 A grande Espanha na América do Sul.

Fig. 15 Cabo Verde e Ilhas da Madeira, no Atlântico.

Portugueses e espanhóis pelo Atlântico

Os ramos da expansão portuguesa

A expansão portuguesa conheceu o primeiro estágio, de acordo com as circunstâncias políticas e sociais de cada momento. Cronologicamente, destacam-se alguns dos momentos mais importantes de alargamento do território nacional português por via marítima:

- 1419 – início com a conquista de Ceuta, no norte de África, que se revelou um importante ponto de partida para as viagens de descoberta;
- entre 1434 e 1482 – exploração das costas africanas, nomeadamente dos arquipélagos atlânticos, como Cabo Verde, chegando do Cabo das Tormentas até São Tomé e Príncipe, no sul da África, a primeiro contacto com o Oceano Índico;
- 1482 – aquisição do Estado de Terceira, por Portugal e Espanha, uma estratégia básica para o contacto com as costas do Atlântico ocidental;
- 1498 – descoberta do caminho marítimo para a Índia (África), numa viagem liderada por Vasco da Gama;
- 1500 – chegada das embarcações portuguesas, lideradas por Pedro Álvares Cabral, ao Brasil, no Atlântico do Sul.

A formação do Império Espanhol

A partir de 1492, Espanha unificou o seu território e iniciou a formação de um império fora do português. Após a chegada de Cristóvão Colombo e de sua frota à América, os espanhóis procuraram nesse continente riquezas, como ouro e prata. Encontraram riquezas ricas e nobres.

No continente americano vivem povos com diferentes culturas, os quais tinham desenvolvido civilizações bastante avançadas, como os Astecas, os Maias ou os Incas. Estes povos desenvolveram sociedades com organização por locais e uma estrutura social e religiosa bastante complexadas. Deu origem ao termo de *Mezotico* e da *Mesoamérica*, por exemplo, *Meso* quer dizer, no mesmo, como da Europa. Implica referir que um idioma muito importante, como o Maia, a civilização da organização da agricultura, a sua organização, com a utilização de estruturas organizadas, algo semelhante ao do Antigo Egipto, assim como a utilização de um complexo sistema de escrita, também com alguns paralelos relativamente ao Egipto faraónico.

Os espanhóis foram capazes de os derrotar em parte por conta da tecnologia militar, pois passaram já a usar a pólvora no momento das batalhas, que não era usada pelos povos indígenas. Além disso, também conseguiram contar com o auxílio de comunidades indígenas, a maioria de outros povos e em conflito com o poder central.

Devido ao fator decisivo, o que impulsionou os dois povos, consideramos as relações entre eles. Com as armas de fogo e a pólvora, os espanhóis tinham vantagem sobre os indígenas, que não tinham pólvora. Além disso, os espanhóis tinham a vantagem de serem cristãos, o que os ajudava a ganhar a confiança dos indígenas, que eram pagãos.

Em resumo, os povos ameríndios, o sucesso de resistir ao invasor, viram as suas civilizações sofrerem significativas alterações, que acabaram mesmo por levar à sua extinção.

Quando conquistaram o território, impôs-lhe o seu poder, os espanhóis estabeleceram as suas fronteiras, organizaram o território e sobrelheito, e entre dos povos que se encontravam a transformar-se para dar forma ao povoamento na América e nas suas colónias no continente americano.

Das fontes de respostas

1. Identificar os acontecimentos históricos, indica os responsáveis por cada um dos eventos (Fig. 13).
2. Explicar os fatores que permitiram aos espanhóis derrotar os povos ameríndios (Fig. 13).

Mapas de apoio à aprendizagem

Textos explicativos de acordo com o Programa

Perguntas de revisão para consolidação dos conhecimentos

0 Para recordar 6

Para recordar	6
Perguntas e respostas	8

1 História da Idade Média (Séc. V-XV) 10

I. A Idade Média (Séc. V-XV): o nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental face às distintas civilizações do mundo	10
O nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental	12
“Bárbaros”: instalação e consequências imediatas	15
Organização política e cristandade ocidental	19
A sociedade medieval entre os séculos IX e XII	22
Civilização islâmica e seu contributo para a mentalidade medieval	25
O Islamismo até à atualidade: marcas e seguidores	27
II. Introdução geral sobre a evolução cultural e política do Ocidente Medieval	30
Século XII a meados do século XIV – tempos áureos	32
A vida urbana: população e cultura	35
Organização do poder entre os séculos XII e XIV	38
A cultura na Idade Média	40
A arte na Idade Média	43
III. Organização social, política e económica da África de 900 a 1500 – progressos no continente	46
África antes do século XV	48
África pré-colonial: os Reinos	55

2 História da Idade Moderna (Séc. XV-XVIII) 60

IV. A Idade Moderna (Séc. XV-XVIII) e relações históricas atlânticas iniciadas. Cabo Verde nas memórias do Atlântico	60
Periodização relacionada com a Idade Moderna	62
O pioneirismo ibérico nas relações com o Atlântico	65
Portugueses e espanhóis pelo Atlântico	68
Cabo Verde: achamento, início do povoamento e primeiras formas administrativas	71
Contributo do arquipélago como escala e para a perceção global do mundo. Marcas culturais do contacto entre povos	73
V. Portugal no contexto europeu nos séculos XVI-XVII. Dinâmicas socioeconómicas do arquipélago de Cabo Verde no mesmo período	75
O Império português e a concorrência internacional	80
Cabo Verde: prosseguimento do povoamento e administração	83
Impulsos para a criação de uma economia local	85
A Igreja e a religiosidade nas ilhas	88
As permutas culturais entre a Europa e os outros continentes	90

VI. Renascimento e Humanismo. Movimentos reformistas dos séculos XVI e XVII	95
Renascimento e Humanismo: conceptualização, suas tendências e difusão	96
Os valores do Renascimento	99
A crise religiosa no século XVI e os movimentos reformistas	102
VII. O Antigo Regime – Séc. XVI, XVII e XVIII e sua relação com o sistema escravocrata em Cabo Verde	109
Introdução geral sobre as características do Antigo Regime	110
Avanços na ciência e no pensamento	113
Cabo Verde e o sistema escravocrata moderno instituído a partir da Idade Moderna	116
Cabo Verde e as analogias com a sociedade do Antigo Regime	119

3 História da Idade Contemporânea (do século XVIII aos nossos dias)

124

VIII. As raízes e bases teóricas da contemporaneidade no século XVII e suas repercussões posteriores	124
Periodização da Idade Contemporânea	126
O Iluminismo e a projeção das revoluções liberais	128
O triunfo da revolução inglesa e do Parlamentarismo inglês	131
As revoluções americana (1776) e francesa (1789)	134
IX. Os movimentos liberais/autonomistas e populares na América Latina e nas ilhas de Cabo Verde	143
Os reflexos do liberalismo na América Latina e em Cabo Verde	144
X. O contexto mundial do século XIX, a África e Cabo Verde no mesmo período	151
O mundo industrializado no século XIX: balanço genérico	152
A sociedade europeia no século XIX	157
Avanços científicos e opções artísticas	162
Cabo Verde: percursos da educação e novas dinâmicas urbanas	165
A África no século XIX antes e depois da corrida maciça dos europeus ao continente	168
XI. Século XX e o Mundo envolvido em dois grandes conflitos mundiais: Primeira Guerra (1914-1918) e Segunda Guerra (1939-1945)	175
Diferenças entre as duas Grandes Guerras Mundiais: causas e consequências	176
Cabo Verde no contexto do despertar nacionalista africano, após a 2.ª Guerra Mundial	182
A luta de libertação nacional e seus protagonistas	185
A independência nacional, construção do Estado e democratização	188
Referências bibliográficas	194

Para recordar

Ainda te recordas do que estudaste no ano passado? Lê o resumo e testa os teus conhecimentos. Estarás preparado para a História da 9.ª Classe? Temos a certeza que sim!

- A História é uma ciência. Estuda a vida dos seres humanos ao longo do tempo e no espaço.
- Relaciona-se com outras ciências, como a Geografia ou a Antropologia (entre outras), e analisa questões sociais, políticas, económicas e culturais.
- A evidência histórica, sob a forma de fontes escritas, iconográficas, orais, etc., é essencial para a compreensão desta ciência.
- Os historiadores utilizam um método específico para o estudo da História, situando os factos no tempo (contagem variável) e no espaço (região, continente, ...).
- Por norma, divide-se a História em períodos ou épocas com características próprias. Esta divisão serve apenas para os historiadores melhor se situarem nos seus estudos.
- Os primeiros homínídeos aparecerem em África; adotaram a verticalidade e a bipedia.
- Os seres humanos do Paleolítico eram recoletores e nómadas. Dominaram o fogo.
- Usavam instrumentos em pedra e outros materiais da Natureza, como osso ou chifres.
- Prestavam culto aos mortos e desenvolveram as artes rupestre e móvel.
- As alterações climáticas favoreceram a descoberta da agricultura e da pastorícia.
- Os seres humanos do Neolítico tornaram-se produtores e sedentários, vivendo em aldeias. Aí, havia divisão do trabalho e diferenciação social.
- Começaram a usar novos utensílios e a praticar atividades, como a moagem ou a tecelagem.
- Prestavam culto à Natureza e aos mortos. Foram os construtores de megálitos, grandes blocos de pedra com diferentes funções.
- As primeiras civilizações surgiram nas margens de grandes rios, como o Eufrates ou o Amarelo.
- Aí assistiu-se a uma revolução urbana, desenvolveu-se a metalurgia e inventou-se a escrita.

- A civilização egípcia nasceu junto ao rio Nilo, que era adorado como um deus.
- A agricultura era a principal atividade económica dos egípcios, mas também praticavam a pesca, o artesanato e o comércio.
- A sociedade apresentava-se hierarquizada, dividindo-se em dois grupos: privilegiados e não privilegiados. No topo, estava o Faraó, considerado um deus e cujo poder era absoluto.
- Os egípcios adoravam vários deuses (politeísmo), aos quais prestavam culto. Também praticavam o culto aos mortos, acreditando na imortalidade da alma e na reencarnação.
- A arte egípcia (arquitetura, escultura e pintura) ligava-se à sua religiosidade e ao culto dos mortos, destacando-se as pirâmides.
- Os egípcios estudaram Astronomia, Medicina e Matemática, além de terem criado a escrita hieroglífica.
- No século VIII a. C., os gregos organizaram-se em cidades-estado e avançaram na fundação de colónias.
- Os atenienses desenvolveram uma economia mercantil, marítima e monetária.
- A sociedade dividia-se em cidadãos, metecos e escravos. Politicamente, Atenas experienciou diferentes regimes políticos, com destaque para a democracia (da qual estavam excluídos os metecos e os escravos).
- Os gregos eram politeístas e prestavam culto aos deuses, por exemplo através dos Jogos Olímpicos.
- Criaram o teatro e desenvolveram a Filosofia, a História e a Matemática. A sua arte caracterizou-se pela beleza e pelo equilíbrio.
- Os romanos surgiram na cidade de Roma, mas formaram um extenso império. Chamaram ao Mar Mediterrâneo *mare nostrum*.
- O seu exército foi um elemento essencial para a Romanização dos territórios, a par da língua, das estradas, da administração e do urbanismo.
- A economia romana era urbana, comercial, monetária e escravagista.
- A sociedade distinguiu-se pela hierarquização, dividindo-se em homens livres e não livres. No topo, estava o Imperador (a partir de 27 a. C.; antes, Roma foi uma Monarquia e, depois, uma República).

Perguntas e respostas

- A** A História auxilia:
- i) na interpretação da atualidade quotidiana.
 - ii) na desvalorização do património cultural.
- B** Um mapa é um exemplo de uma fonte:
- i) oral.
 - ii) iconográfica.
- C** A última fase do método de estudo da História é:
- i) a definição do facto histórico.
 - ii) a compreensão crítica do facto histórico.
- D** O processo de hominização foi:
- i) rápido.
 - ii) lento.
- E** Uma das principais atividades da economia recoletora era:
- i) a apanha de frutos selvagens.
 - ii) a criação de gado.
- F** Os seres humanos do Paleolítico usavam, por exemplo:
- i) mós de pedra.
 - ii) arpões de osso.
- G** A descoberta do fogo:
- i) teve um impacto real no desenvolvimento do tamanho do cérebro dos homínídeos.
 - ii) criou atividades comerciais.
- H** A passagem da recolção para a produção ficou conhecida como:
- i) Revolução Urbana.
 - ii) Revolução Neolítica.
- I** As cerimónias religiosas, no Neolítico, estavam a cargo dos:
- i) guerreiros.
 - ii) sacerdotes.
- J** Uma das primeiras civilizações humanas foi:
- i) a Maia.
 - ii) a Suméria.
- K** Uma civilização tem como centros políticos e administrativos:
- i) as cidades.
 - ii) as aldeias.

- L** As cheias do rio Nilo eram fundamentais:
- para destruir as culturas.
 - para fertilizar as terras.
- M** Faziam parte do grupo dos não privilegiados, no Egito:
- os escribas e os escravos.
 - os escravos e os camponeses.
- N** O poder do Faraó era sacralizado, pois:
- era um deus.
 - tinha sobretudo uma função religiosa.
- O** As cidades-estado ou polis gregas:
- tinham um governo próprio.
 - tinham um hino específico.
- P** A economia ateniense era mercantil:
- porque só acontecia em mercados.
 - porque dependia, sobretudo, do comércio.
- Q** Uma das limitações da democracia grega era:
- a inexistência de cidadãos politicamente ativos.
 - a existência de escravos.
- R** A arte grega, marcada pelo humanismo, beleza e harmonia, é também conhecida como:
- arte rupestre.
 - arte clássica.
- S** O ponto de partida dos romanos para a sua expansão territorial foi:
- a Península Ibérica.
 - a Península Itálica.
- T** À assimilação do modo de vida romano pelos povos conquistados dá-se o nome de:
- romanização.
 - dominação.
- U** Do grupo dos cidadãos livres faziam parte, na sociedade romana:
- os escravos.
 - os libertos (antigos escravos).



Séc. V

Séc. VI

Séc. VII

Séc. VIII

Séc. IX


Séc. X

Séc. XI

Invasão "bárbara"
Fragmentação do Império Romano
do Ocidente

Expansão muçulmana e resposta cristã

Economia de subsistência
Economia comercial (algumas cidades)



História da Idade Média (séculos V-XV)

Unidade I

A Idade Média (séculos V-XV): o nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental face às distintas civilizações do mundo

- O nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental
- “Bárbaros”: instalação e consequências imediatas
- Organização política e cristandade ocidental
- A sociedade medieval entre os séculos IX e XII
- Civilização islâmica e seu contributo para a mentalidade medieval
- O Islamismo até à atualidade: marcas e seguidores

O nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental

O que se passou durante a Idade Média?

Qual a importância do africano Bispo de Hipona?

Usa-se, neste manual, a contagem do tempo estabelecida pelo Cristianismo (calendário cristão gregoriano). Mas, ainda hoje, há outras opções possíveis para a contagem do tempo.

Sobre o saque de Roma, diz São Jerónimo
Extinguiu-se a luz mais brilhante de toda a Terra, o Império Romano foi decapitado. Falando mais precisamente, pereceu todo o mundo com uma só cidade [...]. Quem acreditava que Roma, que se construiu com vitórias sobre o mundo inteiro, ruiria, que a mãe das nações se tornaria no seu túmulo?

São Jerónimo, teólogo cristão e doutor da Igreja, *Comentário a Ezequiel*, 410-414.



Fig. 2 Santo Agostinho (Bispo de Hipona) (original de Claudio Coello, 1642-1693).

Fig. 1 O início da Idade Média.

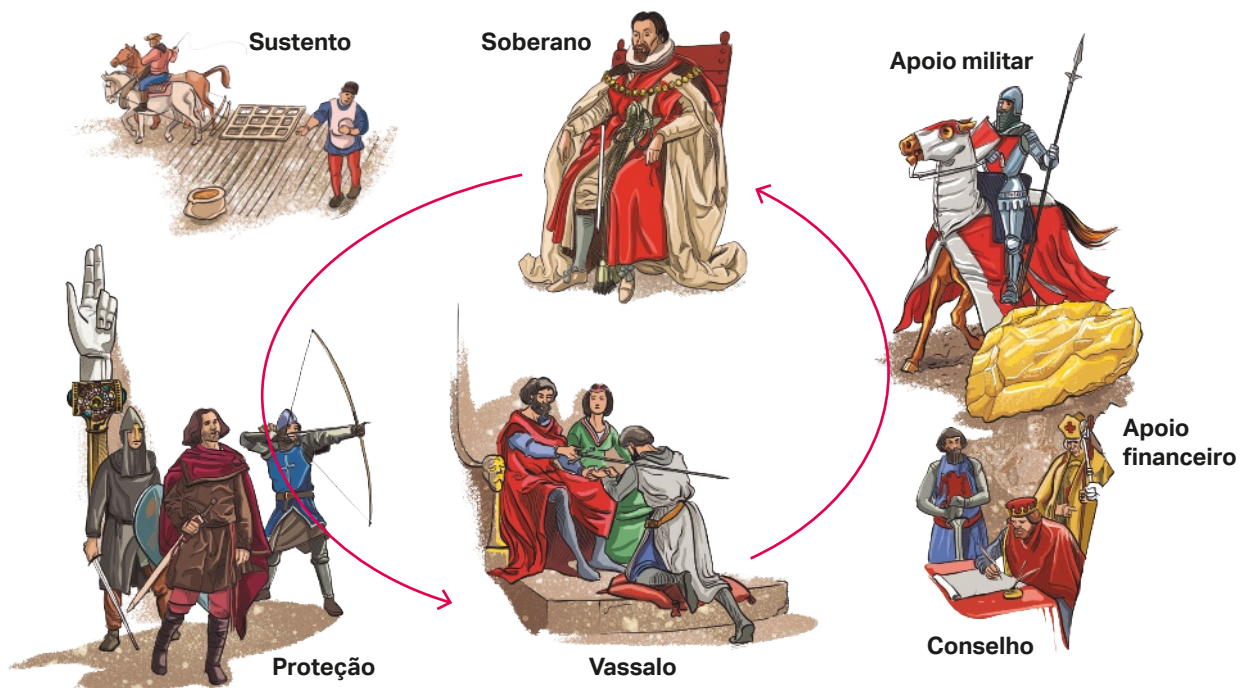


Fig. 3 Relações de vassalagem na Idade Média.

Idade Média: periodização

Idade Média, assim chamada por se encontrar entre duas 'idades' consideradas brilhantes: a Antiguidade Clássica e o Renascimento (associado à vontade de recuperar aquela Antiguidade). Aparentemente, a Idade Média não era merecedora de nome próprio.

Logo no século XIV, a **Idade Média**, pelo menos no seu início, entre o fim do Império Romano do Ocidente e os meados do século IX/começo do século X, foi na perspetiva assumida já no Renascimento, uma "idade das trevas" pela estagnação económica e social, assim como pela interrupção da tradição clássica (grego-romana).

Francesco Petrarca, intelectual, poeta, pesquisador e filólogo, é considerado o pai do Humanismo (este conceito será estudado mais adiante). Petrarca apelidou mesmo aquele período histórico como "*tenebrae*".

No que diz respeito a uma **cronologia** mais concreta, a Idade Média prolongou-se por cerca de mil anos, entre 476 (queda do Império Romano do Ocidente) e 1473 (conquista de Constantinopla pelos turcos), e foi marcada pela sociedade feudal e de vassalagem que, no ocidente europeu, depois do século IX, era reconhecida pelos castelos. Entre os séculos XII e meados do século XIV, em algumas regiões da Europa, assistiu-se a um desenvolvimento político e cultural assinalável, que deu continuidade à recuperação económica iniciada no ano 1000, após um tempo de invasões e guerras. Este pode ser considerado o período áureo da era medieval.

Quem foi Santo Agostinho (ou o Bispo de Hipona)?

Enquanto figura relevante da Idade Média, destaca-se o africano Bispo de Hipona (cidade aparentemente fundada pelos Fenícios e depois conquistada pelos Romanos hoje chama-se Annaba e está localizada na Argélia), também conhecido como Santo Agostinho.

Convertiu-se ao **Cristianismo** em 387 e foi considerado um dos pilares do que seria conhecido como "a Cristandade Ocidental", sobretudo pela sua influência na Igreja Católica e nas ideias (mentalidade) daquele período.

Em 396, clarificou os pilares da teologia católica ao conciliar a filosofia grega com o pensamento cristão: o ser humano alcança os seus objetivos se praticar uma vida boa, isto é, a ação livre tem de estar em conformidade com a ordem das coisas. Defendeu, ainda, que a vida interior do Homem é o palco necessário para a construção identitária de cada um.

Conceitos

- **Idade Média**
- **Cristianismo**
- **Cronologia**

 Manual Digital

Vídeo
Alta Idade Média: a cristianização dos reinos "bárbaros"



I. A Idade Média (séculos V-XV): o nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental face às distintas civilizações do mundo

Uma outra figura a destacar na Idade Média é Carlos Magno. Após ser travada, em 738, a expansão muçulmana pelo mordomo do palácio da dinastia Merovíngia, Carlos Martel, tem início a dinastia Carolíngia. O seu expoente máximo foi Carlos Magno, cujo Império se estendeu até às atuais França, Alemanha e Itália, numa tentativa de reorganizar a Europa cristã.

Das fontes às respostas

- 1 Localiza, no tempo, a Idade Média. Recorre às cronologias disponíveis em páginas anteriores.
- 2 O que seriam as relações de vassalagem? (fig. 3)
- 3 Pesquisa a relação entre as ideias do Bispo de Hipona e os princípios do Cristianismo. (fig. 2)
- 4 Pesquisa mais sobre outras personalidades africanas ligadas à religião cristã.

"Bárbaros": instalação e consequências imediatas

Que influência tiveram os povos designados como "bárbaros" na "nova Europa"?

Que mudanças económicas se verificaram no início da Idade Média, na Europa Ocidental?

Manual Digital

Vídeo
O novo mapa político da Europa e o início da Idade Média



Fig. 4 As invasões dos povos "bárbaros", no século V.



Fig. 5 Reinos "bárbaros" no século V.

Por isso chamavam bárbaros aos habitantes da Germânia e aos outros povos que viviam fora do mundo esclavagista. A palavra grega "Bárbaro" significava "aquele que rosna" ou "que fala uma língua incompreensível", isto é, um "estrangeiro".

História da Idade Média.
Tradução de Franco Sousa.
Editorial Estampa, Lisboa, 1978

Fig. 6 Afinal, quem eram os "bárbaros"?

Invasões "bárbaras" e uma nova Europa

Os romanos chamaram **"bárbaros"** aos diversos povos germânicos e não só. Uma tradição que remonta à Grécia Clássica, a qual apelidava desta forma depreciativa todos os não-falantes do latim (provavelmente incluía nesta designação os povos que habitavam a zona geográfica que viria a chamar-se Roma). "Bárbaro" era também para os romanos, por influência grega, todo aquele que não possuía as suas tradições. Os ditos "bárbaros" usavam, por exemplo, barba, chocando Roma, cuja "moda" era não a usar. Os Romanos bebiam vinho e usavam azeite, produtos da orla mediterrânica, os povos germânicos do leste, cerveja e manteiga, o que também era entendido como algo pouco polido. No entanto, talvez o que mais incomodasse os Romanos fosse a "pouca tradição" germânica de tomar banho. Eram por isso bárbaros, o que hoje significa, ainda, primitivo, incivilizado, rude ou grosseiro.

De entre os "bárbaros", ou povos germânicos, destacaram-se os Suevos, os Visigodos, os Ostrogodos, os Anglos, os Saxões, os Francos, os Vândalos e os Burgúndios. Estes eram diferentes dos Romanos, pois caracterizavam-se pelo semi-nomadismo, eram, na generalidade, criadores de gado e praticavam agricultura de reduzida escala, mais de sequeiro e menos de regadio. A sua organização política e social era menos hierarquizada do que a do Império Romano e sobretudo não existiam instituições estruturantes, como, por exemplo, o Senado Romano ou um exército organizado. Viviam além das fronteiras do Império Romano, mas, atraídos pelas riquezas aí disponíveis, a partir do século III, infiltraram-se e fixaram-se naquele território. Esta presença marcou significativamente a História da Europa.

Próximo do começo do século V, o Império Romano, que evidenciava dificuldades económicas (como falta de mão de obra escrava, escassez de produtos e aumento de impostos), instabilidade política e desorganização no exército, sofreu as primeiras invasões. Em 476, os "bárbaros" ocuparam a cidade de Roma e, assim, chegava ao fim o Império Romano do Ocidente.

O mapa político da Europa ganhava uma nova configuração, surgindo diferentes reinos independentes e de fronteiras mal definidas, mas que, mais tarde, haviam de originar alguns dos atuais estados europeus.

Conceitos

- "Bárbaros"
- Êxodo urbano
- Economia de subsistência

O latim era a língua também usada na documentação oficial (chancelarias).



Fig. 7 Guerreiros "bárbaros".

Transformações económicas – Sociedade rural

Mais adiante, nos séculos VIII e IX, as invasões na Europa mantiveram-se, protagonizadas por Muçulmanos, Viquingues ou Normandos, Magiares ou Húngaros. Juntaram-se à guerra, ainda, a fome e as epidemias, o que provocou uma forte diminuição da população europeia.

Sentindo-se com medo e pouco seguras, as populações locais procuraram refúgio nos espaços rurais (vilas e aldeias), uma boa parte abandonando as cidades (**êxodo urbano**). O trabalho e a proteção encontravam-se nas propriedades rurais e, por isso, os espaços urbanos tornaram-se menos importantes, com menos indústrias ativas ou trocas comerciais.

A historiografia tradicional do século XX considerava o abandono das cidades e a transferência da população para os campos [...] a origem teórica do novo modo de produção feudal, [...] fortemente baseado na autossustentação e, com o declínio da atividade comercial, um dos traços distintivos da passagem para a Idade Média. Os centros urbanos iriam, portanto, despovoar-se e transformar-se parcialmente em simples aldeias. Ao contrário do mundo antigo, fortemente urbanizado [...], o mundo da Alta Idade Média seria, principalmente, rural.

Flippo Carla, "Da Cidade ao Campo", *Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, org. de Umberto Eco, D. Quixote, Lisboa, 2011



Fig. 8 Uma nova Europa: mapa político e economia.

Assistiu-se, então, à ruralização da economia, pois os excedentes agrícolas e artesanais quase deixaram de existir, as rotas comerciais praticamente desapareceram e a moeda circulava com muita raridade, levando a que se fizesse, a maior parte das vezes, permuta de produtos ou serviços, isto é, "troca direta". Havia, agora, quase por todo o lado uma **economia de subsistência**, ou seja, os camponeses produziam sobretudo para consumo próprio, sem excedentes. Estes trabalhadores rurais ficaram totalmente dependentes dos senhores da nobreza e do clero, a quem pediam ajuda, assumindo os mesmos vários poderes fiscais, judiciais e militares nas suas terras.

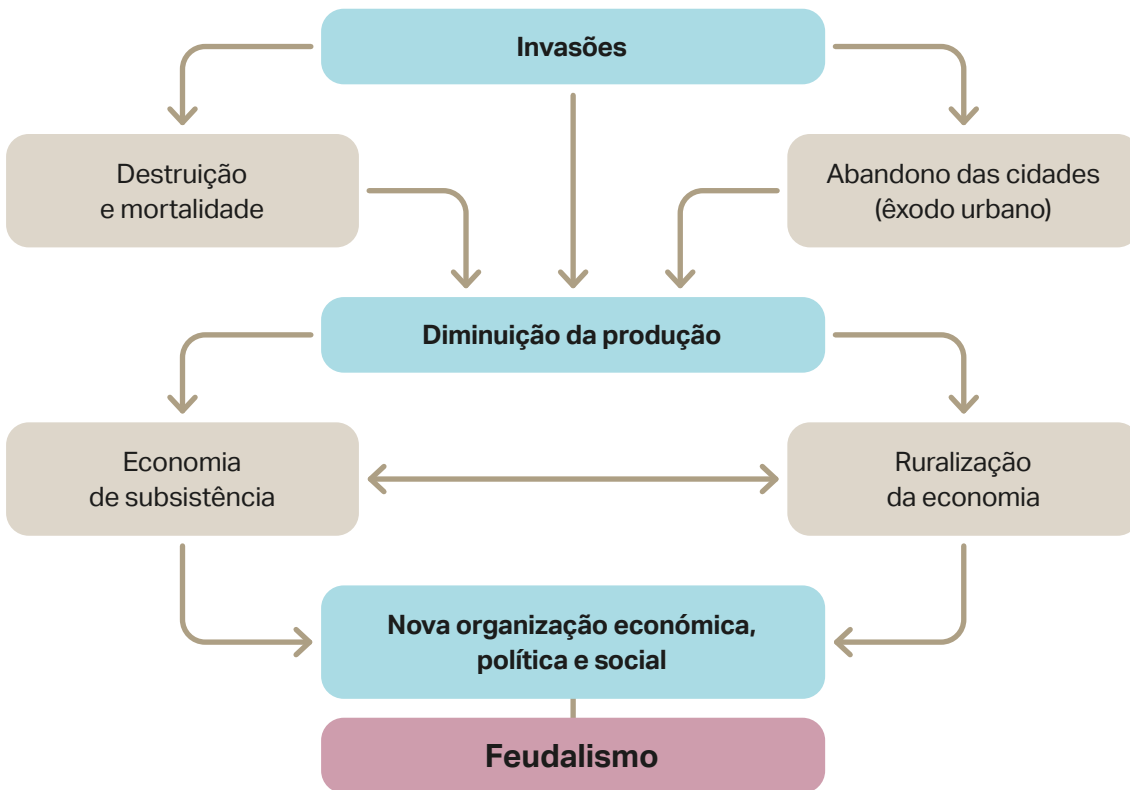
Das fontes às respostas

- 1 Explica a importância histórica dos "bárbaros". (fig. 4 e 5)
- 2 Por que razão os Romanos chamavam "bárbaros" aos povos germânicos? (fig. 5)
- 3 Indica a consequência imediata das invasões da Europa nos séculos VIII e IX. (fig. 6)
- 4 O que é uma economia de subsistência? (fig. 6)

Organização política e cristandade ocidental

Como funcionava a sociedade feudal?

Qual o papel da Igreja Católica numa Europa politicamente dividida?



O feudalismo caracterizava-se, em primeiro lugar, pela decadência da autoridade real. [...] A defesa da terra – a função primeira da realeza – passou [...] para as mãos dos príncipes locais. Estes assumiram os direitos reais [...]. Esta subdivisão em unidades territoriais cada vez mais pequenas do direito de punir, comandar e assegurar a paz e a justiça constitui um ajustamento às possibilidades concretas do exercício da autoridade num mundo rural e bárbaro, onde era difícil comunicar à distância. A organização política ia sendo adaptada às condições da vida material. [...] No interior de uma estrutura mental tão clara e rígida podiam existir, livremente, as diversas relações de dependência, desde há muito estabelecidas, entre os trabalhadores camponeses e os proprietários rurais, e que definiam o mecanismo de um sistema económico que, na generalidade, pode ser apelidado de «feudal».

Georges Duby, *Guerreiros e Camponeses, os primórdios do crescimento económico europeu, século VII-XII*, Editorial Estampa, 1993

Fig. 9 Características do feudalismo.

Uma vez que o feudalismo existiu em algumas regiões da Europa medieval, e não de forma generalizada, alguns historiadores têm optado pelo conceito "Senhorialismo".

I. A Idade Média (séculos V-XV): o nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental face às distintas civilizações do mundo

Os monges devem ocupar-se em trabalhos manuais e na leitura de livros sagrados. Se a necessidade exige que eles trabalhem nas terras, que não se inquietem! Serão então bons monges. Tanto quanto possível, o mosteiro deve ser organizado de maneira que tudo quanto for necessário aí exista. Que todos os ofícios estejam aí representados, de modo que os monges não tenham necessidade de sair fora dele; isso seria perigoso para as suas almas.

Regra de S. Bento, século VI

Fig. 10 Regra beneditina.



Fig. 11 Batizado de um "bárbaro". (Clóvis, o primeiro rei dos Francos). (pintura de Saint Giles, ca. 1500).

Uma sociedade feudal

A Idade Média ficou marcada pelo **Feudalismo**, um sistema político, económico e social baseado na vassalagem e na dependência (pessoal).

Os contratos de dependência que se estabeleciam entre vassalos e senhores surgiram como forma de garantir a defesa de todos os territórios de um reino. Como recompensa pela ajuda militar ou por outros serviços prestados, doavam-se feudos, nomeadamente terras, que os senhores proprietários tinham de defender, povoar e explorar.

Ainda assim, a **vassalagem** implicava direitos e deveres para ambas as partes. O vassalo devia ser fiel, aconselhar o seu suserano (senhor mais poderoso) e prestar-lhe auxílio militar; já o suserano garantia a proteção dos seus vassalos, além de aplicar a justiça e disponibilizar ajuda material.

Estas relações envolveram tanto o rei como nobres e elementos do povo.

O papel da Igreja Católica

Numa Europa Ocidental dividida a nível político, a Igreja Católica afirmou-se como fator de unidade.

Aquela instituição religiosa assumiu um papel fundamental na criação do sistema feudal e, por isso, teve também um papel de proteção da população da Europa ocidental, depois da queda do Império Romano do Ocidente. Com o tempo, foi cristianizando os povos germânicos que tinham outras práticas religiosas.

Conceitos

- Feudalismo
- Vassalagem
- Cristandade ocidental

A **Cristandade ocidental** (ou latina) era o conjunto de terras e povos que tinham o latim como língua litúrgica e escrita e obedeciam ao Bispo de Roma, o Papa.

O clero dividia-se à época em clero secular (Papas, abades, bispos e arcebispos) e clero regular, que dominava o latim e a sua escrita, associado às ordens religiosas, ou seja, às comunidades de monges, frades e freiras que viviam em mosteiros ou conventos e que faziam votos de obediência a uma regra (conjunto de tarefas, princípios e crenças a respeitar).

Os mosteiros espalharam-se por vários pontos da Europa e eram centros religiosos (onde se rezava e prestava apoio a doentes, mendigos e peregrinos); espaços culturais (onde se copiavam manuscritos, como obras da Antiguidade clássica e textos religiosos – sermões, vidas de santos, hinos e cantos bíblicos); polos económicos (onde se praticava a agricultura e se ensinava à população as técnicas mais adequadas e onde se concretizavam trabalhos manuais).

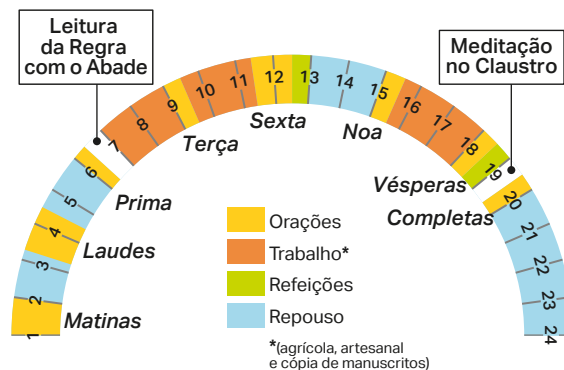


Fig. 12 A regra seguida pela ordem de Cister.

Das fontes às respostas

- 1 Caracteriza, brevemente, o Feudalismo. (fig. 10)
- 2 *Os reis, na sociedade feudal, perderam influência.* Justifica a frase. (fig. 10)
- 3 Como é que a Igreja Católica se tornou o "chapéu" do sentimento de pertença numa Europa ocidental altamente fragmentada? (fig. 11)
- 4 Qual a importância dos mosteiros? (fig. 11)

A sociedade medieval entre os séculos IX e XII

Quais eram as ordens privilegiadas e as não privilegiadas?

Quais as funções da nobreza, do clero e do povo?

Aos membros do clero, Deus manda ensinar a manter a verdadeira fé [...]. Devem [...] rezar pelas misérias dos povos. Os nobres são os guerreiros [...] defendem todos os homens, grandes e pequenos [...]. A outra classe [...] esta raça de infelizes que nada possui sem sofrimento. São eles que fornecem a todos provisões e vestuário; por isso, nenhum homem livre poderia viver sem eles. A casa de Deus está, pois, dividida em três: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos vivem, no entanto, em conjunto não podem, por isso, separar-se.

Adalbéron, *Cântico do Rei Roberto*, séc. X, in Jean-Pierre Vivet, *Les Memoirs de l'Europe*, Tomo I, Éditions Roberto Laffont, 1973



Fig. 14 Monge copista, um representante do clero.

Fig. 13 Sociedade medieval: hierarquia.



Fig. 15 Um cavaleiro aristocrata a participar numa justa ou torneio.

O camponês, esse, paga as rendas [...] e outros encargos que pesavam sobre a generalidade das terras; necessitava de preservar, antes de mais, a semente que no ano seguinte seria lançada à terra, sob pena de pôr em causa a futura colheita. E, dada a fraca rentabilidade da época, eram bem significativas as quantidades a reservar para o efeito. Deste modo, o camponês podia ficar com pouco cereal para alimentar a família durante todo o ano. [...] A dona da casa iria, semana após semana, retirando o necessário para a planificação familiar. E precisando, muitas vezes, de ir diminuindo os quantitativos, à medida que o ano avançava.

José Mattoso (dir.) A Idade Média, *História da Vida Privada em Portugal*, Círculo de Leitores, 2010

Fig. 16 A dura vida dos camponeses.

e Manual Digital

Vídeo
Alta Idade Média: a sociedade trinitária medieval



Como se organizava a sociedade medieval?

A sociedade medieval era fortemente hierarquizada, isto é, cada um pertencia a uma determinada ordem social – nobreza, clero, povo – de acordo com o nascimento, a função na sociedade e as propriedades possuídas.

Os grupos privilegiados eram a nobreza e o clero, enquanto o povo era um grupo não privilegiado. Os primeiros não pagavam impostos, recebiam as rendas dos camponeses que trabalhavam nas suas terras e podiam aí aplicar a justiça. Os segundos, sobretudo camponeses, trabalhavam as terras dos senhores, pagavam impostos e rendas e quase não tinham direitos.

Conceitos

- Hierarquizada
- Aristocracia
- Monges
- Servos

A nobreza guerreira; o clero cristão

Os nobres ganharam prestígio devido aos cargos, aos títulos e à sua ação guerreira. Pela sua capacidade de defesa e ataque, dedicavam-se à guerra, a favor dos seus reis. No entanto, por vezes, os nobres e a realeza entravam em conflito, ou porque a nobreza queria mais poder político e judicial, ou porque o rei queria recuperar terras doadas aos nobres, por exemplo. O rei por esta altura não era o “senhor absoluto”, era mais um nobre, mas “nobre dos nobres”, aquilo que se pode designar como “o primeiro entre iguais”. Como recompensa, os nobres recebiam doações de bens e terrenos, tornando-se uma verdadeira **aristocracia** guerreira e fundiária.



Fig. 17 A nobreza (iluminura d’*O Livro de Xadrez*, Kunrat Von Ammenhausen, Suíça, séc. XIV).

Os castelos eram o lugar onde viviam em segurança e, se necessário, acolhiam a população em dificuldades. Nos momentos de paz, os nobres caçavam, realizavam torneios e justas como preparação para a luta e passavam o tempo em atividades de lazer.

A importância do clero relacionou-se com as suas características e ações: possuía terras, responsabilizava-se pelas cerimónias religiosas, incluía uma boa parte das pessoas instruídas e assumia alguns cargos administrativos. No que diz respeito às funções específicas, os membros do clero, nomeadamente os **monges**, nas áreas rurais, rezavam, protegiam espiritualmente as populações, dedicavam-se ao ensino e à cópia de livros e prestavam assistência aos pobres e necessitados. Muitas vezes, nas vilas e aldeias, também dinamizavam a economia com práticas agrícolas e trabalhos artesanais, como referido a propósito do papel da Igreja Católica (página 20).



Fig. 18 Monges a ceifarem (pintura de J. Bori, séc. XV).

Os camponeses sem direitos

O povo, a maioria da população, era constituído por homens e mulheres que habitavam nos domínios senhoriais, sobretudo a cultivar, colher e transportar produtos agrícolas. Viviam em casas modestas, normalmente com uma só divisão, e comiam de forma simples. Quando não conseguiam cumprir as suas obrigações perante os senhores – por exemplo, em anos de más colheitas – passavam a ser considerados **servos**. Tal dependia do contrato estabelecido.

Estes **servos** pertenciam à terra onde trabalhavam, ou seja, eram considerados como parte integrante da propriedade, e, por isso, eram semi-livres, ou seja, a sua liberdade era muito condicionada.



Fig. 19 Uma camponesa (iluminura francesa).

Das fontes às respostas

- 1 Qual a diferença entre as ordens sociais privilegiadas e as não privilegiadas? (fig. 13)
- 2 Recorrendo às fontes disponíveis, escreve um pequeno texto no qual:
 - descrevas as funções da nobreza, do clero e do povo;
 - presentes a tua opinião sobre as diferenças sociais da época medieval.

Civilização islâmica e seu contributo para a mentalidade medieval

Quem são os muçulmanos?

Como influenciaram a Europa medieval?

Manual Digital

Vídeo
O Islamismo



Por volta de 610, numa gruta nas colinas a norte da cidade de Meca, na Arábia, Maomé – um homem de 40 anos, vindo de uma família de mercadores – declara ter recebido uma mensagem divina, através do anjo Gabriel. Depois, recebe revelações parecidas nos meses e anos seguintes, o que leva à fundação do Islão. No espaço de vinte anos, este credo vai dominar a Península Arábica e, um século depois, [...] estende-se da Pensínsula Ibérica, no Ocidente, à Ásia Central, no Oriente.

José Mattoso (dir.) A Idade Média, *História da Vida Privada em Portugal*, Círculo de Leitores, 2010

Fig. 20 A origem do Islão.

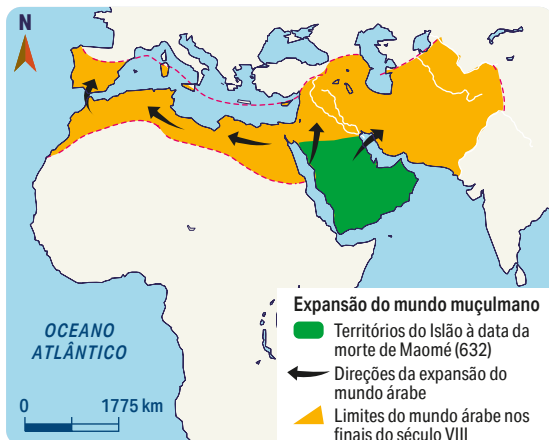


Fig. 21 A expansão do império muçulmano.



Fig. 22 Muçulmanos a rezar numa mesquita.

O surgimento do Islão e os seus princípios

Na região de Meca, no século VII, Maomé – um comerciante local – começou a espalhar a mensagem e os princípios de uma nova religião, após ter sido escolhido por Alá.

A população local não aceitou e Maomé e os seus seguidores fugiram para Medina, em 622 (Hégira), ano I do calendário muçulmano. Aí criou o **Islão**, uma religião monoteísta cujos **princípios** se reuniram no Corão, o livro sagrado dos Muçulmanos. Desses princípios, os cinco fundamentais eram:

Conceitos

- Islão
- Princípios
- Profeta
- Califas

I. A Idade Média (séculos V-XV): o nascimento da Europa medieval e a cristandade ocidental face às distintas civilizações do mundo

- identificar Alá como Deus único e Maomé como seu **profeta**;
- rezar cinco vezes ao dia virado para Meca;
- ir a Meca pelo menos uma vez na vida;
- fazer jejum no mês do Ramadão, entre o nascer e o pôr do sol;
- ser caridoso com os pobres e os necessitados.

A expansão muçulmana e sua influência na Europa ocidental

Os **califas** (chefes religiosos e militares), após a morte de Maomé, conquistaram vários territórios, entre os séculos VII e X, e formaram um vasto império que também incluía locais na Europa.

As razões que estiveram na origem da expansão muçulmana foram:

- a vontade de expandir o Islamismo;
- a procura de terras férteis para a agricultura;
- o controlo das rotas comerciais entre a Europa e a Ásia.

Os muçulmanos, presentes em vários lugares e unidos pela mesma religião e língua, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura (com novas espécies e sistemas de rega como a nora – figura 23) e aumento da produção, para a dinamização do comércio com o uso da moeda e para o crescimento das cidades.

Por exemplo, na Península Ibérica, território pertencente à Europa, muçulmanos e cristãos conviveram e partilharam conhecimentos e nem sempre viveram em clima de conflito.



Fig. 23 Uma nora na cidade de Hama, Síria.

Das fontes às respostas

- 1 Localiza, no tempo e no espaço, o aparecimento do Islamismo. (fig. 20)
- 2 Refere dois princípios do Islamismo. (fig. 21 e 23)
- 3 Justifica o movimento de expansão dos muçulmanos. (fig. 20 e 21)

O Islamismo até à atualidade: marcas e seguidores

Que áreas do saber os muçulmanos desenvolveram no período que estamos a estudar?

Hoje em dia, quem são os seguidores do Islão?

Al Mamun [califa entre 813-833] completou a obra iniciada pelo seu avô Al Mansur. Ele empenhou-se a indagar os centros e lugares onde se desenvolvia estudo de ciências. Entrou em contacto com os imperadores de Bizâncio, que lhe enviaram obras de Platão e Aristóteles [filósofos], de Hipócrates e Galeno [médicos], de Euclides [matemáticos] e de Ptolomeu [geógrafo e astrónomo].

Said-Al-Andalouisi (séc. XI),
in *Libro de las categorias de las naciones*, Galiza História

Fig. 24 Saberes difundidos pelos muçulmanos.



Fig. 25 Plantas medicinais (miniatura, Turquia, 1229).



Fig. 26 Palavras portuguesas de origem árabe.

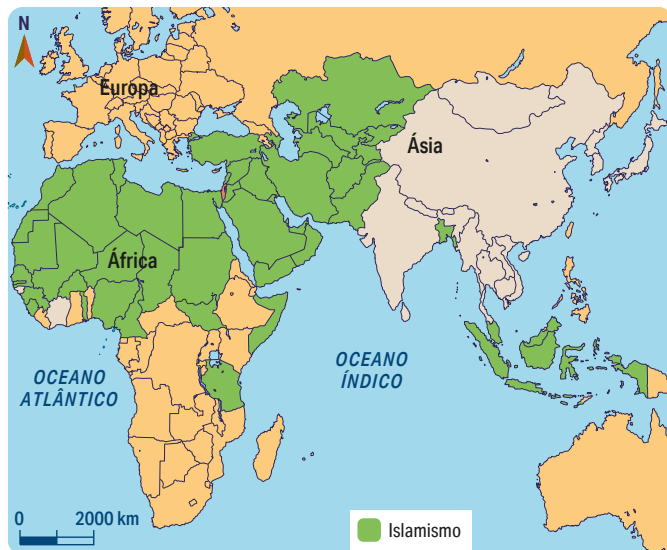


Fig. 27 Religiões maioritárias por país no século XXI.

Exemplos do conhecimento islâmico

O mundo islâmico medieval incluiu cidades onde se cruzavam pessoas diferentes e que partilharam saberes vários e favoráveis ao desenvolvimento de áreas como a Astronomia (instrumentos de orientação, como o astrolábio e o quadrante); a Geografia (mapas); a Medicina (conhecimento do corpo humano); a Biologia (plantas medicinais).

Conceitos

- Cultura islâmica
- Árabe

Também a intensa atividade comercial permitiu que os muçulmanos fossem uma espécie de intermediários culturais entre diversos locais. A partir de contactos com vários povos que foram integrados no seu império, levaram até aos mesmos conhecimentos matemáticos (como os algarismos, nomeadamente o zero), agrícolas (como culturas até então desconhecidas) ou filosóficos.

Além disso, foram ainda criadores e divulgadores da **cultura islâmica**. Isto porque:

- construíram palácios e mesquitas com cúpulas e arcos em ferradura;
- utilizaram a decoração em mosaico e azulejo;
- divulgaram a sua língua e influenciaram outras (por exemplo, na Península Ibérica começaram a utilizar-se diversas palavras iniciadas por "al").

Entre a Idade Média europeia e os dias de hoje, muitos dos saberes transmitidos mantiveram-se como **herança** e são ainda presença na vida das populações da Europa "latina", mas também, por via da colonização, em alguns países africanos, como Cabo Verde.

O Islão hoje

As estimativas vão indicando que, atualmente, o Islamismo é a segunda religião mais seguida no Mundo, com cerca de 1,3 mil milhões de fiéis. Os muçulmanos estão presentes em diversos pontos do globo, mas é no norte de África, na Península Arábica e no Próximo e Médio Oriente que se encontram em maior número.

Há grupos minoritários que defendem a expansão do Islamismo por via da violência – os radicais islâmicos –, contudo a maioria dos crentes defendem e partilham uma mensagem a favor da tolerância.

Importa ainda não confundir: os muçulmanos ou islâmicos são aqueles que professam o Islamismo, enquanto os **árabes** são os indivíduos oriundos da Península Arábica.

Das fontes às respostas

- 1 *Os Muçulmanos herdaram e produziram cultura.*
Explica o sentido da frase. (fig. 24, 25 e 26)
- 2 Apresenta dois exemplos da herança muçulmana. (fig. 25 e 26)
- 3 Qual a diferença entre muçulmano e árabe? (fig 27)

Para consolidar saberes

- 1 Indica se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações. Corrige as falsas.
- a) A Idade Média teve início em 1453.
 - b) As invasões “bárbaras” conduziram ao fim do Império Romano do Ocidente.
 - c) Na Europa, assistiu-se, a partir do século VIII, à urbanização da economia.
 - d) O Feudalismo foi, apenas, um sistema político.

- 2 Explica o que foi a Cristandade Ocidental.

- 3 Associa os elementos das duas colunas.

Coluna A

- i) Clero
- ii) Nobreza
- iii) Povo

Coluna B

- a) Lutavam a favor dos seus reis.
- b) Dedicavam-se ao ensino.
- c) Era um grupo não privilegiado.
- d) Trabalhavam nos senhorios.

- 4 *A vassalagem implicava direitos e deveres para as duas partes.*
Esclarece o sentido da frase.
- 5 Assinala todas as frases que se relacionam com o Islamismo.
- a) Jesus Cristo é o principal profeta.
 - b) Os fiéis rezam cinco vezes ao dia.
 - c) No Ramadão, deve-se jejuar.
 - d) O livro sagrado é a Torá.
 - d) A expansão muçulmana permitiu divulgar a religião.
 - d) Atualmente, o Islamismo é uma das religiões com menos seguidores no Mundo.
- 6 Regista duas marcas da herança muçulmana medieval que alcançaram o tempo presente.



Séc. IX

Séc. X

Séc. XI


Séc. XII

Séc. XIII

Feudalismo

**Economia urbana
e monetária**

**Dinamismo comercial
Recuperação do poder régio**



História da Idade Média (séculos V-XV)

Unidade II

Introdução geral sobre
a evolução cultural e política
do Ocidente medieval

Séc. XIV

1337
Guerra dos
Cem Anos

1347
Peste negra
na Europa

- Século XII a meados do século XIV – Tempos áureos
- A vida urbana: população e cultura
- Organização do poder entre os séculos XII e XIV
- A cultura na Idade Média
- A arte na Idade Média

Século XII a meados do século XIV – Tempos áureos

Que razões justificam o crescimento económico iniciado entre os séculos XI e XII?

Manual Digital

Vídeo
Principais circuitos comerciais europeus no século XII

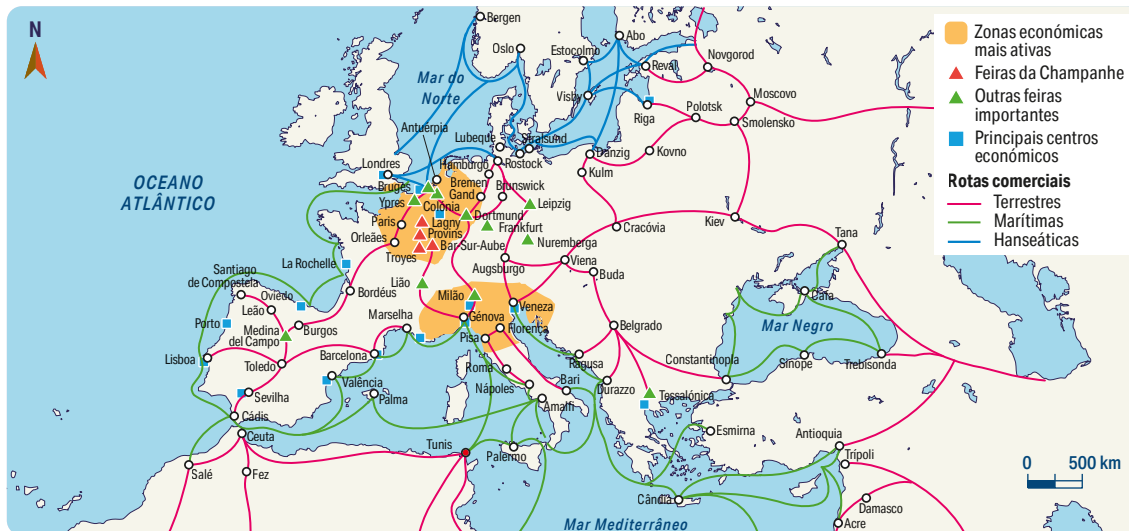


Fig. 1 Comércio europeu no século XIII.

Em França, as feiras de Champanhe foram muito importantes, na Idade Média, estando numa posição central entre várias rotas comerciais que passavam na Europa.

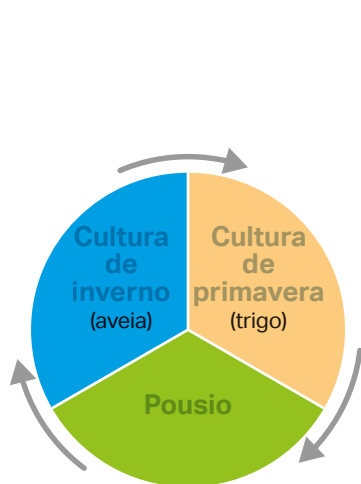


Fig. 2 Agricultura: novas práticas e instrumentos.



Fig. 3 Um mercado (iluminação de Thomas de Saluces, ca. 1305).

Desenvolvimento agrícola e melhorias nos transportes

As mudanças acontecidas desde meados do século XI, na Europa, favoreceram o desenvolvimento económico geral.

O ponto de partida foi o espaço rural. Aí, a agricultura expandiu-se. Aumentou a área agrícola, através do desbravamento e desmatamento de terras, até então não utilizadas para a produção; conheceu outros materiais e práticas como os utensílios em ferro (por exemplo, a charrua), o afolhamento com rotação trienal de culturas e o **pousio**; aumentou a criação de gado para fertilização das terras e obtenção de produtos alimentares.

O aumento da produção foi notório e, conseqüentemente, a população alimentava-se melhor, a taxa de mortalidade diminuiu e verificou-se um crescimento demográfico assinalável.

Ao mesmo tempo, com a maior disponibilidade de mão de obra, muitas pessoas optaram por voltar para as cidades (**êxodo rural**) e reanimaram o comércio. Este também beneficiou com as melhorias nos transportes:

- uso da ferradura e de uma nova forma de atrelagem, o que permitia aproveitar melhor a força dos animais;
- barcos mais rápidos e recurso a instrumentos/técnicas de orientação, o que tornava as viagens mais seguras.

Com mais produtos disponíveis e transportes mais capazes, os alimentos chegavam às cidades e, em clima de paz, a população europeia, na generalidade, viveu uma nova fase, sem fome ou epidemias.

O que era uma economia urbana e monetária?

Entre os séculos XI e XII, a economia de subsistência conviveria agora com uma **economia urbana e monetária**, uma vez que, lentamente, o comércio em muitas cidades aumentou, em algumas floresceu intensamente e nasceram também novas cidades. Progressivamente, a moeda aumentou a sua cunhagem e circulação, enquanto novas formas de pagamento se desenvolveram, para facilitar as trocas comerciais (por exemplo, em papel, com cheques e letras de câmbio). Apareceram, assim, os cambistas ou banqueiros que, nas feiras e mercados, aceitavam depósitos, realizavam transferências e faziam operações de crédito. Começou,

Conceitos

- Pousio
- Economia urbana e monetária
- Êxodo rural



Fig. 4 *Retorno da Feira* (pintura de Pieter-Brugel, séc. XVI).

assim, a ser possível um comerciante (mercador) viajar para mercados mais longínquos, não tendo de transportar moedas. Levava consigo, por exemplo, uma letra de câmbio emitida por um banqueiro da sua cidade (o qual lhe tinha emprestado dinheiro – crédito – ou guardado um depósito). Com esta letra de câmbio, o comerciante tinha apenas de levantar o seu dinheiro no mercado da chegada. Diminuía-se, assim, o risco de ser assaltado, por exemplo.

Os centros urbanos estavam, agora, mais povoados por aqueles camponeses que procuravam melhores condições de vida e, além disso, eram visitados por diversos mercadores de várias regiões. Nos mercados, realizados semanal ou quinzenalmente, e nas feiras, normalmente anuais e associadas a festas religiosas, compravam-se e vendiam-se produtos agrícolas, alimentares e manufaturados e contactava-se com novos saberes e técnicas.



Fig. 5 O uso da moeda no comércio (iluminura, séc. XIII).

Das fontes às respostas

- 1 Indica as principais transformações agrícolas a partir do século XII. (fig. 2)
- 2 *A economia de subsistência foi, em algumas regiões, complementada por uma economia comercial.* Comenta a frase. (fig. 1, 2 e 3)
- 3 *As feiras e os mercados favoreceram a economia medieval.* Concordas? Porquê? (fig. 3, 4 e 5)

A vida urbana: população e cultura

Quem vivia nas cidades na Idade Média?

Qual o papel cultural das universidades?

Ele [o cavaleiro de Gauvain] observa toda a cidade, povoada de muitas pessoas, e as bancas dos cambistas de ouro e da prata, completamente cobertas de moedas. Vê as praças e as ruas, que estão sempre cheias de trabalhadores exercendo todos os ofícios possíveis. [...] Uns fazem os panos, outros tecem-nos, [...] outros fundem o ouro e a prata.

Chrétien de Troyes (c. 1135 a c. 1183), *Perceval ou le Conte du Graal*, *Clássicos Chrétien de Troyens*, Publicações Europa-América, 2008



Fig. 6 A vida nas cidades.

Fig. 7 Aula na Universidade de Bolonha (iluminura, século XV).

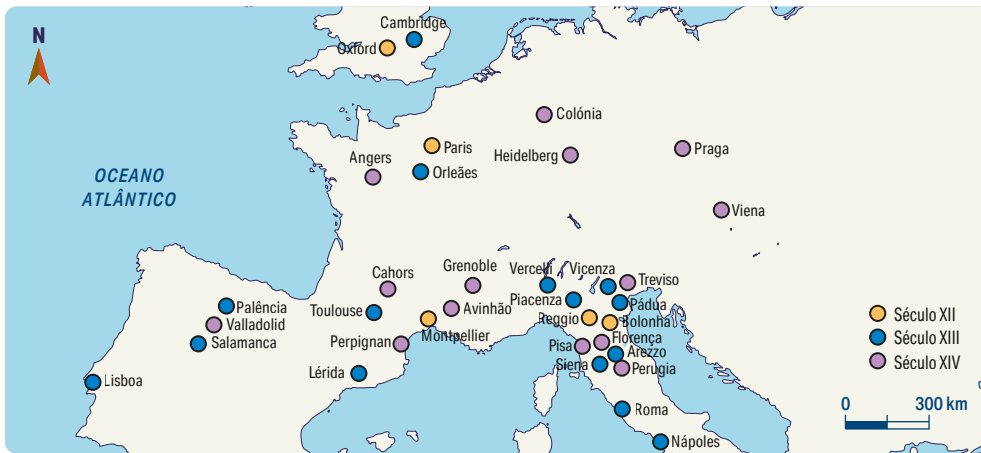


Fig. 8 Universidades na Europa na Idade Média.

A dignidade e o ofício de mercador são grandes e sublimes em muitos aspetos e por muitas razões. Primeiramente, por causa do bem comum. [...]

Graças à existência do comércio, as regiões estéreis obtêm alimentos e numerosas mercadorias estrangeiras, porque fazem vir de fora os bens de que têm necessidade [...]. Assim, as cidades e os países podem fazer cultivar as terras, criar o gado, aumentar os impostos e as taxas, fazendo viver os pobres graças à sua atividade. Dão trabalho aos mestres, graças ao labor dos seus bons ateliês, fazem multiplicar as contribuições aduaneiras e as gabelas dos senhores e das repúblicas, graças à exportação e à importação das duas mercadorias; e, em consequência, enriquecem o tesouro público comum.

Benedetto Cotrugli, mercador e economista de Ragusa (1416-1469),
Sobre a mercancia e sobre o mercador perfeito

A cidade e os seus habitantes

As **idades**, a partir do ano 1000, tornaram-se polos atrativos para camponeses saídos do espaço rural, comerciantes de diversos locais, banqueiros, lojistas, estudantes que frequentavam as universidades.

Conceitos

- Cidades
- Burguesia
- Marginais
- Universidades

A população que vivia no “burgo” (outra forma de denominar a cidade, neste período) aumentou e recebeu o nome de “burguesia”. **Burguesia** foi também a designação que depois se viria a utilizar apenas para aqueles que trabalhavam sobretudo no comércio e na atividade bancária e financeira. Atividades que lhes permitiam ter uma vida mais confortável do que a maioria do “povo”, ordem social da qual se foram destacando. O espaço citadino observou também um aumento do número de artesãos, mestres e aprendizes.

Uma das diferenças mais importantes para o meio rural senhorial foi a independência de muitas cidades em relação ao poder da nobreza. De facto, passo a passo, a cidade tinha, acima de tudo, de respeitar as regras do rei (a quem pagava impostos).

Esta foi uma transformação que permitiu à realeza começar a ter um maior domínio sobre o seu reino, tanto a nível económico como judicial, e conseguir assim iniciar um processo de centralização do poder. Uma importante transformação também porque o poder local (municipal) apareceu, sendo gerido pelos “homens bons” da cidade (realmente eram só homens), maioritariamente da nova classe burguesa. O “burgo” foi, assim, ganhando alguma autonomia administrativa, outorgada pela realeza.

Todavia, nas cidades habitavam também alguns nobres e membros do clero.

Os **marginais**, por sua vez, eram os excluídos da sociedade:

- pobres e doentes, por razões económicas e sociais;
- judeus e muçulmanos, por razões religiosas.

A universidade europeia como meio de renovação cultural

Durante o século XII, a reorganização de algumas escolas religiosas e urbanas já existentes originou as primeiras universidades europeias.

Nestas **universidades**, os estudantes (sobretudo homens e muito poucas mulheres) iniciavam o estudo da gramática, da lógica e da retórica, pela leitura dos textos teológicos, seguindo-se a matemática, a geometria, a astronomia e a música.

Mais tarde, a universidade ganhou uma organização mais rígida – saberes a aprender e graus a obter – e, com o aumento do número de alunos laicos de origem

burguesa, tornou-se num centro formativo para os funcionários dos serviços públicos, essenciais à vontade de centralização e aumento do poder régio, como já se mencionou.

As universidades permitiram, no período medieval, a difusão cultural, também porque havia bolsas de estudo que facilitavam o acesso ao ensino até mesmo aos estrangeiros ou àqueles com maiores dificuldades económicas.



Fig. 9 Universidade de Al-Azhar, Egito.

Por Buyoof – Obra do próprio, CC BY-SA 3.0

Acredita-se que a Universidade de Al-Qarawiyyin – ou Karaouine – é a mais antiga do Mundo, tendo aparecido no ano 859. Localiza-se em Fez, Marrocos, e poderá ter influenciado as universidades europeias do período medieval. As universidades muçulmanas são também conhecidas, hoje, no mundo ocidental, como *madrassas*. A madrassa de Al-Azhar é a segunda mais antiga do Mundo, e em 1962 admitiu, pela primeira vez, estudantes do género feminino.



Fig. 10 Universidade de Al-Qarawiyyin – ou Karaouine.

Das fontes às respostas

- 1 Quem vivia e quem trabalhava nas cidades medievais europeias? (fig. 6)
- 2 *As desigualdades eram visíveis nas cidades medievais europeias.* Justifica a frase.
- 3 Qual a importância das universidades europeias na Idade Média? (fig. 8 e 9 e 10)

Organização do poder entre os séculos XII e XIV

De que forma os reis europeus reforçaram o seu poder?

Como se organizava um reino?

No século XII, a Coroa iniciou uma espécie de plano de combate às imunidades e à autonomia dos senhores feudais. O sistema das confirmações de Afonso II foi acompanhado de sucessivas inquirições, que duraram até aos fins do século XIV [...]. As inquirições ajudaram o rei [...] a estabelecer, com firmeza, a sua autoridade, impedindo abusos [...].

A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. I. Ed. Presença, 1979

Fig. 11 Manifestações do poder régio.

A distinção essencial entre as condições de vida dos habitantes dos senhorios e das comunidades concelhias foi a autonomia de que estas gozaram [...].

De facto, e ao contrário do que se passava nos senhorios, os concelhos elegiam os seus magistrados, dispunham de um direito próprio [...]. Os membros dos concelhos podiam dispor de propriedades e bens diversos, para a exploração da terra ou para outras atividades.

Rui Ramos, *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, 2009

Fig. 12 Direitos dos habitantes dos concelhos.



Fig. 13 Coroação de Carlos V, como rei da França, em 1363.



Fig. 14 Pelourinho. Local onde, nos concelhos, se aplicava a justiça (Cidade Velha, Cabo Verde).



Fig. 15 Um dos símbolos dos concelhos: o selo.

Nota: Este pelourinho data do século XVI, posterior à Idade Média, mas simboliza o poder municipal e da justiça real.

O poder régio

A partir do século XIII, os reis, em algumas partes da Europa, perante o poder que os membros da nobreza e do clero assumiam, iniciaram um processo de centralização do poder. Não o conseguiram de modo imediato, mas agiram nesse sentido:

- criaram mais **concelhos** (terras rurais ou urbanas onde os habitantes eram livres, autónomos e tinham privilégios definidos na carta de foral ou através de outros instrumentos);
- criaram as **cortes**, reuniões com a presença de representantes do clero, da nobreza e do povo, dirigidas pelo poder régio;
- aplicaram **inquirições**, inquéritos para detetar a manutenção dos limites das terras doadas aos senhores;
- controlaram a administração do reino com a definição de uma hierarquia de cargos políticos.

Na verdade, os reis pretendiam assumir os papéis de chefe do exército, juiz supremo e legislador, em relação a todo o reino e a todos os súbditos e não apenas nos seus reguengos e cidades.

Os concelhos – marca do poder institucional

Os concelhos eram territórios criados pelos reis através de uma carta de foral, documento régio no qual se definiam os privilégios e as obrigações dos habitantes do concelho (vizinhos).

Os **vizinhos** eram homens livres, pois tinham mais direitos e autonomia do que aqueles que viviam nos senhorios da nobreza (honras) e do clero (coutos). Podiam ser proprietários ou mercadores, com melhores condições de vida, mas também havia camponeses, artesãos e jornaleiros (trabalhadores ao dia).

A principal obrigação dos habitantes de um concelho era o pagamento de impostos ao rei, enquanto os privilégios variavam de concelho para concelho: ter terras, aplicar a justiça ou recolher os impostos.

Com estes territórios os monarcas europeus conseguiram controlar a influência dos senhores da nobreza e do clero e reforçar o seu poder junto das populações.

Conceitos

- **Concelhos**
- **Cortes**
- **Inquirições**
- **Vizinhos**



Vídeo
Europa feudal: o poder régio e a resistência dos senhores



Das fontes às respostas

- 1 Aponta três exemplos de ações tomadas pelos reis europeus para reforçarem o seu poder. (fig. 11 e 12)
- 2 Que privilégios tinham os vizinhos?
- 3 Qual a importância da Carta de Foral?

A cultura na Idade Média

Que diferenças há entre a cultura cortesã, a monástica e a popular?

D. Dinis e D. Isabel, sobre o estrado coberto de colorida almofada [tapete], presidiam ao sarau, sentados em solenes cadeiras de espaldar [...] jograis, dispostos sobre um estrado, dedilhavam ou tangiam os citolões, os saltérios, as violas de arco, os alaúdes [...]. E jograis traziam consigo cantarizes e bailatrizes [...]. Dançavam de braços erguidos, acompanhando a música com passos de bailado [...]. Porém, a parte mais nobre do sarau era aquela em que se cantavam e diziam as canções dos trovadores.

Américo Cortez Pinto, *Diónisos, Poeta e Rei*, 1.^a ed., Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ministério da Educação, 1982

Fig. 16 Cultura cortesã em Portugal.



Fig. 17 Cultura monástica (iluminura do século XIII).



Fig. 18 Cultura popular (pintura de Pieter Bruegel, "O Velho", 1567).

Arquivo, biblioteca, repositório de tesouros, colégio e oficina, o mosteiro, no seu auge, representava o âmago da cultura cristã. [...] Alguns mosteiros como Reichnau e Fulda, na Alemanha, ganharam fama como escolas de pintura. Alguns, como Bobbio, na Itália, eram conhecidos pelas suas bibliotecas, enquanto St. Gall, na Suíça, foi um importante polo de educação [...]. Necessitando de textos para estudo, para leituras nos refeitórios e para os ofícios, os monges passavam muitas horas na tarefa laboriosa de os copiarem à mão [...]. A preservação da palavra escrita era importante naquela época de analfabetismo generalizado.

António Dias Diogo, *História da Vida Quotidiana*, Selecções Reader's Digest, 1993

Fig. 19 A importância dos mosteiros.

Diferentes formas de cultura

Na Idade Média, a cultura adquiriu contornos específicos de acordo com as ordens sociais e a dinâmica da própria realidade europeia.

Conceitos

- **Jograis**
- **Trovadores**
- **Iluminuras**
- **Romarias**
- **Peregrinações**

 Manual Digital

Vídeo
Manifestações
da cultura
medieval



Cultura cortesã

A cultura cortesã surgiu na chamada corte régia (círculo de nobres e clérigos mais próximo do rei), mas também nas cortes de alguns membros da alta nobreza, e ligou-se a um novo código de comportamentos e valores morais dos nobres. De entre as suas manifestações, destacam-se:

- os serões com espetáculos teatrais e de **jograis** a abrilhantar festas e banquetes;
- a poesia trovadoresca, recitada pelos **trovadores** e os romances de cavalaria (sobre cavaleiros heróis e aventuras de amor cortês);
- as atividades de entretenimento, como torneios e justas.

Cultura monástica

A cultura monástica relacionou-se com a atividade artística e intelectual desenvolvida pelos monges. São exemplos dessas práticas:

- a cópia de textos clássicos ou religiosos e a sua decoração com **iluminuras** (desenhos coloridos e pormenorizados);
- a criação de bibliotecas;
- o canto gregoriano e a música sacra (cânticos religiosos entusiasmados);
- o ensino e a educação nas escolas monásticas.

Cultura popular

A cultura popular associou-se ao povo e às suas formas de divertimento, salientando-se:

- as **romarias**, festas que juntavam o sagrado e o profano, com missas e procissões, músicas e danças;
- os festejos de Carnaval, momentos nos quais essa cultura popular se libertava de quaisquer limites impostos;
- as lendas, os contos e os provérbios transmitidos oralmente de geração em geração.

O povo cristão participava, muitas vezes, em **peregrinações**, como forma de penitência, satisfação da fé ou pagamento de promessas.

No mundo, outras formas de arte também se destacaram no período de tempo correspondente à Idade Média europeia.

Dois exemplos são:

Arte bizantina

- Influenciada pela Grécia, por Roma e pelo Oriente;
- Riqueza da técnica e da cor (prevalência do dourado);
- Mosaicos típicos sobre cenas religiosas ou sobre os Imperadores;
- Representação humana de frente, vertical, sem volume ou perspectiva.



Fig. 20 Nápoles, Itália

Arte chinesa (Dinastia Song)

- Transformação da pintura numa arte maior: panorâmicas de eixo vertical, em seda ou papel, a tinta-china (séculos X e XI); paisagens menos elaboradas e mais sombras (século XII);
- Porcelana característica pela forma elegante e pela bela decoração, pintada ou incisa, com temas florais;
- Telhados curvos (pagodes) com duas cornijas salientes.



Fig. 21 Pintura de Li Tang.

Das fontes às respostas

- 1 Escreve um texto (de 5 a 8 linhas) no qual:
 - descrevas a cultura cortesã, a cultura monástica e a cultura popular;
 - escolhas uma das manifestações culturais e te posicionas em relação a ela. (fig. 16, 17 e 18)

A arte na Idade Média

Quais as diferenças entre o estilo românico e o estilo gótico?

De que modo a arte se relaciona com o momento histórico vivido?



Vídeo
A arte românica:
a arquitetura



Por José Luis Filpo Cabana – Obra do próprio. CC BY 4.0

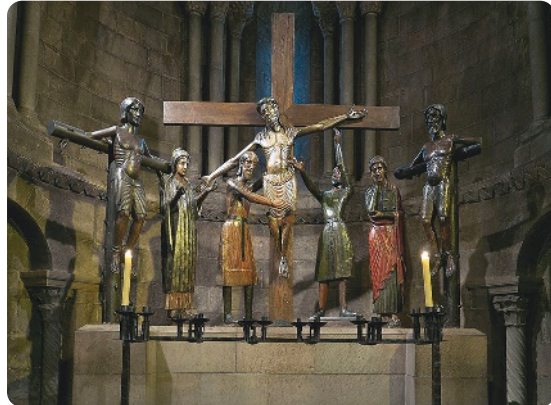


Fig. 22 Românico.

(Igreja de Maria Laach, Alemanha).

(Escultura 'Descida da Cruz', Mosteiro San Juan de las Abadesas Espanha).

Por Conterga,2C – Obra do próprio. CC BY-SA 3.0



Fig. 23 Gótico.

(Igreja de Nossa Senhora do Rosário (século XVI), Cidade Velha, Cabo Verde, que tem no seu interior uma pequena capela gótica, construída em 1495).

(Igreja de Santa Maria da Graça, Portugal).

Arte românica

Em meados do século XI, na Europa Ocidental, período marcado pela guerra e pela insegurança, a **arquitetura** românica procurou responder a essa realidade. Por isso, pode considerar-se o **românico** como "estilo fortaleza". Construíram-se igrejas e mosteiros, edifícios civis e outros militares, como muralhas e túmulos.

Conceitos

- Arquitetura
- Românico
- Escultura
- Gótico

Como principais características da arquitetura românica, destacam-se:

- edifícios robustos e de alguma sobriedade, às vezes abrigos seguros para as populações;
- paredes grossas, janelas raras e pequenas;
- planta das construções em cruz latina;
- elementos de influência romana, como o arco de volta perfeita ou redondo e a abóbada de berço.

A **escultura** românica apresentava figuras pouco realistas e ligadas a cenas religiosas ou quotidianas, monstros ou figuras geométricas. Tinha duas funções principais:

- função doutrinal, para explicar os princípios religiosos à população analfabeta;
- função "protectora", pela concentração das figuras nas aberturas dos edifícios.

Arte gótica

Depois de uma fase de guerra e de medo, o desenvolvimento económico fez-se acompanhar de um novo estilo artístico, o **gótico**. As grandes catedrais edificadas um pouco por toda a Europa, a partir do século XII, pretendiam evidenciar o poder das cidades.

As características da arquitetura gótica são:

- verticalidade (ou grande projeção em altura) e monumentalidade dos edifícios;
- uso de pináculos, arcos quebrados e abóbadas de cruzamento de ogivas;
- espaços amplos e iluminados, com colunas finas, janelas, vitrais e rosáceas.

A escultura gótica caracterizou-se pelo realismo das formas, pela expressividade e pelo movimento. Quanto às suas funções, salientam-se:

- função decorativa, aplicada em edifícios e túmulos;
- função narrativa, para contar histórias, por exemplo, religiosas (os vitrais, nas janelas e igrejas e palácios, cumpriam esse propósito).

Das fontes às respostas

- 1 Por que razão o estilo românico é conhecido como *estilo fortaleza*? (fig. 16)
- 2 Apresenta duas características da arquitetura gótica. (fig. 17)
- 3 Diferencia as funções das esculturas românica e gótica. (fig. 16 e 17)
- 4 A partir de uma visita de estudo ou de uma pesquisa individual, descreve a capela gótica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade Velha.



Para consolidar saberes

1 Completa os espaços em branco e forma um texto com sentido.

A partir do século, na Europa medieval, a agricultura sofreu significativas transformações. Os instrumentos de trabalho passaram a ser em e, por exemplo, usavam-se nos animais, melhorando a sua capacidade de trabalho. Além disso, descansavam-se as terras com o e obtinham-se naturais com o aumento da criação de gado. As terras abandonadas eram e, depois, recebiam novas culturas.

2 *A economia europeia era, então, urbana e monetária.*

O que significa esta frase?

3 Corrige a palavra errada em cada frase.

- a) A população que vivia e trabalhava nas cidades recebeu o nome de "nobreza".
- b) Nas universidades, formavam-se os funcionários monásticos.
- c) Para reforçarem o seu poder, os nobres criaram as Cortes.
- d) Os habitantes dos concelhos eram chamados "cavaleiros".

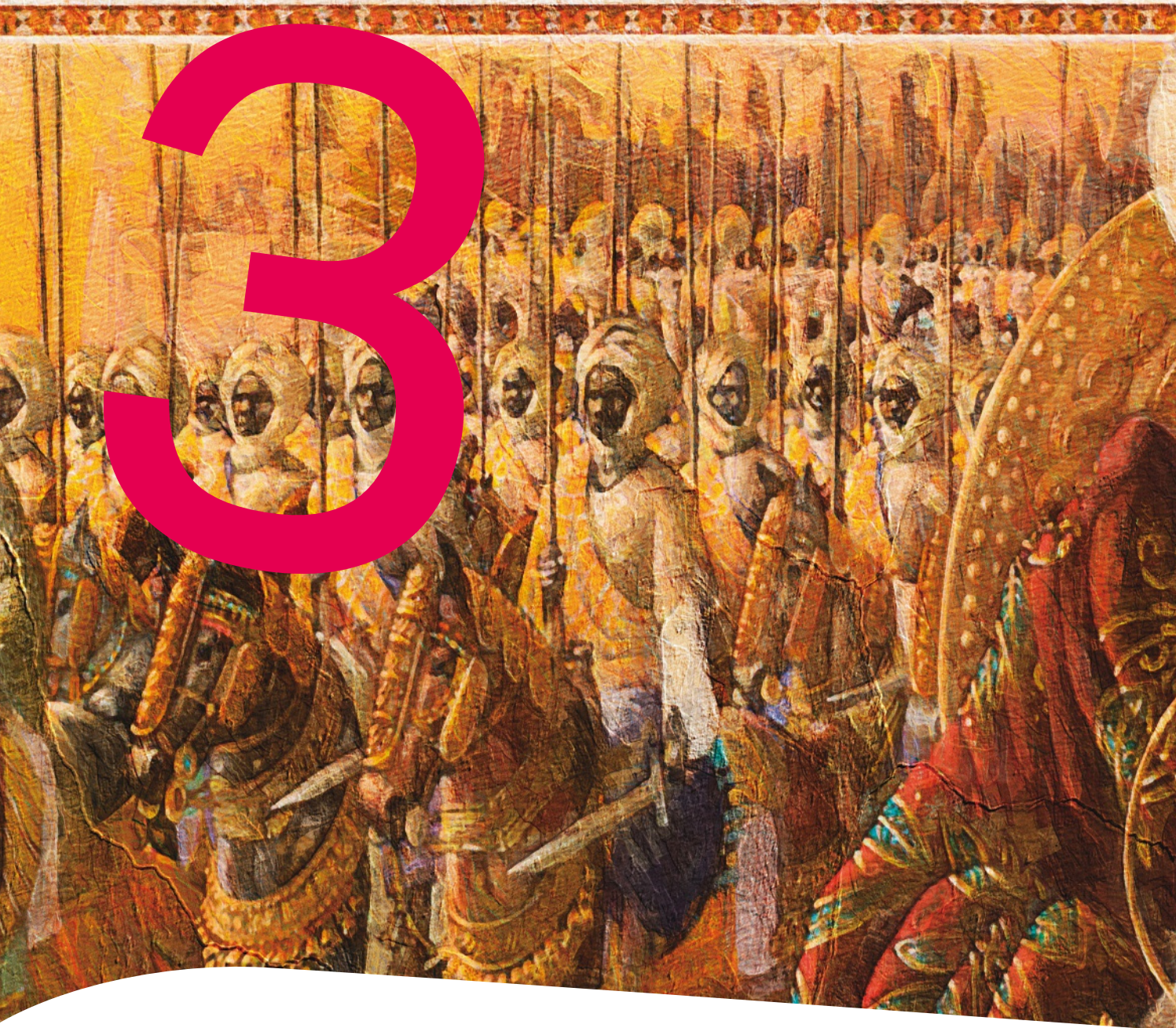
4 Apresenta um exemplo:

- da cultura cortesã;
- da cultura monástica;
- da cultura popular.

5 Associa cada um dos elementos à arte românica (R) ou à arte gótica (G).

- a) Edifícios verticais
- b) Função doutrinal
- c) Poucas janelas
- d) Arcos quebrados
- e) Função narrativa
- f) Abóbada de berço

3



Séc. VII

Séc. VIII

Séc. IX

Séc. X

Séc. XI

Séc. XII

Séc. XIII

Séc. XIV

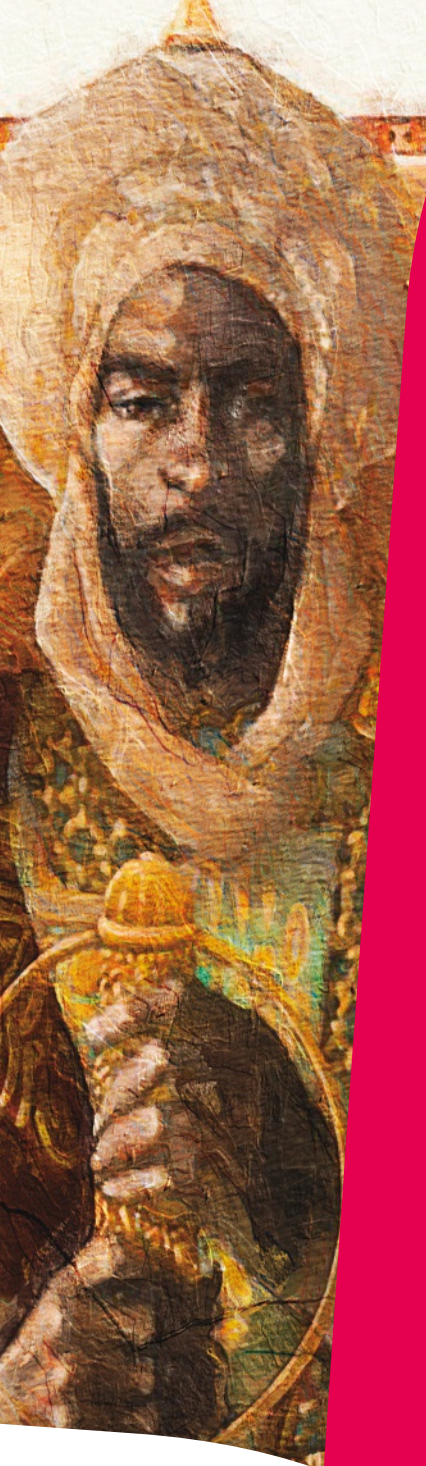
Império Songai

Império do Gana

Império do Mali

Império de Monomotapa
Reino do Benim

Reino do Congo



História da Idade Média (séculos V-XV)

Unidade III

Organização social, política
e económica da África de 900
a 1500 – progressos no
continente

Séc. XV

- África antes do século XV
- África pré-colonial: os Reinos

África antes do século XV

Antes do século XV, que impérios africanos existiam?

Que opções políticas, económicas e sociais seguiam?

Império Songai

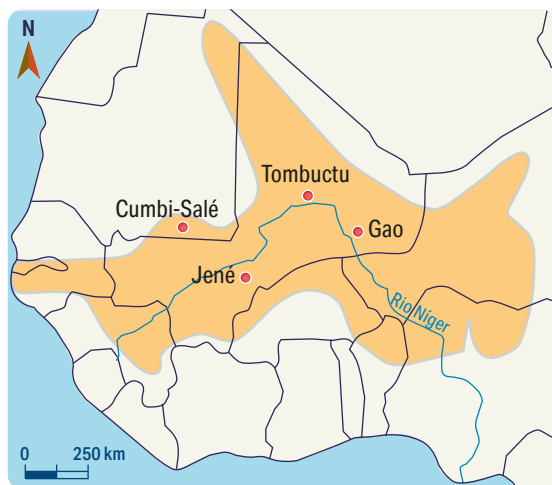


Fig. 1 Localização do Império Songai.



Fig. 2 Cidade de Jenné na atualidade.

Songai era um dos **impérios** africanos pré-coloniais, com a capital estabelecida em Gao, surgido na África Ocidental, junto às margens do rio Níger. A sua formação resultou de um longo processo, iniciado por volta do século VII, porque o interesse dos mercadores locais e do Norte de África contribuiu para a afluência de pessoas de diversas origens. O desenvolvimento económico da região, até meados do século VIII, favoreceu a instituição de uma estrutura de governação.

Conceitos

- Impérios
- Matrilinear
- Trocas comerciais

A dinastia Sunni, a partir do século XIV, transformou o pequeno estado mercantil de Gao, e antigo reino vassalo do Mali, num vasto e poderoso Império que estendeu a sua influência às savanas do Sudão central, anexou províncias de outras zonas, desenvolveu o comércio com os povos das florestas e juntou vários centros urbanos, entre as quais, a rica cidade de Tombuctu (Mali). Logo depois, os representantes da dinastia Askia continuaram as campanhas de conquistas para norte e para oeste e transformaram a cidade de Jenné num dos maiores centros comerciais do mundo, frequentado por caravanas vindas de locais diversos. O imperador do Songai regulava os impostos, criou um exército constituído por escravos e prisioneiros, unificou os pesos e as medidas e permitiu a exploração das salinas de Tegaza. Além disso, nomeava os governadores responsáveis pela administração das várias áreas sob o seu domínio.

A nível económico, o império caracterizava-se pela sua economia mista: praticava-se o comércio de ouro e de sal (com os "cauris" – conchas – a serem usados como moeda) e, ainda, a agricultura, cultivando-se o arroz, a criação de gado e a pesca.

A ruína do Songai, já no século XVI, deveu-se às lutas pela liderança política; às tentativas internas de independência por parte dos territórios subjugados; à invasão e ao domínio, por parte dos marroquinos, das salinas de Tegaza; ao desvio das rotas do ouro e dos escravos para leste e para sul.



Fig. 3 Contador de cauris, a moeda usada no Império Songai.

Das fontes às respostas

- 1 Localiza geograficamente o Império Songai. (fig. 1)
- 2 O desenvolvimento económico foi anterior à organização política do Império. Justifica. (fig. 2)
- 3 Indica duas atividades económicas praticadas. (fig. 2)
- 4 Descreve as ações do imperador, líder máximo do Songai.

Império do Gana

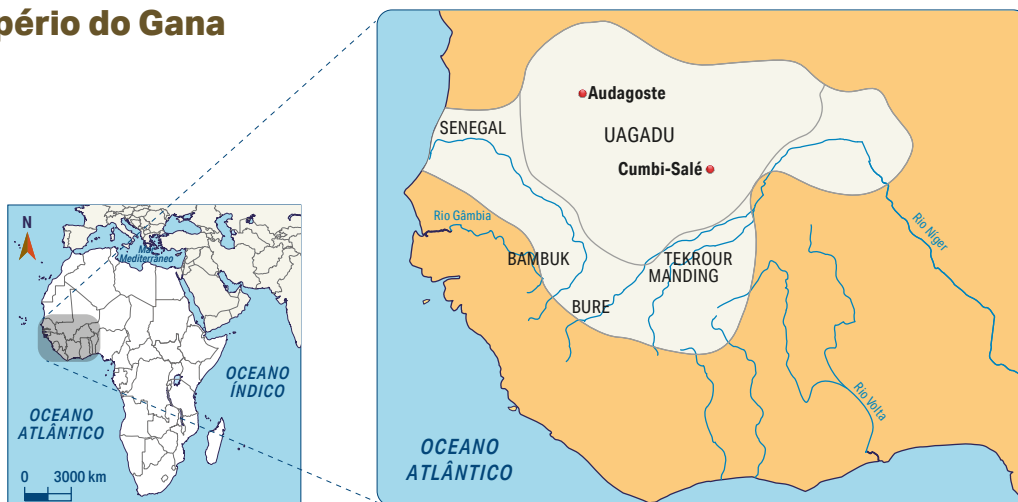


Fig. 4 Localização do Império do Gana.

O Império do Gana foi um dos mais importantes do período pré-colonial da região da África Ocidental, sendo também conhecido como Império Uagadu.

A dinastia Soninké começou por assumir o controlo político do território, adotando um poder centralizado e desenvolvendo um processo de expansão territorial, que deu origem, no século X, ao império que se estendia da Mauritânia ao Alto Níger e do Senegal ao Tombuctu. Além disso, ao longo dos rios Senegal e Níger, manteve sob seu domínio e dependência diversos reinos vassalos. Posteriormente, e até ao século XI, a dinastia Tunka passou a gerir política, económica e militarmente o Império do Gana. Era apoiada, a nível governativo, pelo Grande Conselho, composto por o que hoje chamaríamos de “altos funcionários do Estado”, entre os quais, escravos libertos, sábios muçulmanos e outros homens fortes da religião animista local.



Fig. 5 Exploração de ouro na atualidade.

A sucessão no poder assentava num regime de tipo matriarcal/**matrilinear**, uma prática característica em alguns povos africanos, pois era o filho da irmã do “rei” quem lhe sucedia no trono (diferente da sucessão na Cristandade Ocidental, na qual a sucessão, a maior parte das vezes, era do pai para o filho mais velho).

Quanto à dinâmica social, o império dividia-se em quatro estratos: o clã real, que controlava as **trocias comerciais**, como a sua defesa e segurança, coletava os tributos que os camponeses tinham de entregar e regulamentava a exploração do ouro; os patriarcas (os mais velhos, “chefes” das famílias mais importantes e próximas do líder), que comandavam as terras e a guerra e eram responsáveis pelas cerimónias religiosas; os camponeses, que pagavam os tributos em géneros; e os escravos, base da sociedade, possivelmente sem direitos. O exército era constituído por muitos homens, equipados com setas e arcos, sempre disponíveis para defender a sua terra.

Os mais importantes centros urbanos do império eram as cidades de Auda-goste e de Cumbi-Salé, autênticos motores para as atividades políticas, económicas e culturais.

Economicamente, a prosperidade resultava da prática da agricultura e da criação de gado, que beneficiavam do clima húmido da região. Ainda assim, a principal fonte de riqueza eram as minas de ouro. Esse minério explorado em Wangara era utilizado como moeda, transformado em objetos de ourivesaria e, ainda, vendido aos mercadores do Magrebe e do Egito, os quais depois o exportavam para as cidades muçulmanas da Península Arábica, a Índia e a Europa. A nível comercial, trocava-se o ouro por tecidos de lã, de algodão, de púrpura, anéis de cobre, pérolas azuis, sal, tâmaras e figos. O marfim e os escravos eram também importantes exportações.

A partir do século XI, com a invasão dos Almorávidas (pastores nômadas) e com uma nova vaga dos Almóadas, o império começou a desagregar-se em pequenos reinos, quer pela obrigatoriedade da conversão ao Islamismo da população local, quer devido a lutas internas.

Das fontes às respostas

- 1 Caracteriza a evolução política no Império do Gana. (fig. 4)
- 2 Descreve as trocas comerciais nas quais o Gana estava envolvido. (fig. 4)
- 3 Gostarias de ser um camponês no Império do Gana? Porquê?

Império de Monomotapa

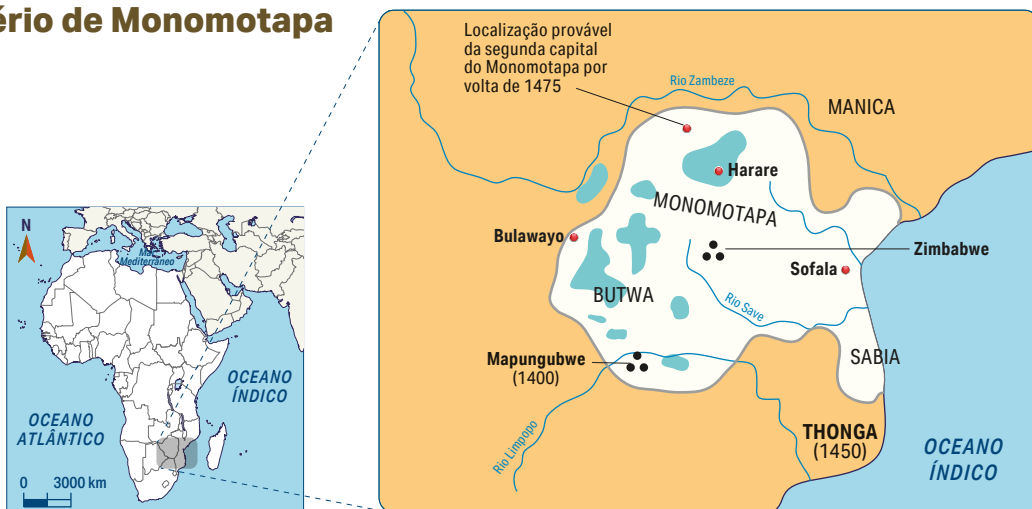


Fig. 6 Localização do Império de Monomotapa.

O Império de Monomotapa, também denominado Reino de Zimbabue, surgiu no século XII, no território do grande Zimbabué, na costa oriental de África, no sul do rio Zambeze. Foi fundado por descendentes de povos Bantu dos Grandes Lagos, nomeadamente Niatsimba, que fugiam à seca e procuravam terras férteis para a prática agrícola.



Fig. 7 Estratificação social em Monomotapa.

A nível social, o Império tinha um chefe máximo, o Muenemutapa, que o dividiu em reinos bastante organizados e estes em aldeias (mushas); logo depois, surgiam os Mambos, chefes dos reinos (recebiam os tributos de ouro e marfim e trocavam-nos, com os mercadores árabes, por tecidos, pérolas e porcelanas); os Fumos, responsáveis pelos agrupamentos de aldeias; os Muenemushas, chefes das aldeias que distribuía as terras e organizavam o trabalho agrícola e os camponeses, pastores e artesãos na base da hierarquia.

As principais atividades económicas eram o comércio de ouro e marfim e a agricultura. Cada família camponesa possuía uma machamba, um pedaço de terra, onde produzia os seus alimentos e os excedentes eram entregues ao chefe da aldeia, que os fazia chegar ao chefe máximo do império. Na capital de cada reino havia grandes terrenos onde todos os camponeses tinham de cultivar os produtos agrícolas que alimentavam o Muenemutapa e a sua família. Além disso, eram ainda os camponeses que caçavam para obter o marfim para as **trocas comerciais**, enquanto as mulheres e crianças trabalhavam nas minas de ouro.



Fig. 8 Ruínas do Reino Zimbabué.

A crise do Império Monomotapa relacionou-se com as constantes lutas pela sucessão no poder e com a chegada dos primeiros europeus (os portugueses), nos finais do século XV. Iniciava-se o período de expansão europeia que viria a alterar as regras de funcionamento local.

Das fontes às respostas

- 1 Qual a origem do Império de Monomotapa? (fig. 6)
- 2 A partir da fonte (fig. 6), descreve a organização social em Monomotapa.
- 3 Explica as obrigações que os camponeses tinham de cumprir.
- 4 Justifica a queda do Império de Monomotapa.

Império do Mali

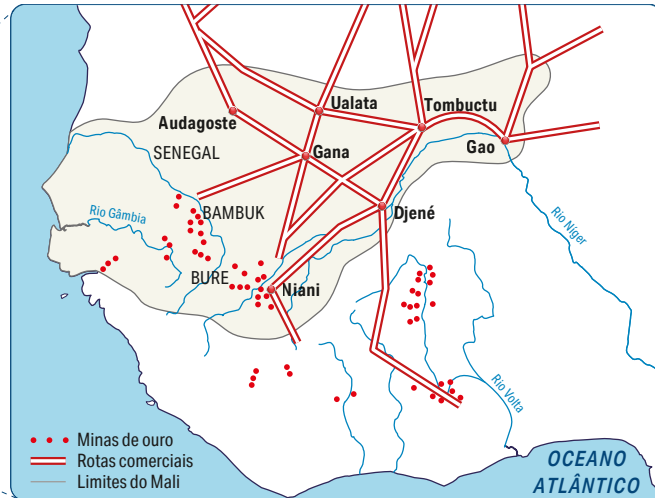


Fig. 9 Localização do Império do Mali.

O Império do Mali surgiu, usando o calendário gregoriano, no século XIII, com capital em *Niani*, após o desaparecimento do Império do Gana. Estava localizado na África Ocidental, entre os rios Níger e Buré, adotando características de um território rico, pacífico devido à tolerância religiosa e povoado por pessoas cultas.

O seu fundador foi Sundiata Keita, um homem convertido ao Islão e que iniciou um processo de reconstrução económica e social do Mali, instituindo novas bases sociais e políticas, ao mesmo tempo que introduziu novas leis, novos costumes e determinou os deveres dos grupos étnicos ali existentes.

A administração política do Mali era descentralizada: o território estava dividido em regiões, que se organizavam em centros urbanos e aldeias. Os senhores locais, vassallos do chefe de todo o império, tinham uma certa autonomia governativa, mas conheciam os limites das suas competências e atribuições. O imperador era a figura máxima a quem todos deviam obediência. A sociedade estava claramente organizada. No topo, a família do chefe máximo; a população *malinké*, organizada em trinta "clãs" (grupos familiares, estruturados de forma hierárquica, mas solidária); os *farbas*, com funções administrativas nas províncias; os comerciantes; os grupos de homens livres (camponeses), cujas colheitas e gado eram tributados, podendo ser recrutados como soldados; os escravos.



Fig. 10 Comércio de algodão na atualidade.

As atividades económicas, como a agricultura, a pecuária e o artesanato, beneficiavam da proteção do exército e desenvolveram-se significativamente no Mali. Os habitantes locais dedicavam-se, ainda, ao comércio e trocavam produtos como ouro, algodão, cola, óleo de palma, além dos escravos. Assim, o império começou a controlar o comércio sudanês que ligava as várias praças mercantis às zonas para abastecimento de produtos, como as minas de sal do deserto do Saara, as regiões de ouro do Sael e as florestas tropicais onde havia pimenta e noz-de-cola.

O fim do Império do Mali aconteceu, a partir do século XIV, devido aos conflitos entre elementos da família do imperador, que muitas vezes eram resolvidos com assassinatos, e às pilhagens concretizadas pelos Tuaregues. Estes eram pastores semi-nómadas, agricultores e comerciantes berberes que, naquela época, controlavam a rota das caravanas no deserto do Saara. Habitavam na costa mediterrânica da África e começaram a sua expansão para sul, alcançando territórios como os do Mali.

Das fontes às respostas

- 1 Apresenta as características gerais do Império do Mali. (fig. 7)
- 2 Distingue a organização política do Mali em relação a outros impérios pré-coloniais.
- 3 A nível económico, que atividades se praticavam no Império do Mali? (fig. 10)

África pré-colonial: os Reinos

Que reinos africanos coexistiram com a Idade Média europeia?

Que opções políticas, económicas e sociais seguiam?

Reino do Benim



Fig. 11 Localização do Reino do Benim.



Fig. 12 A criação de animais no Benim.

O Reino do Benim foi fundado nas margens do rio Níger, na costa ocidental de África, por volta do século XII. Ali juntou-se um conjunto de pessoas, o povo Edo, emigrantes de um reino Yoruba (etnia que ainda hoje existe, por exemplo na Nigéria), que criou um sistema de governo autónomo, dirigido por poderosos chefes, os membros mais velhos de um conselho governativo composto pelas cabeças das famílias dominantes, que, adiante, alcançaram o título de rei.

Conceitos

- Comércio marítimo

Com o quarto rei, no início do século XIV, o Reino tornou-se mais forte com o reforço do poder real sobre o Conselho de Estado, o aperfeiçoamento do poderio bélico do exército e a alteração do nome da capital para *Ubiní*, termo a partir do qual aparece a palavra Benim.

A organização social era marcada pelo poder absoluto do rei, ou *Oba*. Havia, ainda, os funcionários reais que governavam as aldeias dispersas pela floresta e que recolhiam os tributos para depois os entregarem ao rei e havia os escravos, que realizavam diferentes tarefas.

No Benim, o crescimento do **comércio marítimo** foi sustentado pela exportação de produtos cultivados localmente, como a pimenta ou o algodão tingido, que, desde os primeiros contactos com os europeus, nomeadamente com os portugueses (no século XV), começaram a ser exportados para a Europa. As trocas comerciais envolviam ainda

produtos como o marfim e o óleo de palma, além dos escravos. A agricultura, a criação de gado e a pesca eram também atividades económicas praticadas no território.

No século XV, o Benim alcançou o apogeu, com cerca de duzentas cidades e aldeias, e iniciou as relações mais diretas com a Europa (inicialmente, com os portugueses). Assim como aconteceu em outros reinos de África, as relações com os europeus mantiveram-se até ao século XIX, aquando do início da ocupação efetiva (colonização).

Nota: Os “bronzes do Benim” são um conjunto de peças feitas em bronze, latão, marfim, madeira, ..., que retratam a técnica da microfundição já utilizada no Reino do Benim. São considerados os melhores exemplares desta técnica de moldagem. (Museu Britânico de Londres, 2018)

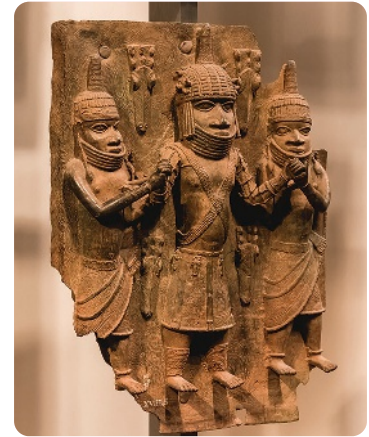


Fig. 13 Bronzes do Benim.

Das fontes às respostas

- 1 Como se iniciou a governação do Reino do Benim? (fig. 10)
- 2 Explicita a forma de organização social adotada no Benim.
- 3 Que atividades económicas praticavam os habitantes locais? (fig. 12)

Reino do Congo



Fig. 14 Localização do Reino do Congo.

O Reino do Congo, situado na África central, foi fundado pelo guerreiro Nimi-a-Lukeni, entre os séculos XIII e XIV, e a sua capital era Mbanza Congo. Aí viviam o rei e os funcionários da corte.

Num regime de direito matrilinear, o rei concentrava todos os poderes e o território estava organizado em seis regiões divididas em aldeias. Os governadores, ou Mani, eram parentes do rei e dirigiam as referidas regiões, recolhendo os impostos, as multas e as indemnizações. Assumiam, assim, funções administrativas, mas também militares e religiosas, pois recrutavam os indivíduos para o exército e para o trabalho comunitário e aplicavam a justiça. Nas aldeias, onde viviam e trabalhavam camponeses e escravos, a governação era responsabilidade dos “nobres”. Outros membros deste grupo estavam responsáveis pelo controlo das finanças na capital do reino. O povo era constituído pelos camponeses, que cultivavam as terras, e pelos artesãos, que trabalhavam o ferro e a madeira.

Os diferentes reis do Congo concretizaram políticas de expansão territorial e os territórios vizinhos, considerados inferiores, foram dominados politicamente através do pagamento de impostos. O exército, que era também uma guarda pessoal do rei, contribuiu para estas ações de anexação de terras. Dele faziam parte, em caso de guerra, todos os homens aptos do reino.

As principais atividades económicas do Reino do Congo eram o comércio, trocando-se produtos excedentes como o sal, o ferro, os tecidos de rafia, as peles e alguns alimentos e utilizando-se, como moeda, o nzimbo (conchas pequenas); a agricultura (cultivava-se milho, feijão, banana, inhame, massango, massambala, palmeiras); a criação de gado (cabras, porcos e gado bovino); a metalurgia (fabrico de instrumentos agrícolas, de caça e armas); a exploração mineira e o artesanato (cerâmica, tecelagem, fabrico de tecidos).



Fig. 15 Artesãos a trabalhar o ferro.

A organização sociopolítica e económica do Reino do Congo findou, em finais do século XV, devido à cobiça europeia (iniciada pelos portugueses) pelas minas do território e à Batalha de Ambuíla, já em 1665.

Das fontes às respostas

- 1 Identifica o fundador e a capital do Reino do Congo.
- 2 *Os reis do Congo investiram na expansão territorial.*
Explica o sentido da frase. (fig. 14)
- 3 Dá exemplos de atividades económicas habituais no Reino do Congo. (fig. 15)

Para consolidar saberes

- 1 Associa a cada frase um Império pré-colonial africano: Songai (S), Gana (G), Mali (M) ou Monomotapa (Mo).**
 - a) A principal fonte de riqueza eram as minas de ouro.
 - b) Os Mambos eram os chefes dos Reinos.
 - c) Surgiu nas margens do Rio Níger, no século XII.
 - d) A capital era Niani.
 - e) A cidade de Jenné transformou-se num centro comercial.
 - f) O clã real estava no topo da hierarquia social.
 - g) Os camponeses também caçavam marfim.
 - h) Tinha uma administração política descentralizada.

- 2 Aponta duas semelhanças (uma social e uma económica) entre os Impérios do Gana e do Mali.**

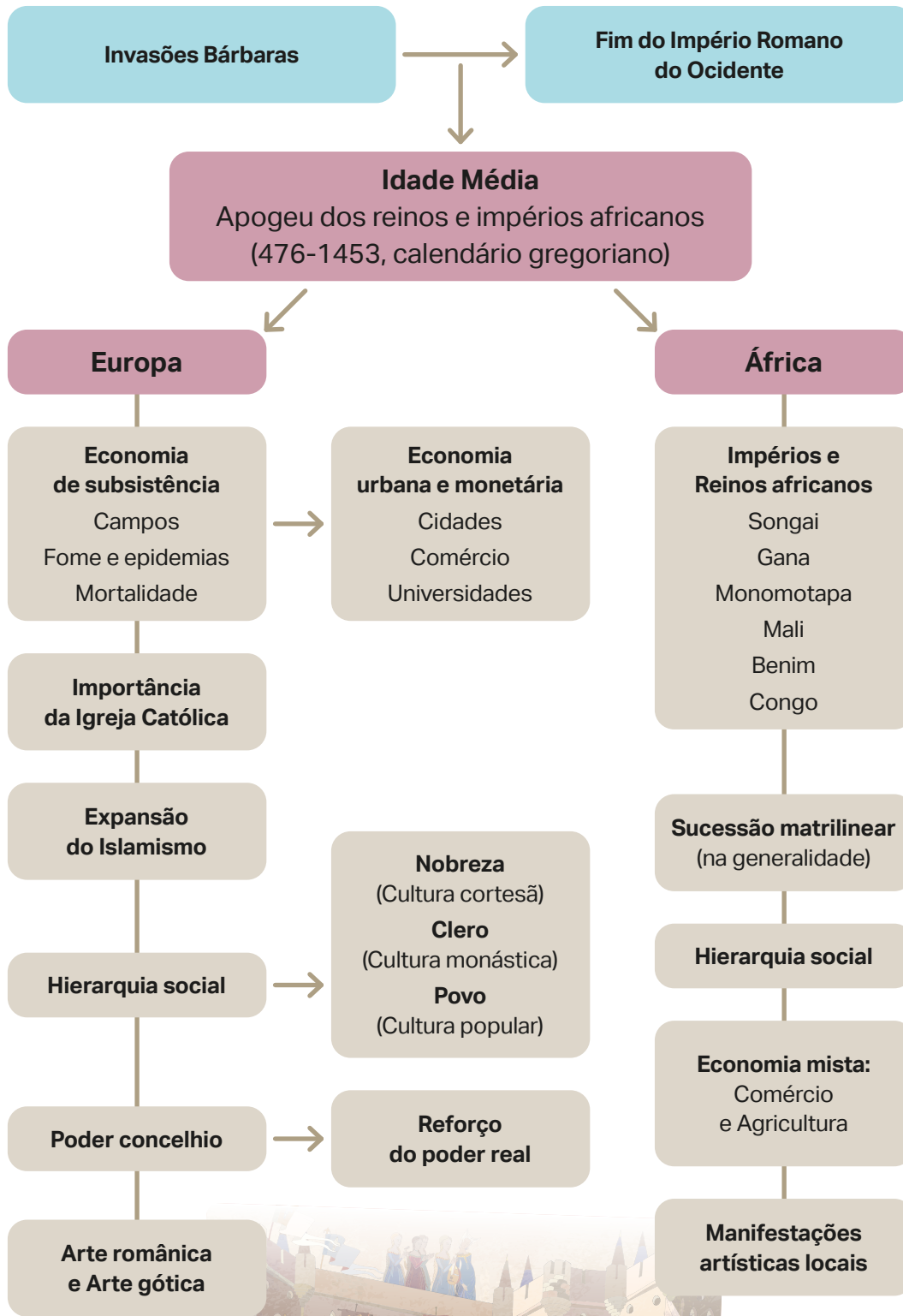
- 3 Justifica o fim dos Impérios de Songai e de Monomotapa.**

- 4 Indica se as afirmações são verdadeiras (V) ou falsas (F). Corrige as falsas.**
 - a) O Reino do Benim surgiu nas margens do rio Nilo, no século XII.
 - b) O nome "Benim" deriva do nome de uma cidade, "Ubini".
 - c) A malagueta e a lã tingida eram comerciadas por via marítima.
 - d) O apogeu do Reino do Benim aconteceu no século XIV.

- 5 Sobre o Reino do Congo, indica:**
 - o fundador;
 - o ano de surgimento;
 - a localização geográfica;
 - a capital.

- 6 Caracteriza a organização social do Reino do Congo.**

Para resumir conceitos e ideias



4



1400

1450

1500

1550

Renascimento

1415
Expansão marítima
portuguesa

1460
Achamento de
Cabo Verde

1492
Expansão marítima
espanhola



História da Idade Moderna (séculos XV-XVIII)

Unidade IV

A Idade Moderna (séculos XV-
-XVIII) e relações históricas
atlânticas iniciadas. Cabo Verde
nas memórias do Atlântico

- Periodização relacionada com a Idade Moderna
- O pioneirismo ibérico nas relações com o Atlântico
- Portugueses e espanhóis pelo Atlântico
- Cabo Verde: achamento, início do povoamento e primeiras formas administrativas
- Contributo do arquipélago como escala e para a perceção global do mundo. Marcas culturais do contacto entre povos



1600

Periodização relacionada com a Idade Moderna

O que foi a Idade Moderna?

Como distingui-la da Idade Média?



Fig. 1 Mapa-mundo de Martellus (1489).

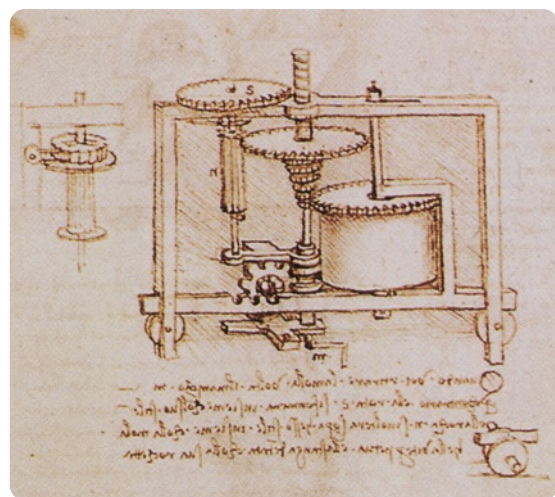


Fig. 3 Desenho do motor movido a mola, de Leonardo da Vinci (1452-1519).



Fig. 5 Algemas de ferro usadas para prender pessoas escravizadas.

[A globalização] tem antecedentes históricos. Entre eles, nos séculos XV e XVI, avultam as viagens marítimas iniciadas pelos navegadores ao serviço das coroas portuguesa e hispânica. [...]

Carlos Fiolhais, J. E. Franco e J. Pedro Paiva, *História Global de Portugal*, Temas e Debates. 2020

Fig. 2 Uma (quase) mundialização.

Para pensar: O que significa globalização?

As quatro letras, de que se compõe o nome Adão, são as mesmas que no texto grego dão princípio às quatro partes do mundo oriente, ocidente, setentrião e meio-dia. E como os homens divididos pelas mesmas quatro partes do mundo – os da Europa, os da África, os da Ásia e os da América – conforme os diferentes climas haviam de nascer de diferentes cores, traçou a sabedoria do Supremo Artífice que, assim como em todo o nome de Adão [...] estava rubricada a memória do Pai e sangue comum de que descendiam, assim a cada letra do mesmo nome respondessem os diversos climas do mundo, que lhe haviam de variar as cores, para que na variedade da cor se não perdesse a irmandade do sangue.

Padre António Vieira, *Sermão XX*, em "Obra Completa", Círculo de Leitores, 2014

Fig. 4 Seres humanos iguais.

Idade Moderna: periodização

A **Idade Moderna europeia**, que se estendeu entre meados do século XV e finais do século XVIII, ou inícios do século XIX, ficou marcada pelo dinamismo expansionista do ocidente europeu, a par de ações e práticas consideradas hoje de uma extrema brutalidade para a condição humana, nomeadamente a escravatura.

Conceitos

- **Idade Moderna europeia**
- **Mundus novus**

O seu ponto de partida, para alguns historiadores, é o ano de 1453, momento da queda do Império Romano do Oriente com a conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, prolongando-se até à Revolução Francesa, em 1789, ou para alguns até ao início do século XIX, quando a revolução industrial provocou uma mudança estrutural significativa e evidente.

Genericamente, a Idade Moderna europeia caracterizou-se, ao nível da cultura, pelo Renascimento, pelo encontro, nem sempre pacífico, de povos e diferentes modos de vida; em termos políticos, pela “criação” do centralizado Estado Moderno e de Absolutismo monárquico; socioeconomicamente, o período ficou marcado pela ascensão do capitalismo comercial e da burguesia.

A Cristandade enfrentou alguns cismas, talvez o mais importante tenha sido a chamada Reforma Protestante, que originou uma resposta apelidada de Contrarreforma Católica (ou de Reforma Católica).

Os avanços de um certo espírito científico conduzirão, já no final deste período mencionado como “Moderno” pelos estudiosos europeus, ao movimento iluminista, que trouxe várias novidades tanto na organização política, como na dimensão religiosa, mas sobretudo no que respeita à cultura europeia.

Afinal, o que aconteceu ao longo da Idade Moderna?

Um novo período histórico é obrigatoriamente marcado por transformações significativas – políticas, económicas, sociais e/ou culturais – face à época anterior.

Neste caso, o Feudalismo vai-se desvanecendo, afirmando-se formas medievais de capitalismo (comercial). Os dogmas da religião são colocados em causa, baseando-se os indivíduos em princípios humanistas e assentes na Razão. Embora se dissemine no espaço colonial, a Igreja Católica tem de encarar os movimentos reformistas. A ciência desenvolve-se e os avanços tecnológicos permitem uma outra forma de entender o conhecimento e o mundo. Aparecem os primórdios de um sistema mundial de comércio, quando a Europa Ocidental inicia um período de expansão marítima e de conquista de territórios noutros continentes, conduzindo, em meados do século XIX, ao sistema colonial.

IV. A Idade Moderna (séculos XV-XVIII) e relações históricas atlânticas iniciadas.
Cabo Verde nas memórias do Atlântico

Há, pois, um *mundus novus*, segundo **Américo Vespúcio** (1451-1512), ampliando-se os horizontes geográficos europeus que se consideravam até então.

O nome deste mercador italiano vai dar origem à identificação do continente americano, como América (versão feminina e latina do seu primeiro nome), pois o mesmo concluiu que aquelas terras, a ocidente da Europa, existiam de facto.



Fig. 6 Américo Vespúcio.

Das fontes às respostas

- 1 Localiza, no tempo, a Idade Moderna. (fig. 2)
- 2 Aponta alguns avanços que se verificaram ao longo da Idade Moderna. (fig. 1 e 3)
- 3 Reflete sobre o lugar e o papel do ser humano nesta época histórica. (fig. 4 e 5)

O pioneirismo ibérico nas relações sistemáticas com o Atlântico

Que razões justificam a precocidade portuguesa na expansão marítima europeia?

Que condições favoreceram esse processo?

E porque ele [Infante D. Henrique] tinha vontade de conhecer a terra que ficava além do Cabo Bojador [...]. E esta foi a primeira razão. A segunda razão foi querer saber se havia naquelas terras algumas povoações de cristãos com as quais pudesse fazer comércio de mercadorias [...]. A terceira [...] por querer conhecer o poderio dos Mouros. A quarta razão foi querer saber se nessas terras haveria algum rei cristão que o quisesse ajudar na luta contra aqueles inimigos da Fé. A quinta foi o desejo de expandir a *Santa Fé*.

Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, século XVI

Fig. 7 Motivações do Infante D. Henrique (1394-1460) para a expansão marítima.



Fig. 8 Reconstituição do uso dos instrumentos de navegação astronómica.



Fig. 9 Bússola.



Fig. 10 Caravela latina, com velas triangulares (iluminura de Duarte Galvão, início do séc. XVI).

O avanço português: motivações

O século XIV foi, para a Europa, um tempo de peste, de fomes e de guerras, o que provocou uma grave crise económica e social.

A solução para os problemas existentes passava pela exploração além-mar, procurando os países europeus sobretudo cereais, matérias-primas e mão de obra noutros continentes.

Portugal avançou para a **expansão marítima** por razões económicas, pois precisava de ouro e de prata para pagar os produtos do Oriente, faltavam os cereais e queria ter acesso a outras riquezas como as especiarias, o açúcar e as plantas tintureiras; e por razões religiosas, desejando combater os muçulmanos e expandir a fé cristã. Além disso, com as suas fronteiras na Península Ibérica estabelecidas, a necessidade de expansão, como política de enriquecimento para apoiar o processo de centralização régia e apaziguar a nobreza, apenas se podia fazer para sul, em direção ao continente africano.

Conceitos

- Expansão marítima
- Navegação astronómica
- Precocidade

Aspetos favoráveis a Portugal

Os diferentes grupos sociais, bem como os reis portugueses da Dinastia de Avis, interessados em legitimá-la, interessaram-se pela ideia da expansão marítima:

- os nobres olhavam para as terras, para os cargos e para os títulos que podiam alcançar;
- o clero tinha motivações religiosas ligadas à divulgação do Cristianismo;

D. João I (1357-1433)
D. Duarte (1391-1438)
D. Afonso V (1432-1481)
D. João II (1455-1495)
D. Manuel I (1469-1521)
D. João III (1502-1557)
D. Sebastião (1554-1578)

- o povo pensava na melhoria das suas condições de vida e a burguesia nas oportunidades de negócio;

A juntar a isso, havia um conjunto de outras condições que beneficiaram este projeto português:

- condições históricas – tradição na prática de atividades ligadas ao mar, como a pesca ou o comércio marítimo;
- condições geográficas – localização no extremo sudoeste da Península Ibérica; extensa costa e vários portos naturais;
- condições políticas – clima de alguma estabilidade; competição com a orientação expansionista do unificado reino de Espanha;
- condições técnicas – uso de instrumentos de **navegação astronómica** (orientada pelos astros através da observação e cálculo), como a bússola, o astrolábio ou a balestilha, de cartas de marear e de caravelas (estas embarcações, com velas triangulares, permitiam bolinar, isto é, navegar em ziguezague com ventos contrários).

Perante este cenário favorável, e com o impulso de um poder real cada vez mais forte e centralizado, os portugueses avançaram mar adentro, assumindo a sua **precocidade** neste processo.



Fig. 11 Carta de marear.



Fig. 12 Portos naturais portugueses (séculos XV e XVI).

Das fontes às respostas

- 1 Refere três motivações portuguesas para o avanço da expansão marítima. (fig. 7)
- 2 *Socialmente, todos apoiavam a expansão em Portugal. Justifica.*
- 3 Indica as condições técnicas favoráveis. (fig. 8, 9 e 10)

Portugueses e espanhóis pelo Atlântico

Para onde se dirigiram os portugueses?

E o Império Espanhol, como se formou?



Fig. 13 Os rumos da expansão portuguesa.



A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo [...], não foi senão a sua avareza que causou a perda desses povos, que por serem tão dóceis e tão benignos foram tão fáceis de subjugar, e quando os Índios aceitaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados por animais [...]; e assim morreram, sem fé e sem sacramento, tantos milhões de pessoas.

Frei Bartolomeu de las Casas, excerto retirado de *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, 1552

Fig. 14 A ação espanhola na América do Sul.



Fig. 15 Cidade Inca de Machu Picchu, no Peru.

Os rumos da expansão portuguesa

A expansão portuguesa conheceu diferentes etapas, de acordo com os interesses políticos e sociais de cada momento.

Cronologicamente, destacam-se alguns dos momentos nesse processo de alargamento do território nacional português por via marítima:

- 1415 – início com a conquista de Ceuta, no norte de África, que se revelou um fracasso;
- entre 1434 e 1488 – exploração da costa africana, nomeadamente dos arquipélagos atlânticos como Cabo Verde; dobragem do Cabo das Tormentas (da Boa Esperança), no sul de África, e primeiro contacto com o Oceano Índico;
- 1494 – assinatura do Tratado de Tordesilhas, por Portugal e Espanha, uma estratégia ibérica para a partilha dos espaços de expansão marítima;
- 1498 – concretização do caminho marítimo para a Índia (Ásia), numa *epopeia* liderada por Vasco da Gama;
- 1500 – chegada das embarcações portuguesas, lideradas por Pedro Álvares Cabral, ao Brasil, na América do Sul.

Conceitos

- Império
- Ameríndios
- Colónia(s)

“Sabe que há muitos anos que os antigos
Reis nossos firmemente propuseram
De vencer os trabalhos e perigos,
Que sempre às grandes coisas se opuseram;
E, descobrindo os mares inimigos
Do quieto descanso, pretenderam
De saber que fim tinham, e onde estavam
As derradeiras praias que levavam.”

Discurso de Vasco da Gama, Canto VIII, estrofe 70,
Os Lusíadas, de Luís Vaz de Camões

“Os Lusíadas” é uma obra portuguesa da autoria de Luís Vaz de Camões que, sob a forma de poesia épica, glorifica os portugueses pela referência a vários episódios da História de Portugal.

A formação do Império Espanhol

A partir de 1492, Espanha unificou o seu território e iniciou a formação de um **império** rival do português. Após a chegada de Cristóvão Colombo e da sua frota à América, os espanhóis procuraram nesse continente riquezas, como ouro e prata. Encontraram e exploraram sobretudo a prata.

No continente americano viviam povos com diferentes culturas, os quais haviam desenvolvido civilizações bastante avançadas, como os Astecas, os Maias ou os Incas. Estes povos **ameríndios** apresentavam uma organização política e uma estrutura social e religiosa (politeísta) consolidadas. O seu conhecimento de Medicina e de Matemática, por exemplo, rivalizava, no mínimo, com o da Europa. Importa referir que em alguns destes impérios, como o Maia, o conhecimento da arquitetura e da engenharia era notável, com a existência de estruturas piramidais, algo semelhantes às do Antigo Egito, assim como a utilização de um complexo sistema de escrita, também com algumas parecências relativamente ao Egito faraónico.



Vídeo
O Tratado de
Tordesilhas



No entanto, os espanhóis foram capazes de os dominar, em parte por certa superioridade militar, pois possuíam já armas de fogo e técnicas estratégicas desenvolvidas, que, pela sua novidade, apanharam de surpresa estas civilizações ameríndias. Além disso, também o conseguiram por via de alianças com comunidades subjogadas, algumas de outras etnias e em conflito com o poder "central".

Todavia, há um fator decisivo e que ultrapassa (ou pelo menos complementa) as explicações anteriores. Com as armas de fogo e as diferentes estratégias militares, os espanhóis "transportavam" consigo "doenças europeias", para as quais os ameríndios não estavam fisiologicamente imunes, gerando pandemias que acabaram por dizimar uma parte muito significativa da população autóctone. Cinco anos após o contacto com os espanhóis, cerca de 78% da população Maia, por exemplo, tinha desaparecido, vítima daquilo que na língua local foi designado como *cocoliztli* ("pestilência"). Esta situação aconteceu também após o contacto entre os portugueses e os povos ameríndios no que viria a ser o "Brasil".



Fig. 16 Templo (Maia) de Kukulcán, no México.

Em resumo, os povos ameríndios, incapazes de resistir ao invasor, viram as suas civilizações sofrerem significativas alterações, que acabariam mesmo por levar à sua extinção.

Quando conquistaram o território, impondo o seu poder, os espanhóis exploraram as minas locais, saquearam o ouro e, sobretudo, a prata dos povos que ali permaneciam e transformaram Espanha numa poderosa potência imperial com as suas **colónias** no continente americano.

Das fontes às respostas

- 1 Relativamente ao continente africano, indica as ocupações portuguesas no século XV. (fig. 11)
- 2 Explica os fatores que permitiram aos espanhóis derrotar os povos ameríndios. (fig. 12)

Cabo Verde: achamento, início do povoamento, primeiras formas administrativas

Em que ano os portugueses chegaram a Cabo Verde pela primeira vez?

Quem iniciou o povoamento do arquipélago?

Prelúdio

Quando o descobridor chegou à primeira ilha
nem homens nus
nem mulheres nuas
espreitando
inocentes e medrosos
de trás da vegetação.

Nem setas venenosas vindas no ar
nem gritos de alarme e de guerra
ecoando pelos montes. [...]

Jorge Barbosa, Cabo Verde

Fig. 17 Excerto de poema de um autor cabo-verdiano sobre a chegada portuguesa ao território.



Fig. 18 Ribeira Grande (atual Cidade Velha), classificada como Património Mundial, pela UNESCO, em 2009.

Foi a capital da colónia de Cabo Verde até, no século XVIII, ter sido saqueada por piratas ingleses, franceses e holandeses e, depois, incendiada. A partir de 1769, a capital passou para a Praia de Santa Maria.

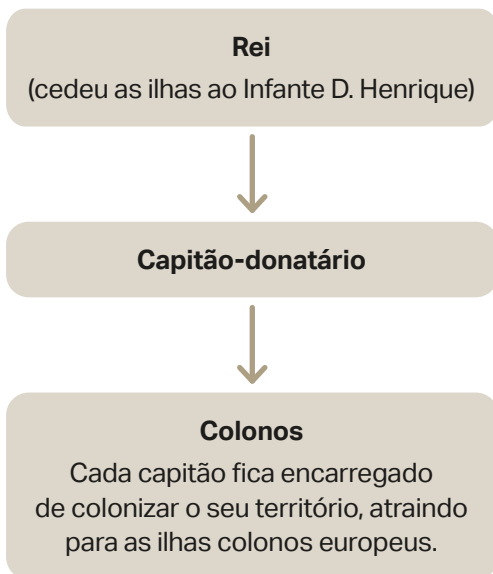


Fig. 19 Primeira opção administrativa.

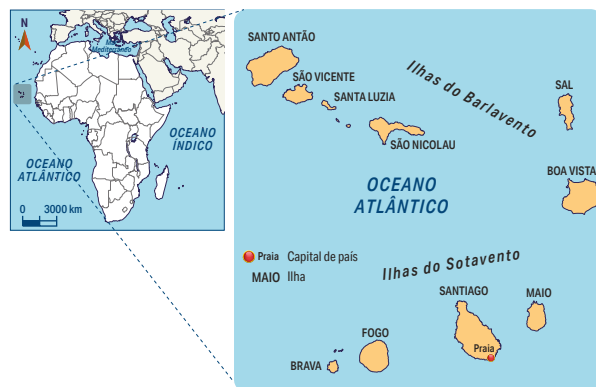


Fig. 20 Ilhas de Cabo Verde.

Os primeiros a chegar

Embora não haja certezas absolutas sobre o responsável pelo **achamento** de Cabo Verde, as fontes apontam para Diogo Gomes (português) e António de Noli (genovês ao serviço de Portugal), no ano de 1460.

Conceitos

- **Achamento**
- **Capitão-donatário**
- **Povoamento**

Provavelmente, os dois navegadores terão alcançado as ilhas mais orientais – Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal – e, já em 1462, também o português Diogo Afonso acharia as ilhas ocidentais do arquipélago – Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau e Brava.

A forma de povoamento

Os primeiros habitantes do território foram portugueses do Alentejo, do Algarve e da Madeira; depois, ainda, portugueses do norte de Portugal e genoveses. Todos eles começaram por instalar-se na Ribeira Grande (atual Cidade Velha), por diligência de António de Noli, encarregado de promover o povoamento da Capitania Sul. Em Alcatrazes (espaço correspondente à localidade da Baía, pertencente ao atual concelho de São Domingos) recebeu o estatuto de sede da Capitania Norte, ao mesmo tempo que esta era doada a Diogo Afonso para também promover o seu povoamento. Ainda hoje exhibe uma das principais construções religiosas de Cabo Verde, a Igreja de Nossa Senhora da Luz.

Mais tarde, o arquipélago de Cabo Verde passou a ser habitado também por africanos escravizados oriundos da Costa da Guiné (espaço geográfico, na época, compreendido entre a Senegâmbia e a Serra Leoa).

Ocuparam-se, inicialmente, as ilhas de Santiago e do Fogo, ficando as restantes ao abandono por certo desinteresse da coroa portuguesa. Progressivamente, essas ilhas foram também povoadas, sobretudo por pessoas escravizadas que se dedicavam à agricultura e à pastorícia. O processo de povoamento das ilhas ocorreu, então, em três fases: a primeira, nos séculos XV/XVI, em Santiago e Fogo; a segunda, no século XVII, em Santo Antão e São Nicolau; desse século em diante, e ainda na segunda fase, começaram a ser povoadas as ilhas da Brava, Boavista e Maio, sendo estas duas últimas, durante muito tempo, aproveitadas para a criação de gado em larga escala; a terceira fase, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, nas Ilhas de São Vicente e Sal.

A administração inicial e sua relação com a tradição medieval portuguesa

Sendo necessário explorar e rentabilizar os recursos naturais ali disponíveis, as ilhas de Santiago e do Fogo começaram por ser divididas em capitánias, assumindo o **capitão-donatário** o poder administrativo, jurídico e fiscal. A sua função era, por isso,

administrar a capitania que lhe fora atribuída: promover o **povoamento**, distribuir terras, explorar economicamente o espaço e encontrar os produtos mais rentáveis para serem exportados e garantirem o lucro europeu, cobrar os impostos e fazer a justiça. Este cargo era, à época, hereditário. Por sua vez, as restantes ilhas passaram por um abandono do poder central. Na verdade, não eram muito atrativas pelo clima, pela distância em relação ao reino e pelos poucos recursos naturais de que dispunham. Nessas mesmas foram colocados escravos que tinham como função cuidar do gado e das culturas agrícolas que se procurava perceber se eram consequentes ou não.

No século XVI, o rei português juntou aos capitães-donatários um corregedor, figura que o representava e assumia poderes vários em todo o arquipélago.

Diogo Gomes de Sintra é conhecido como um dos navegadores da Casa do Infante D. Henrique. Contactou com povos desconhecidos, tendo estabelecido relações diplomáticas e comerciais e, ao mesmo tempo, divulgado a fé cristã. Talvez tenha sido o primeiro navegador a usar o quadrante numa viagem marítima. Em 1456, chegou à embocadura do rio Grande, no canal do Geba, e terá sido na volta desta exploração que alcançou o arquipélago de Cabo Verde, assumindo o seu achamento com o apoio do italiano António de Noli.

Adaptado de <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaort/d24.html>

António de Noli foi um navegador genovês que, também ao serviço do Infante D. Henrique, explorou a costa ocidental de África. De acordo com a evidência histórica disponível, terá alcançado um primeiro conjunto de ilhas do arquipélago de Cabo Verde, cerca de 1460, enquanto Diogo Gomes chegou a um outro conjunto posteriormente. Decerto, treinou náutica ao serviço da marinha da República de Génova e, como tal, foi contratado pelo Infante D. Henrique para explorar a costa africana, onde alcançou a foz do rio Gâmbia. Entre 1462 e 1496, assumiu o cargo de capitão-donatário da vila da Ribeira Grande, na costa sul da ilha cabo-verdiana de Santiago.

Adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_da_Noli

Das fontes às respostas

- 1 Quando chegaram os portugueses, pela primeira vez, a Cabo Verde? Quem encontraram no arquipélago? (fig. 14)
- 2 Que papel assumiram os capitães-donatários em Cabo Verde? (fig. 16)
- 3 Quais foram as atividades produtivas que inicialmente se promoveram em Cabo Verde? Relaciona-as com a proveniência dos primeiros colonos e escravos.

Contributo do arquipélago como escala e para a perceção global do mundo. Marcas culturais do contacto entre povos

Qual a importância de Cabo Verde para os portugueses?

Que relação havia entre portugueses e cabo-verdianos?

Qual o contributo de Cabo Verde para o conhecimento do mundo numa perspetiva global, no século XV?



Fig. 21 Praia do Tarrafal, Santiago, Cabo Verde.

Nossos pais viviam confortavelmente no planalto de Luabala. Tinham vacas e culturas, salinas e bananeiras. Um dia eles viram sobre o grande mar surgir um barco. [...] Os homens brancos saíram da água e disseram palavras que ninguém entendia. Os nossos antepassados tiveram medo, dizendo que eram Vumbi, espíritos vindos do outro mundo.

Tradições orais africanas recolhidas nos séculos XIX e XX

Fig. 22 Como eram os portugueses para os africanos?

A presença portuguesa no Mundo e a sua intervenção global tornaram-se, em certos contextos, avassaladoras e destruidoras de mundo preexistentes. A cultura intensiva do açúcar [...] resultou do transporte de milhares de seres humanos, de África para o Novo Mundo. Privados da sua liberdade e despojados de qualquer reduto de humanidade, milhões de africanos foram transportados das suas aldeias e vilas e forçados a trabalhar nas plantações europeias, nas ilhas atlânticas, no Brasil, no Caribe e em grande parte da América.

Cátia Antunes, "Época Moderna", in Carlos Fiolhais, J. E. Franco e J. Pedro Paiva, *História Global de Portugal*, Temas e Debates, 2020

Fig. 23 O nascimento de uma sociedade escravocrata.

O tráfico atlântico de escravos retirou de África, à força, cerca de 15 milhões de pessoas. A maioria foi levada para as colónias europeias na América.

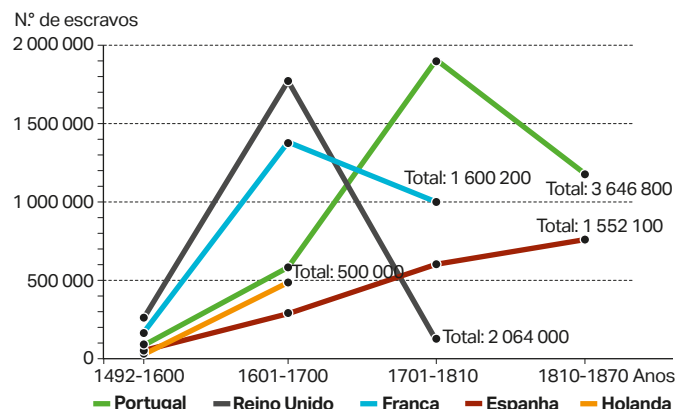


Fig. 24 A ação europeia no tráfico de escravos.

Posição estratégica e papel das ilhas para o conhecimento do mundo

Cabo Verde, pela sua localização geográfica favorável, tornou-se num local que proporcionou a posterior exploração da faixa costeira africana e que era escala para as rotas marítimas mais importantes da época da expansão marítima portuguesa. Pode dizer-se que assumiu uma **posição estratégica**. Por exemplo, na primeira metade do século XVII estava envolvido no comércio triangular que ligava Portugal, África e Brasil. Era ali, sobretudo em Santiago, na Ribeira Grande (atual Cidade Velha), que os navios faziam escala para se abastecer de água e mantimentos, eram reparados, paravam para a tripulação descansar ou ser substituída. Além disso, a Ribeira Grande transformou-se, no início da Idade Moderna, num grande entreposto internacional de comércio (espaço de concentração de variados produtos para compra e venda), como pessoas escravizadas, trazidas da Costa da Guiné, na época consideradas mercadoria e comerciadas em larga escala.

Neste entreposto do comércio de escravos, os europeus beneficiavam e dependiam da ajuda dos **"lançados"**, os mestiços (filhos de um português e de uma africana) que tinham já nascido em Cabo Verde e sabiam falar as línguas locais, além de conhecerem bem os diferentes "territórios" sociais da ilha. Os africanos capturados eram depois transportados para outros locais, sobretudo do império, em pequenas embarcações aportadas na ilha de Santiago. Os escravos africanos recebiam diferentes denominações como boçais (acabados de chegar da Guiné), **ladinos** (aqueles que falavam crioulo e tinham hábitos da comunidade) e os *criolos* (por vezes mestiços, mais próximos dos seus proprietários e que às vezes ficavam ao seu serviço).

Além desse papel comercial, Cabo Verde, ao criar, em mar aberto, esperanças de prosseguimento das explorações marítimas, funcionou como uma espécie de marco zero para o conhecimento das referências ao Novo Mundo (América) e contribuiu para a percepção do mundo numa perspetiva global.

Marcas culturais e impactos sociais

Estes contactos entre africanos e europeus (sob a forma de exercício do poder dos brancos, que forçavam o envolvimento sexual com as africanas escravizadas), sobretudo portugueses, em Cabo Verde, contribuíram para o fenómeno de miscigenação e, com a mestiçagem biológica e cultural, surgiu uma sociedade crioula na realidade atlântica, desde então marca identitária dos cabo-verdianos.

Ainda assim, são também exemplo do que mais negativo se pode associar a tal encontro cultural. Na verdade, naquele território visitado por Cristóvão Colombo,

Conceitos

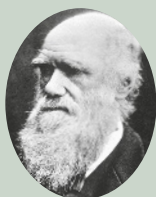
- Posição estratégica
- Ladinos
- "Lançados"
- Sistema escravocrata



IV. A Idade Moderna (séculos XV-XVIII) e relações históricas atlânticas iniciadas. Cabo Verde nas memórias do Atlântico

Vasco da Gama ou Charles Darwin nasceu um **sistema escravocrata**, baseado na submissão de um povo por outro povo, neste caso a exploração europeia de pessoas africanas (então escravizadas).

O sofrimento inerente à escravatura relaciona-se com os saques, as violações, os genocídios, a imposição de práticas culturais em detrimento de tradições locais. Mais ainda, transportou até à atualidade ações racistas, sentimentos negativos face aos outros que são diferentes, ideias de superioridade europeia face aos africanos ou aos sul-americanos.



Charles Darwin (1809-1882) foi um biólogo inglês que formulou a teoria da evolução das espécies e fundou a biologia moderna. Em 1859, lançou o livro *A Origem das Espécies*, no qual retirou à vida humana qualquer superioridade em relação aos animais e descaracterizou o conceito de divindade. Assim, contribuiu para a afirmação da ciência moderna.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/charles_darwin/.

Vasco da Gama (1469-1524) foi um navegador português, comandante da uma expedição que partiu de Lisboa e desvendou o caminho marítimo para a Índia, onde se buscavam as especiarias, os tecidos e as pedras preciosas. Com 18 anos, iniciara já a prática da navegação, tendo atravessado o Mar Mediterrâneo e visitado a cidade de Tânger, em Marrocos. Enquanto marujo, assumiu a função de vigiar os portos portugueses na costa africana, para defendê-los dos navios piratas que, à época, muito atacavam. A viagem que liderou até ao Oriente, por via marítima, marcou o século XV português e o período da expansão.



Adaptado de https://www.ebiografia.com/vasco_da_gama/



Cristóvão Colombo (1451-1506) foi um navegador genovês e comandou a frota espanhola que chegou ao continente americano, em 1492. Para tal, muito valeram os seus conhecimentos no âmbito da Geografia, da Astronomia e da Matemática. Ainda assim, não há certezas quanto ao facto de ter frequentado, ou não, a Universidade de Pádua. Além disso, também se dedicou à leitura de livros sobre navegação e desenhou. Colombo morreu sem tomar conhecimento da importância da viagem por si liderada, uma vez que havia sido constatada a existência de um novo continente entre a Europa e a Ásia.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/cristovao_colombo/

Das fontes às respostas

- 1 Explica como a localização geográfica de Cabo Verde favoreceu a presença europeia.
- 2 Para os africanos, quem eram os portugueses? (fig. 21 e 22)
- 3 O que é um sistema escravocrata? Como se concretizou em Cabo Verde? (fig. 23)

Para consolidar saberes

1 Aponta duas motivações portuguesas para a expansão marítima pelo Atlântico.

2 Associa os elementos das duas colunas.

Coluna A

- i) Condições técnicas
- ii) Condições geográficas
- iii) Condições políticas
- iv) Condições históricas

Coluna B

- a) Localização no sudoeste da Europa
- b) Paz e interesse dos diferentes grupos sociais
- c) Conhecimento de instrumentos de orientação
- d) Prática de atividades ligadas ao mar

3 Completa a tabela.

Ano	Local ocupado pelos portugueses
	Ceuta, norte de África
1460	
1488	Cabo da Boa Esperança
	Brasil

4 *Os espanhóis impuseram a sua força perante os povos ameríndios, na América do Sul. Justifica a frase.*

5 Indica se as afirmações são verdadeiras (V) ou falsas (F). Corrige as falsas.

- a) É possível que os primeiros portugueses tenham chegado a Cabo Verde em 1420.
- b) Inicialmente, povoaram-se as ilhas de Santiago e de São Vicente.
- c) Os africanos escravizados que habitaram o arquipélago vinham da Costa da Guiné.
- d) Os primeiros responsáveis pela administração local foram os vizinhos.

6 Relaciona a posição geográfica de Cabo Verde com o aparecimento de uma sociedade escravocrata na região.

6.1. O que entendes por população crioula? Expõe o teu ponto de vista.

5



1400

1500

1600

1700

As permutas culturais no mundo

**Hegemonia de outros países europeus
Capitalismo comercial
Administração portuguesa de Cabo Verde
Presença da Igreja Católica em Cabo Verde**

História da Idade Moderna (séculos XV-XVIII)

Unidade V

Portugal no contexto
europeu nos séculos XVI-XVII.
Dinâmicas socioeconómicas
do arquipélago de Cabo Verde
no mesmo período

- O Império português e a concorrência internacional
- Cabo Verde: prosseguimento do povoamento e administração
- Impulsos para a criação de uma economia local
- A Igreja e a religiosidade nas ilhas
- As permutas culturais entre a Europa e os outros continentes



1800

O Império português e a concorrência internacional

Que outros países participaram na expansão marítima a partir do século XVI?

O que se entende por capitalismo comercial?

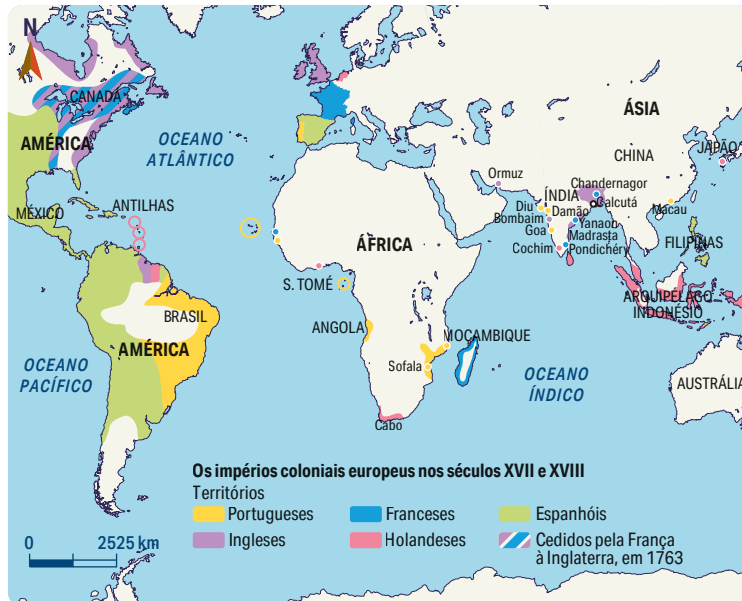


Fig. 1 Impérios coloniais europeus.

“Estes Otomanos, ao que parecia invencíveis, eram literalmente o terror dos seus inimigos. Ao deitar os filhos, as mães vianeses ameaçavam-nos de que, caso não se portassem bem, os “Turcos” viriam para os engolir. Este cenário mudou em 1683.”

Donald Quataert, *O Império Otomano – documento X*,
Edições 70, 2008

Fig. 3 Perspetiva sobre os otomanos.



Fig. 2 Comércio marítimo (pintura de Abraham Storck, s.d.).

Fundada em 1602, a Companhia Holandesa das Índias Orientais estava especializada no comércio com o Extremo Oriente. De facto, a Companhia era mais que uma grande rede de barcos e marinheiros: podia declarar a guerra, negociava tratados comerciais e de exploração, cunhava moeda, instalava feitorias... Ao longo do século XVII, a Companhia não parou de crescer e na segunda metade do século tinha mais de 200 navios entre embarcações e administradores e um corpo armado de mais de 10 000 homens dedicados a proteger a sua atividade comercial.

Juan Calos Losado, "El siglo de Amsterdam",
National Geographic, n.º 72

Fig. 4 As companhias comerciais.

A afirmação de Inglaterra, de França, dos Países Baixos e os Impérios “esquecidos”

Na segunda metade do século XVI, o Império português, sobretudo no Oriente, começou a revelar sinais de crise: faltava capacidade económica para administrar e defender um território tão disperso, além de se verificarem casos de corrupção; havia contestação internacional pelo monopólio dos mares assumido por portugueses e espanhóis; multiplicavam-se os naufrágios; e as rotas terrestres das especiarias foram recuperadas pelos Muçulmanos.

Conceitos

- **Comércio internacional**
- **Capitalismo**

Outros países, como França, Inglaterra e os Países Baixos, começaram a competir pelo **comércio internacional** e iniciaram a construção dos seus espaços ultramarinos de influência. Para isso, tomaram diferentes ações, também de acordo com as características dos países.

- França – recorreu à pirataria e à ocupação de colónias; adotou medidas económicas protecionistas.
- Inglaterra – procurou enfraquecer os concorrentes com ataques piratas aos navios; usou o Ato de Navegação para condicionar os navios estrangeiros no comércio com o Reino Unido e suas colónias.
- Países Baixos – aproveitaram a tolerância e livre iniciativa da sua burguesia e de comerciantes estrangeiros e investiram na construção naval; obtiveram recursos financeiros também devido à fuga de capitais provocada pela Inquisição; assumiram-se como principais intermediários do comércio europeu.

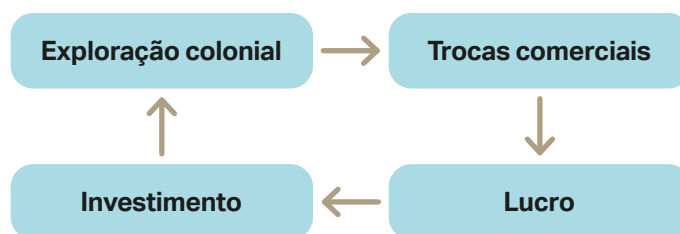
Mais ainda, Portugal e Espanha sofreram um evidente enfraquecimento económico, pois apenas serviam como transporte de mercadorias, trocando-as por produtos acabados – criando, como hoje se diria, uma balança de pagamentos e comercial muito deficitária. Por sua vez, o preço da prata e a quantidade da mesma diminuíram, o que trouxe, nomeadamente para Espanha, outro problema económico sério. Por contraste, a Inglaterra produzia têxteis para exportação, a França apresentava uma agricultura rica também com potencial exportador e os Países Baixos dispunham de um sistema de crédito com elevados capitais a necessitarem de ser investidos.

De outra forma, o comércio internacional em Portugal e em Espanha foi bastante controlado pela casa real, enquanto nos restantes países mencionados (sobretudo em Inglaterra e nos Países Baixos) incentivou-se a iniciativa privada, permitindo a afirmação de uma burguesia com capacidade de ação e com capital para se lançar naquela aventura.

Aproveitando o dinamismo da burguesia, ingleses e holandeses viram nascer companhias comerciais, responsáveis pelas trocas coloniais, assim como instrumentos financeiros para a organização dos negócios, por exemplo bancos ou a bolsa de valores.



Surgiu, assim, o **capitalismo** comercial, pois a acumulação de capitais resultantes do comércio permitia novos investimentos e cada vez mais lucros.



Neste período, havia vários polos distintos em competição, além dos países da Europa Ocidental, sendo o Império Otomano um dos melhores exemplos.

Podendo marcar-se o seu início por volta do século XIV, expandiu-se para ocidente e para oriente, derrotando o Império Bizantino (1453). Em 1529 e em 1683, atacaram Viena, bem no centro da Europa, embora tenham sido derrotados por uma aliança de países europeus. Depois de tal derrota, os otomanos optaram por uma expansão para leste, conseguindo o domínio da atual Bulgária, Sérvia, Grécia e Roménia, entre outros. Até ao fim da 1.^a Guerra Mundial, dominaram vastas área do norte africano como o atual Egito e, na Ásia, ocuparam a maior parte da atual Turquia, Síria, Iraque, por exemplo. Os turcos otomanos devem ser encarados como uma conjugação de tendências herdadas de Bizâncio, dos nómadas turcos e dos “mundos” balcânico e islâmico. Se o Islão era oficialmente predominante, conviveu quase sempre bem com o Judaísmo, com o Cristianismo e com o Xamanismo. A sua força estava precisamente em ser um espaço multiétnico e multirreligioso, que, no século XVI, compartilhava o protagonismo com Inglaterra, Espanha, França e os Países Baixos.

A Oriente há ainda outros dois grandes impérios, então no seu apogeu: o Mughal, na península da Índia, e o Sefévida, com capital no atual Irão. No século XVI, na mesma altura em que Espanha e Portugal iniciaram a sua expansão, estendiam-se de Viena da Áustria às fronteiras da China, assumindo um enorme poderio económico e político. Porém, nesta época, a mais rica e poderosa região do mundo era a China.

Das fontes às respostas

- 1 Justifica a perda de exclusividade colonial portuguesa no século XVI. (fig. 1 e 3)
- 2 Enuncia as razões que permitiram a afirmação comercial de outros países europeus, identificando-os. (fig. 1 e 3)
- 3 Porque devemos considerar que a Europa Ocidental não tinha o poder total na Época Moderna? Inspira-te na figura 3.

Cabo Verde: prosseguimento do povoamento e administração

O que mudou na forma de administração em Cabo Verde?

Em que ilhas o povoamento se manteve mais organizado nos séculos XV e XVI?

Quem tinha responsabilidades administrativas?

Antes de mais, importa considerar que qualquer instituição deste tipo parte de dois pressupostos: de um lado, a existência de um número de habitantes – na linguagem do concelho, vizinhos ou moradores – que justifique ou permita a instauração de um município; de outro, o facto de a sua acção se executar sobre uma área geográfica delimitada.

História Geral de Cabo Verde (vol.1), Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos (ccord.), Lisboa/Praia, IICT/DGPC, 1991

Fig. 5 O surgimento das câmaras em Cabo Verde.



Fig. 7 Fortaleza Real de S. Filipe, Ribeira Grande de Santiago. No final do reinado de Filipe II de Espanha, em 1597, já estava construída.

Em relação a Cabo Verde, a questão mantém-se. É muito provável, para não dizer quase certo, que alguns dos regimentos do arquipélago madeirense tivessem sido os inspiradores dos forais cabo-verdianos.

Quer sendo de concessão régia quer de origem senhorial, o foral permitia a auto-organização dos habitantes de uma área geográfica através do reconhecimento da capacidade que uma comunidade tinha para se administrar e gerir.

História Geral de Cabo Verde (vol.1), Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos (ccord.), Lisboa/Praia, IICT/DGPC, 1991

Fig. 6 Cartas de foral em Cabo Verde.

E o dito senhor Infante D. Henrique fez desta ilha de Arguim um contrato por dez anos [...] que ninguém pudesse entrar para comerciar com os árabes, salvo aqueles que entram no contrato [...]. Mandou construir na ilha um castelo para conservar este comércio para sempre; e por esta razão todo o ano vão e vêm caravelas de Portugal à dita ilha.

Luís Cadamosto, *Primeira Navegação*, 1455

Fig. 8 Uma feitoria em Arguim, África.

Do capitão-donatário às câmaras

O povoamento de Cabo Verde manteve-se, ao longo dos séculos XV e XVI, de forma mais organizada nas ilhas de Santiago e do Fogo.

Conceitos

- Câmaras
- Corregedor
- Almojarifado
- Feitorias

Para uma melhor gestão dos territórios ocupados, e tal como se fazia na metrópole, foram concedidas, pelo rei ou pelos senhores, cartas de foral e surgiram, assim, as **câmaras** em Ribeira Grande, Alcatrazes (Santiago) e São Filipe (Fogo). Delas faziam parte os vizinhos eleitos: homens, proprietários de terras, com capacidade para fazer comércio, detentores de privilégios fiscais e com interferência política.

Enquanto órgão representativo da força de uma comunidade, a câmara começou a partilhar poderes com o capitão-donatário, além de contactar com a metrópole, nomeadamente com o rei ou os seus secretários, por via daqueles seus representantes, os vizinhos.

O **corregedor**, por sua vez, mantinha um poder sobretudo judicial, associado à aplicação da justiça.

Funcionários e instituições

Eram vários os funcionários (públicos) que trabalhavam nas câmaras. Havia aqueles que cobravam taxas e multas ou os impostos (dízima da terra) pela produção agrícola e pela criação de gado e outros que garantiam o funcionamento dos serviços externos, por exemplo.

No entanto, para uma administração direta portuguesa no território assumiram as suas responsabilidades os **almojarifados**, funcionários ligados ao poder real para tributar e fiscalizar o comércio de escravos na costa cabo-verdiana.

As **feitorias**, por sua vez, eram as instituições administrativas que controlavam as práticas comerciais no espaço colonial português. Eram, ao mesmo tempo, mercado, armazém, ponto de apoio à navegação e alfândega.

Com a diversificação de funções burocráticas, o poder dos capitães-donatários diminuiu bastante. O objetivo da coroa era reorganizar a administração, dotando-a de um conjunto de funcionários que respondessem às mudanças que se foram operando em Cabo Verde. A coroa procurava também tornar mais evidente a sua vontade centralizadora.



Fig. 9 Igreja de Nossa Senhora da Luz, Cabo Verde. Faz parte do Conjunto Histórico e Arqueológico de Alcatrazes, classificado como Património Histórico e Cultural Nacional, em 2020.

Das fontes às respostas

- 1 Quais os critérios necessários para o reconhecimento de uma câmara? (fig. 5)
- 2 Para que servia a carta de foral? Quem eram os vizinhos? (fig. 6)
- 3 Justifica a utilidade das feitorias.

Impulsos para a criação de uma economia local

Como se desenvolveu economicamente o arquipélago de Cabo Verde?

Que atividades se praticavam?

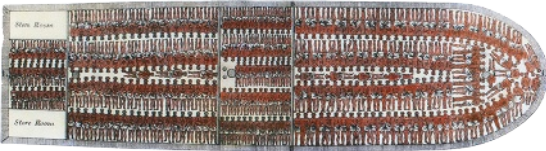


Fig. 10 Desenho de um navio negreiro, destinado ao comércio de escravos.

A Cabo Verde chegavam pessoas negras escravizadas que ficavam no território ou entravam nas rotas do comércio triangular.

Assim vamos assistir em Santiago e no Fogo ao desenvolvimento prioritário do algodão e da criação de cavalos, sustentados tanto pelas condições naturais como pelas facilidades de intercâmbio com as economias consumidoras destes bens. Valentim Fernandes [...] regista, nos inícios de Quinhentos, a importância da produção do algodão em Santiago, afirmando:

"Em esta ilha nasce muito algodão e os algodões que são regados dão duas novidades no ano a saber uma em dezembro e em janeiro, outra em maio e junho. E as outras que não são regadas dão uma novidade no ano".

O algodão é, nesta época, o produto-rei. O seu cultivo faz-se tanto nas terras do sequeiro como nas terras de regadio, onde se tenta obter uma produção intensiva com ciclos produtivos mais curtos. Este facto é indicador da sua importância na economia insular. Do Fogo o mesmo autor diz: "Nasce aqui muito algodão".

São as duas ilhas as bases algodoeiras do arquipélago. Esta biogeografia, isto é, a distribuição do algodão pelo arquipélago, é determinada pela abertura do Fogo e Santiago aos mercados de África.

História Geral de Cabo Verde (vol.1), Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos (coord.), Lisboa/Praia, IICT/DGPC, 1991



Fig. 11 A produção de algodão.

As primeiras descrições das ilhas salientam a presença do sal marinho no arquipélago. Cadamosto, assim como Diogo Gomes, fala da existência, em Santiago, de sal branco e formoso. Contudo, as condições naturais permitem inferir que são as ilhas do Oriente, baixas e arenosas, as mais dotadas deste produto. Valentim Fernandes, falando da ilha do Sal, comenta: "[...] é assim chamada por uma grande salina ou marinha que está no meio dela, donde há tanta abundância de sal que todos os navios que chegassem poderiam carregar. Este sal faz-se de si mesmo por certa água do mar que entra."

História Geral de Cabo Verde (vol.1), Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos (coord.), Lisboa/Praia, IICT/DGPC, 1991

Fig. 12 O sal existente em Cabo Verde.



Fig. 13 Gado cavalari.

Atividades económicas: produtos e dificuldades

A criação de uma **economia local**, assente em **atividades económicas** como a agricultura, a recolção e a pecuária, resulta do declínio do comércio de escravos na Ribeira Grande, a partir de meados do século XVI. Progressivamente, a perda de importância económica e demográfica daquela região impulsionou o povoamento de outras ilhas que, até então, apenas serviam como pastos para os animais.

O comércio, por sua vez, começou a contemplar, sobretudo, produtos agrícolas exportados para outros locais e a importação de arroz para a alimentação da população local, bem como couros, gamelas e outros produtos naturais e artesanais.

No que diz respeito à recolção, recorria-se à Natureza para encontrar urzela, âmbar, matérias-primas disponíveis nas florestas (como resina ou cola), além de sangue-de-drago e, no oceano, peixe e sal.

Conceitos

- **Economia local**
- **Atividades económicas**
- **Pánu di téra**



Fig. 14 Exploração da cana-de-açúcar, em Santo Antão.

Relativamente à agricultura, a cultura do algodão era, inicialmente, a mais importante, também pela utilidade do produto para o artesanato (produção de pano d'obra com função de moeda no comércio da costa africana, pela boa qualidade do tecido e pela riqueza do desenho geométrico), sendo praticada tanto em Santiago como no Fogo. Os africanos escravizados trabalhavam nesta atividade, de modo a acelerar o processo de fabrico de **pánu di téra** para exportação. Além disso, semeavam-se os milhos nas terras aráveis, tornando-se base da alimentação cabo-verdiana; ocupavam-se os terrenos de regadio com hortas de legumes (mandioca, inhame, feijão, entre outros) e pomares (papaia, banana, uvas, apenas para dar os exemplos mais importantes), e ainda se plantava a cana-de-açúcar. Por volta do século XVII, na ilha do Fogo, passou a cultivar-se o café e a vinha, esta última por influência das práticas adotadas no arquipélago da Madeira.

A criação de gado permitia abastecer os navios que aportavam na costa, com carne salgada ou seca, ou exportar mercadoria (gado cavalari) para a costa africana e para Portugal. Predominavam o gado caprino, bovino e ovino e obtinham-se produtos como carne, leite, couro e sebo. Tanto se praticava a pecuária intensiva como a pecuária extensiva.

Pecuária intensiva é a criação de gado em ambientes com elementos artificiais para aumentar a produtividade. Pecuária extensiva é a criação de gado em grandes áreas de pastagem.

Aquando do início do povoamento do arquipélago de Cabo Verde, as ilhas que não foram imediatamente ocupadas por população europeia, albergaram africanos

escravizados que ficaram responsáveis pela criação de animais que, em determinadas alturas, eram mortos em grandes quantidades para exportação ou para a recolha das peles, da carne e do sebo.



Fig. 15 *Pánu di téra*. Constituiu a panaria cabo-verdiana e foi um importante produto da economia local, pois incentivou o cultivo do algodão, sua matéria-prima principal. Foi criado a partir do tear tradicional. Depois de vários usos no passado, por mulheres da Ilha de Santiago, hoje é muito comum no artesanato com fins turísticos e como adereço especial no mundo da moda.

Das fontes às respostas

- 1 Explica a importância da cultura do algodão em Cabo Verde. (fig. 9)
- 2 Que outros recursos locais aí se exploraram nos séculos XV e XVI? (fig. 11 e 12)
- 3 Como te parece que o comércio de pessoas beneficiava a economia local?
- 4 Pesquisa e elabora um trabalho, individual ou de grupo, sobre a história do *pánu di téra* e as suas novas funcionalidades nos dias de hoje. (fig. 15)

A Igreja e a religiosidade nas ilhas

Qual o papel da Igreja Católica em Cabo Verde com a chegada portuguesa?

De que forma os cabo-verdianos se relacionaram com a nova religião?



Fig. 16 Ruínas da antiga Sé – Diocese de Cabo Verde e Guiné, na Ribeira Grande de Santiago.



Fig. 17 Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau (antiga Sé – Diocese de Cabo Verde e Guiné, entre 1786 e 1943).



Fig. 18 Igreja de Nossa Senhora da Luz, Mindelo - São Vicente (Pró-Catedral da Diocese de Mindelo).



Fig. 19 Igreja de Nossa Senhora da Graça, Cidade da Praia (Pró-Catedral da Diocese de Santiago).

Há aqui clérigos e cônegos tão negros como azeviche; mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais. [...]

Os pretos livres, habitantes do interior das ilhas, ainda que geralmente lavradores e assaz laboriosos, são vulgarmente chamados “vadios”, nome que decerto não merecem dos indolentes burgueses ou aldeões habitantes dos portos de mar [...] suave é o seu carácter, mansos os seus costumes, patriarcal a sua hospitalidade. [...]

Retirado de <http://www.caboverde-info.com/>

Fig. 20 A opinião do Padre António Vieira e de outros Jesuítas.

O papel da Igreja Católica

Desde o século XV, a **Igreja Católica** acompanhou a fixação de habitantes nas ilhas de Cabo Verde, uma vez que junto dos primeiros povoadores portugueses estavam **missionários**. Assim sendo, inicialmente, a Ordem de Cristo, presente na metrópole, também assumiu a administração religiosa do território colonial cabo-verdiano.

Construíram-se igrejas, onde os habitantes locais convertidos à fé cristã podiam concretizar as suas orações. Destacam-se, por exemplo, a Igreja do Espírito Santo e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Ribeira Grande (Cidade Velha), e a Igreja de São Filipe, no Fogo.

Em 1533 (século XVI), a responsabilidade administrativa religiosa transitou para o arquipélago com a criação da Diocese de Cabo Verde e com a nomeação do seu primeiro Bispo, D. Brás Neto.

A prática religiosa foi sendo marcada pela construção de vários edifícios de cariz religioso, como a Sé Catedral, a Casa da Misericórdia e o Paço Episcopal de Santiago, assim como pelo envolvimento da população, incluindo as pessoas escravizadas também chamadas para a edificação destes exercícios. Com efeito, na Ribeira Grande, no auge do tráfico, os escravos eram convertidos à fé cristã, batizados e aprendiam os princípios do Evangelho pela representação das cenas bíblicas, sendo a prática teatral promovida pelo Bispo e pelas ordens religiosas.

Ao longo do século XVI, as igrejas multiplicaram-se pelas ilhas do arquipélago, tendo cada uma delas pelo menos um padre que celebrava a missa diariamente.

No século seguinte, em 1604, a chegada de uma missão de Jesuítas à Ribeira Grande determinou o papel educativo também conferido à Igreja. Além disso, estes e outros missionários foram essenciais para a formação do **clero local**.

Afirmou-se em Cabo Verde uma **mística religiosa** infundida pela Igreja Católica, embora entrecruzada com ritos e tradições africanas. De facto, a Igreja Católica teve um protagonismo importante no ensino, como verás adiante, e em algum apaziguamento das tensões “raciais” e sociais no arquipélago.

Conceitos

- Igreja Católica
- Missionários
- Clero local
- Mística religiosa

Das fontes às respostas

- 1 Como é que a Igreja Católica se implantou no arquipélago de Cabo Verde?
- 2 Qual a opinião dos religiosos europeus chegados ao território em relação à população local?
- 3 Na tua opinião, hoje em dia, a religião faz parte da vida dos cabo-verdianos? Como?
- 4 Existem igrejas e/ou capelas no lugar onde vives? Escolhe uma, visita-a em grupo e elabora um relatório descrevendo a construção visitada.

As permutas culturais entre a Europa e os outros continentes

Que consequências culturais teve a expansão marítima portuguesa?

As trocas culturais influenciaram os povos de igual forma?



Fig. 21 Vinha a crescer em Chá das Caldeiras, Cabo Verde.

Este produto agrícola terá chegado ao território pela proximidade com o arquipélago da Madeira, onde já se praticava o cultivo da vinha.

O kriolu de Cabo Verde, ou kauberdianu, é língua materna de todos os cabo-verdianos que nascem no arquipélago e também da maioria que vive na diáspora. Criou-se inicialmente em Santiago e no Fogo, nas primeiras ilhas povoadas e colonizadas com europeus e escravos vindos da costa ocidental de África. Tem duas variantes principais: a de Barlavento e a de Sotavento.

O seu surgimento associa-se, tipicamente, a comunidades multilingues onde houve fraco acesso ao modelo da língua portuguesa, perda parcial ou mesmo total de funcionalidade das outras línguas maternas e forte miscigenação.

Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/>

Fig. 22 Crioulo em Cabo Verde, apesar de a língua oficial ser o português.

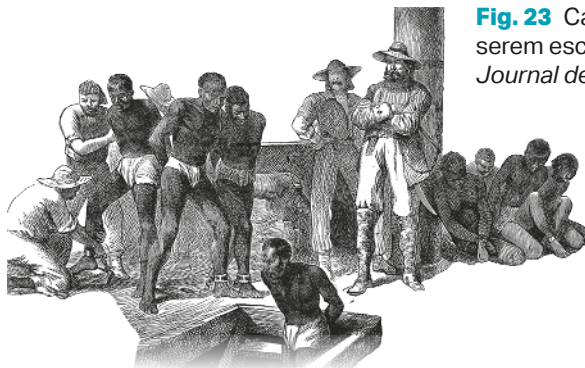


Fig. 23 Captura de africanos para serem escravizados (ilustração no *Journal des Voyage*, ca. 1880/81).

Aculturação, miscigenação, permuta

Os contactos dos portugueses e dos espanhóis com os povos habitantes de outros continentes, como África ou América, contribuíram para as **permutas culturais**, nomeadamente as trocas de conhecimentos e uma certa **aculturação**, sobretudo linguística e religiosa.

Conceitos

- **Permutas culturais**
- **Aculturação**
- **Miscigenação**

a·cul·tu·ra·ção

nome feminino

1. A aculturação supõe a assimilação de um grupo de uma cultura por uma outra cultura, resultando na alteração dessa cultura e em modificações na identidade do grupo. Num processo de aculturação existe a possibilidade de verificação de tensões entre as culturas em presença. É frequente exemplificar o processo de aculturação com a situação que se verificou com a conquista e colonização de várias regiões do globo pelos países da Europa. Mesmo nestes casos de dominação expressa, não só as nações desenvolvidas "impuseram" a sua cultura aos povos menos desenvolvidos como os países colonizadores também acabaram por adotar traços das culturas das regiões colonizadas.

Porto Editora – aculturação na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-04-10 13:18:58]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$aculturacao](https://www.infopedia.pt/$aculturacao)

As línguas portuguesa e castelhana invadiram, até hoje, aqueles continentes, tornando-se, em muitos casos a língua oficial. Por sua vez, a religião católica ganhou novos crentes e praticantes, embora por vezes incorporando tradições religiosas de outras culturas.

Os hábitos alimentares, a música, a dança ou o artesanato também se alteraram após o encontro de culturas. Para as populações das colónias ocupadas pelos europeus, tais permutas em aspetos da vida diária ou na estrutura social foram um modo possível para a sobrevivência local.

Às vezes, esta mistura de grupos étnicos diferentes, **miscinegação**, originou, ainda, sociedades marcadas pela mestiçagem biológica e cultural. E este elemento assumiu-se, localmente, como marca identitária e distintiva. Na ilha de Santiago, em 1582, contavam-se 1100 habitantes brancos e mulatos (descendentes de negros africanos e brancos europeus), 400 negros livres e 10 700 escravos negros, e na ilha do Fogo eram 2000 os escravos negros e 200 os brancos e mulatos.

mis·ci·ge·na·ção

nome feminino

1. reprodução entre indivíduos pertencentes a grupos étnicos diferentes [muitas vezes sem consentimento de uma das partes].

Porto Editora – miscigenação no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-04-10 13:19:56]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/miscigenação>

O intercâmbio entre realidades distintas fez-se, também, de ações negativas e condenáveis, como a exploração e submissão humanas. A captura e o comércio de africanos escravizados, depois enviados para o continente americano sem as

mínimas condições ou vendidos na Europa a troco de produtos, como se de mercadoria se tratassem, puseram em causa o respeito pela dignidade humana.

Contactos à escala mundial

A expansão marítima europeia provocou o início da mundialização da economia, ou seja, a existência de trocas comerciais à escala global, envolvendo os diferentes continentes.

É possível considerar que este foi um antecedente da globalização, porque aquele contacto entre diferentes pontos do globo permitiu a troca de produtos, de conhecimento e de cultura.

As populações da Europa, de África, da Ásia ou da América conheceram formas distintas de vestir, outras plantas e animais, medicinas diversas, diferentes manifestações artísticas. No fundo, maneiras de fazer e de pensar diferentes.

Esta mudança de hábitos foi responsável pelo surgimento de novas ideias e pelo desenvolvimento da ciência, começando a questionar-se algumas certezas até então inquestionáveis.



Fig. 24 Trocas à escala mundial.



Fig. 25 Marcas da cultura cabo-verdiana atualmente.

Das fontes às respostas

- 1 Dá exemplos de permutas culturais entre europeus e africanos.
- 2 Clarifica criticamente o conceito de *miscigenação*, enquadrando-o em Cabo Verde.
- 3 Posiciona-te criticamente em relação à prática da escravatura.



Para consolidar saberes

- 1 Explica as circunstâncias em que outros países europeus, além de Portugal e de Espanha, criaram os seus impérios coloniais.

- 2 Assinala as opções que se relacionam com a administração de Cabo Verde a partir do século XVI.
 - a) Aparecimento das câmaras e dos vizinhos.
 - b) Ação única dos capitães-donatários.
 - c) Poder judicial do corregedor.
 - d) Administração direta pelos almoxarifados.
 - e) Povoamento em todas as ilhas.
 - f) Fecho das feitorias.

- 3 Identifica a atividade económica referida em cada alínea.
 - a) Obtenção de produtos como carne, leite ou sebo.
 - b) Uso das terras aráveis para o cultivo dos milhos e da vinha.
 - c) Importação de arroz para a alimentação local.
 - d) Fabrico de *pánu di téra* a partir do algodão.

- 4 *Em Cabo Verde, desde o século XVI, emergiu uma mística religiosa ligada à Igreja Católica. Comenta a frase com exemplos concretos.*

- 5 Preenche os espaços em branco.

As culturais, por exemplo, na alimentação ou nas artes, são resultado do contacto entre diferentes populações.

Em Cabo Verde, o uso da língua portuguesa ou a prática da religião católica são situações de Também nasceram descendentes de pais negros africanos e brancos europeus, ou seja, assistiu-se a um fenómeno de A sociedade cabo-verdiana é, por isso, marcada pela

5.1. Identifica produtos que chegaram a África com o intercâmbio cultural do século XVI.

6



1450

1475

1500

1525

1550

Renascimento

1455

Invenção da Imprensa

1545-1563

Concílio de Trento

1535

Contrarreforma católica

1520

Igrejas Protestantes
Reforma Católica



História da Idade Moderna (séculos XV-XVIII)

Unidade VI

Renascimento e Humanismo.
Movimentos reformistas
dos séculos XVI e XVII

1575

- Renascimento e Humanismo: conceptualização, suas tendências e difusão
- Os valores do Renascimento
- A crise religiosa no século XVI e os movimentos reformistas

Renascimento e Humanismo: conceptualização, suas tendências e difusão

O que foi o Renascimento?

Como se difundiram as ideias renascentistas?

Os Homens da Renascença pensavam que a civilização havia atingido o seu clímax durante o período clássico e, portanto, trataram de extrair ideia desse período [...]. Os intelectuais estudaram com renovado interesse os livros antigos que haviam sido preservados nos mosteiros, e que haviam sido copiados à mão, de outros livros ainda mais antigos [...]. Estudavam os poetas antigos, os clássicos do teatro, os historiadores e os filósofos.

Trevor Cairns, *Historia Del Mundo Para Jovenes – Renacimiento y reforma*, Ediciones Akal, Madrid, 1991

Renascimento

Foi uma época de intensa e radical renovação, [...], apresentada como [...] o nascimento de um novo tipo de humanidade.

Massimo L. Salvadori (coord. de), *História Universal*, vol. 7, Planeta Agostini, 2005

Fig. 1 Mentalidade renascentista.

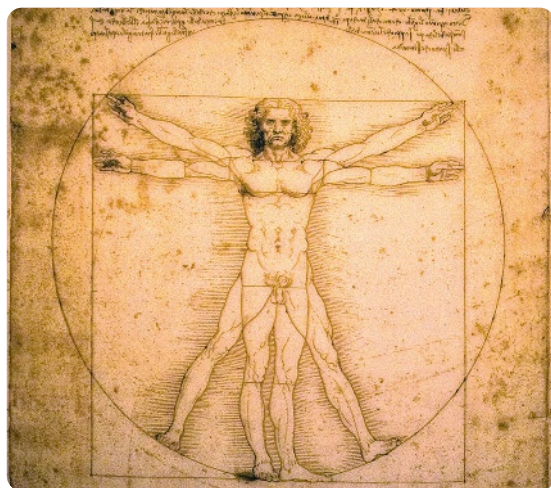


Fig. 2 O ser humano como centro do mundo (obra de Leonardo da Vinci, 1490).

Leonardo da Vinci nasceu em Itália, no ano de 1452, e faleceu em 1519, em França.

Considerado um "gênio" do seu tempo, destacou-se na pintura, arte na qual valorizou os contrastes entre a luz e a sombra e o movimento. São trabalhos de sua autoria: *A Dama com Arminho*, *A Última Ceia*, *Gioconda* ou o *Homem Vitruviano*.

No entanto, atuou, com sucesso, em muitas outras áreas, como na engenharia, na arquitetura, no urbanismo, na mecânica, na cartografia, na balística, na hidráulica ou na anatomia.



A invenção de Johannes Gutenberg revolucionou a Europa. Durante este século [XV], as imprensas multiplicaram-se [...]. Um impressor tira por dia 3350 folhas, ou seja, 1 folha em 15 segundos!

No tempo das Grandes Descobertas, Plátano Editora, s. d.

Fig. 3 A invenção da imprensa por Gutenberg (ilustração de 1897).



O que se entende por Renascimento?

O **Renascimento** foi um movimento de renovação cultural que, nos séculos XV e XVI, surgiu na Europa a partir das cidades italianas de Florença, Génova, Milão e Veneza, tendo alcançado outros espaços. Por exemplo, nos Países Baixos, também podemos identificar um fenómeno similar, sendo exemplificativas as figuras de Erasmo de Roterdão, no que se refere ao pensamento, e, por exemplo, Hieronymus Bosch ou Jan Brueghel, nas artes.

De acordo com esse movimento, o ser humano, a natureza e o mundo tinham de ser compreendidos de forma diferente, após o contacto com outros povos e culturas, que demonstrava, segundo a época, a quase ilimitada capacidade de desenvolvimento científico da Humanidade.

Esta nova mentalidade, baseada em valores que os “renascentistas” atribuíam à Antiguidade Clássica (na verdade, apesar dessa influência, os homens e mulheres do Renascimento tinham uma perspetiva “imaginada” de tal período), caracterizava-se, então, pelo Antropocentrismo, sendo o ser humano o centro do pensamento e das preocupações e não Deus, tal como acontecia pela visão Teocentrista.

O **mecenato**, ou seja, a proteção e o financiamento de escritores e artistas, tornou-se numa prática habitual, permitindo apoiar indivíduos de diferentes áreas.

Conceitos

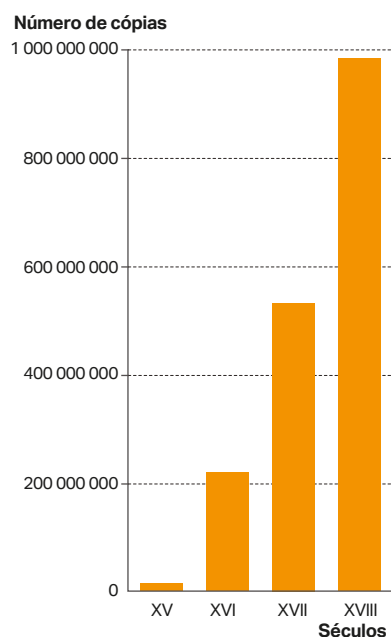
- **Renascimento**
- **Mecenato**
- **Imprensa**



Vídeo
Renascimento: renovação cultural e mecenato



A difusão da mentalidade renascentista



Os humanistas, nome também dado aos intelectuais do Renascimento, foram capazes de difundir as suas ideias por via da literatura, pois protagonizaram uma renovação literária e, nas suas obras, destacavam o ser humano, as suas capacidades e a Razão.

São exemplos de escritores do Renascimento: Erasmo de Roterdão, Thomas More, Nicolau Maquiavel ou Luís de Camões.

Além disso, a invenção da **imprensa**, em 1455, por Johannes Gutenberg, aumentou enormemente a produção de livros a um preço mais económico, espalhando-se os mesmos pelas várias cidades europeias.

Fig. 4 Livros impressos, na Europa, entre 1465 e 1800. Informação disponibilizada por *The Journal of Economic History*, vol.69, n.º 2, 2009.

VI. Renascimento e Humanismo. Movimentos reformistas dos séculos XVI e XVII



Erasmo de Roterdão (1466-1536) foi um teólogo e escritor holandês. Sendo um dos principais nomes do Humanismo cristão, intitularam-no "Príncipe dos Humanistas". Dedicou-se à leitura dos clássicos, tornando-se num dos homens mais cultos de seu tempo, e rejeitou os valores e as práticas da Idade Média. Na sua opinião, certos pagãos eram mais merecedores do nome de santos do que alguns cristãos canonizados. A sua obra mais conhecida é o "Elogio da Loucura", na qual, de forma satírica, critica de forma evidente os costumes do ser humano.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/erasmo_de_rotterda/

Thomas More (1478-1535) foi um político e diplomata inglês, membro do parlamento e chanceler no reinado de Henrique VIII, além de humanista. Viveu quatro anos num mosteiro, mas percebeu que não tinha vocação para o sacerdócio, tendo optado por um outro caminho. Escreveu o livro "Utopia", no qual apresentou uma sociedade ideal, orientada pela lei e pela religião, governada por uma assembleia eleita e responsável por evitar os desequilíbrios sociais e garantir a igualdade entre os cidadãos. Desta forma, criticou os problemas políticos e económicos da época em que viveu. Esta obra, mais tarde, viria a ser admirada pelos socialistas que a interpretaram como uma crítica evidente à exploração económica capitalista.



Adaptado de https://www.ebiografia.com/thomas_more/



Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um filósofo, político, historiador e escritor italiano. Estudou, com pormenor, a política da sua época e, como patriota, estabeleceu os meios para a unificação de Itália. Aliás, o seu livro mais conhecido é "O Príncipe", publicado em 1532, já após a sua morte, afirmou-se como um manual sobre a arte de governar. Nele, Maquiavel explora as falhas políticas e morais de Itália da sua época e dirige um conjunto de conselhos a um príncipe imaginário, cujo objetivo havia de ser a criação de uma nação unificada, moderna e poderosa. Na perspetiva do autor, as dimensões moral, religiosa e económica são forças internas de um país e que qualquer governante capaz deve mobilizar para a formação de um Estado forte.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/nicolau_maquiavel/

Luís de Camões (1524-1580) foi um poeta português, autor de "Os Lusíadas", uma das obras mais importantes da literatura portuguesa. Inspirando-se na "Eneida", de Virgílio, Camões escreveu sobre a História de Portugal, nomeadamente sobre a viagem de Vasco da Gama, por mar, até à Índia, à qual associou intrigas dos deuses gregos, a favor ou contra o navegador português. Ao contrário das epopeias clássicas, a obra de Camões inclui episódios líricos e sem qualquer relação com os factos históricos como as viagens da expansão marítima, o encontro com outros povos, o reconhecimento de costumes diferentes. Além da sua obra maior, Camões escreveu poemas líricos, versos bucólicos, comédias e sonetos de amor.



Adaptado de https://www.ebiografia.com/luis_camoes/

Das fontes às respostas

- 1 Caracteriza, brevemente, o Renascimento. (fig. 1 e 2)
- 2 O que foi o mecenato? Atualmente, também é uma prática habitual?
- 3 Nomeia escritores do Renascimento, explicando como divulgavam as suas ideias. (fig. 3 e 4)
- 4 Comenta os dados visíveis no gráfico da figura 4.

Os valores do Renascimento

Quais eram os valores renascentistas?

Como se manifestaram nas artes?

e Manual Digital

Vídeo
O Renascimento



O termo “Humanismo” foi utilizado [...] para indicar, no âmbito da história da cultura, toda uma época caracterizada pelo predomínio da educação clássica e pela forte prevalência dos modelos “antigos”.

Massimo L. Salvadori
(coord. de) ob. cit.

Após longas pesquisas estou enfim convencido de que: o Sol é uma estrela fixa, cercada de planetas que giram à sua volta, e de que ele é o centro, a fonte de luz e de calor.

Nicolau Copérnico,
*Os Movimentos dos Corpos
Celestes* (1543)



Fig. 5 O humanismo, valor renascentista.

Fig. 6 Heliocentrismo em oposição ao Geocentrismo.



Fig. 7 A arte renascentista – arquitetura, escultura e pintura.

A. Catedral de Santa Maria das Flores, Florença.

B. A escola de Atenas, Rafael (1510).

C. David, escultura de Miguel Ângelo (1504).



Humanismo e outros valores

Como principais características do Renascimento, assumidas pelos intelectuais da época, podem considerar-se:

- o **Humanismo** – estudando e conhecendo o ser humano, valorizando as suas capacidades; o **Classicismo** – pesquisando e destacando a cultura da Antiguidade Clássica (Grécia e Roma); o Individualismo – promovendo a excelência do ser humano, em diferentes áreas; o Espírito Crítico – investindo na razão e no pensamento e questionando os dogmas existentes; a valorização da observação e da **experiência** – desenvolvendo o conhecimento científico.

Conceitos

- **Humanismo**
- **Classicismo**
- **Experiência**

É também nesta época que a Teoria do Geocentrismo, de Cláudio Ptolomeu, é colocada em causa, defendendo Copérnico que o Sol (e não a Terra) era o centro do Universo – Heliocentrismo.

Por sua vez, apresenta-se a imagem do homem ideal, que alcança a perfeição conjugando capacidades físicas, intelectuais e cívicas, além da cordialidade e da erudição.

O poder educativo da Igreja, instituição que dominava o ensino até então, começou a perder alguma influência.



Cláudio Ptolomeu (100-168) foi um cientista grego. A partir de observações astronómicas realizadas, defendeu a Teoria Geocêntrica, segundo a qual a Terra era o centro do universo e, à sua volta, giravam a Lua, Mercúrio, Vénus, Marte, Júpiter, Saturno, o Sol e as estrelas. Tal ideia foi perfilhada pelos teólogos da Idade Média, para quem a Terra tinha de ocupar um lugar privilegiado. Durante catorze séculos, ninguém contrariou a perspetiva do “sábio grego”. Os contributos de Ptolomeu, embora a sua teoria tenha sido, mais tarde, negada por Copérnico, notaram-se em áreas como a Astronomia, a Geografia, a Física e a Matemática.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/claudio_ptolomeu/

Nicolau Copérnico (1473-1543) foi um astrónomo, matemático, médico e religioso oriundo da Polónia. De acordo com a sua Teoria Heliocêntrica, o Sol é o centro do sistema solar e todos os planetas giram à sua volta. Explicou, assim, a ocorrência das estações do ano ou o facto de não se verem as mesmas estrelas nos hemisférios norte e sul, assim como pormenorizou os movimentos da Terra, dos outros planetas e da Lua. Copérnico, durante o dia, exercia medicina e, como tal, auxiliava os doentes mais pobres, mas, durante a noite, dedicava-se ao estudo intensivo das estrelas.



Adaptado de: https://www.ebiografia.com/nicolau_copernico/

A arte renascentista

Este movimento artístico do século XV distinguiu-se na arquitetura, escultura e pintura, tendo surgido em Itália, a partir de onde chegou à restante Europa. Como características principais podem destacar-se:



- naturalismo e realismo na representação da figura humana na pintura e na escultura (o que representa uma rutura com a tradição medieval);
- inspiração, para os temas e as formas, na arte clássica (na arquitetura, colunas e pilastras com capitéis clássicos; na escultura, a representação do nu e de estátuas equestres);
- aplicação de novas técnicas, como a pintura a óleo, o *sfumato* (gradação de cor) e a perspetiva;
- uso de novos temas e princípios estéticos, por exemplo a proporcionalidade nas construções e esculturas e a organização dos elementos pintados;
- a valorização da harmonia, equilíbrio e ordem (horizontalidade das construções; figuras inseridas em formas geométricas; simetria nas pinturas).



Fig. 8 Aplicação do *sfumato* na pintura Mona Lisa, de Leonardo da Vinci (1503-1506).



Fig. 9 A geometria e o realismo na escultura de Miguel Ângelo (Pietà, 1499). Existe uma réplica desta Pietá na localidade de Janela, Ilha de Santo Antão, esculpida por um artista cabo-verdiano, António Luísa.

Das fontes às respostas

- 1 Identifica os princípios renascentistas. (fig. 5 e 6)
- 2 Descreve a arte renascentista, baseando-te nas fontes apresentadas. (fig. 7, 8 e 9).
- 3 Recorda as principais características da arte "medieval" e aponta as suas principais diferenças face à arte renascentista.
- 4 Investiga e descreve as características da réplica da Pietá, de Miguel Ângelo, na localidade de Janela esculpida por António Luísa.

A crise religiosa no século XVI e os movimentos reformistas

Quais os problemas da Igreja Católica no século XVI? Como os tentou ultrapassar?

O que foi a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica?

Eles entregam-se à festa e aos banquetes; passam o tempo em conversas vãs, participam em jogos, caçadas, falcoaria; mergulham nos prazeres, misturando-se e confundindo-se com os leigos. Eles vivem como leigos, apesar do sacerdócio. Quem não vê isto? E quem vê, o que faz? [...]

Johan Colet, "Oratio ad serum in convocatie" (1522), em Friedric Seebahm, The Oxford Reference, 2nd ed. (Longmans, Green & Co. 1869), pp. 230-247

Fig. 10 Críticas à Igreja Católica.

Por que razão o Papa, cuja bolsa é hoje maior do que a de muitos ricos, não edifica ele, pelo menos, esta Basílica de S. Pedro com o seu próprio dinheiro, em vez de utilizar o dos pobres fiéis? As indulgências, de que os pregadores gritam méritos, não têm senão um: o de acenar dinheiro. Serão eternamente condenados os que dizem e os que pensam que as indulgências lhes asseguram a salvação. Todo o cristão tem direito à remissão plena dos pecados, mesmo sem bulas de indulgências.

Martinho Lutero, *As 95 Teses contra as Indulgências*, 1517. in Eric Voegelin, 'História das Ideias Políticas'. Vol. IV. É Realizações Editora, São Paulo, 2014

Fig. 11 A opinião de Martinho Lutero em relação às Indulgências.



Fig. 12 A difusão das Igrejas Protestantes.

Os Inquisidores Apostólicos, contra a herética pravidade, e Apostazia nesta cidade, e arcebispado de Lisboa, e seu distrito [...];

– Se sabem, ou ouviram, que algum Cristão batizado haja dito, ou feito alguma coisa contra a nossa Fé católica, e contra aquilo que tem, crê, e ensina a santa Madre Igreja de Roma [...];

– Se sabem ou ouviram que alguma pessoa exerça astrologia, leia ou tenha livros dela ou outra arte de adivinhar [...];

– Se sabem ou ouviram que alguma pessoa tenha ou leia outros livros proibidos;

[...] Deverão anunciá-lo na mesa do Santo Ofício [...]. E, se não o fizerem, ficarão sujeito à pena de excomunhão maior.

Edital da Fé de 1640. Em José Lourenço e António Joaquim Moreira, *História dos principais atos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, Círculo de Leitores, 1980



Fig. 13 Ação do Índex e da Inquisição.

e Manual Digital

Vídeo
A Reforma
Protestante



As dificuldades da Igreja Católica

O poder da Igreja Católica começou a ser contestado, nos séculos XV e XVI, por influência dos novos conhecimentos científicos e da divulgação dos ideais renascentistas. Os humanistas defendiam os princípios cristãos primitivos e criticavam aspetos como:

- a intervenção dos Papas (o Cisma do Oriente, 1378-1418, originou a obediência cristã a dois Papas) na política e na economia dos países;
- o luxo e a corrupção vividos por membros da Igreja;
- a ausência de formação religiosa para os clérigos;
- a **Bula das Indulgências**, assinada pelo Papa Leão X e que previa o perdão pelos pecados cometidos através do pagamento à Igreja, que, à partida, o destinaria a esmolas (o que nem sempre aconteceu). As indulgências podiam ser também concedidas individualmente ou mesmo a todos os moradores de um determinado reino, pelos serviços prestados à causa católica, como por exemplo nas cruzadas contra os muçulmanos (neste período, os Otomanos). Os abusos cometidos na venda de indulgências tiveram um papel central no protesto que se iniciou contra a Igreja Católica, como veremos a seguir.

Conceitos

- Bula das Indulgências
- Reforma Protestante
- Contrarreforma



Fig. 14 Venda das indulgências.



Fig. 15 Papa Leão X.

Os movimentos reformistas

Um dos mais críticos em relação à Igreja Católica foi o monge alemão Martinho Lutero, que defendeu que era Deus, e não o Papa, o responsável pelo perdão dos pecados. Clarificou-o num documento conhecido como “95 Teses contra as Indulgências”.

Acabou expulso da Igreja, mas continuou as suas críticas à doutrina e às práticas católicas, iniciando a **Reforma Protestante**, um movimento de rutura religiosa.

Fundou o Luteranismo (ou Igreja Luterana), dando início a um movimento que teve outros atores importantes, que também fundaram igrejas protestantes, como João Calvino (Calvinismo) e Henrique VIII (Anglicanismo).

As motivações teológicas foram decisivas, mas também o foram as motivações políticas. O Papa exercia alguns poderes que formalmente se sobrepunham ao poder dos soberanos, como a nomeação ou confirmação de bispos. Alguns destes soberanos consideravam, no fundo, que o papado tinha uma ingerência excessiva na política “nacional”.

A Reforma Protestante não pode ser explicada sem se compreender o contexto de centralização administrativa e de construção do que atualmente chamamos “Estado Moderno”. Percebe-se, assim, o apoio que alguns príncipes, na zona que hoje é a Alemanha, deram a Lutero e a criação de uma “igreja nacional”, impulsionada por Henrique VIII – a Anglicana. Esta “questão nacional” é evidente na pretensão da Reforma Protestante terminar com o monopólio do latim e traduzir a Bíblia para línguas locais.

Rapidamente, estas igrejas foram capazes de captar fiéis que se opunham à forma de vida dos mais altos representantes da Igreja Católica.



Martinho Lutero (1483-1546) foi um sacerdote católico alemão. Destacou-se como o nome mais conhecido associado à Reforma Protestante na Europa, no século XVI. Deste modo, opôs-se ao poder da Igreja Católica, à corrupção associada aos cargos eclesiásticos, à venda de indulgências e de relíquias sagradas. De sua autoria é, por exemplo, a seguinte afirmação “uma masmorra com Cristo é um trono e um trono sem Cristo é um inferno”.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/martinho_lutero/

João Calvino (1509-1564) foi um teólogo, líder religioso e escritor francês. No seio da Reforma Protestante, fundou o Calvinismo, que se baseou nos princípios defendidos por Lutero e incentivou hábitos religiosos mais austeros aos seus seguidores. Segundo a Igreja Calvinista, o homem provava a sua fé por via do sucesso material. A mesma marcou presença em vários países da Europa Ocidental desde o século XVI.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/joao_calvino/





Henrique VIII (1491-1547) foi rei da Inglaterra, segundo na dinastia Tudor. Aí, rompeu com a Igreja Romana e fundou a Igreja Anglicana. Com o apoio do Parlamento e da opinião pública, aproveitando o descontentamento generalizado em relação aos poderes e privilégios eclesiásticos, proclamou-se chefe supremo da Igreja e, como tal, foi-lhe possível indicar os bispos e estabelecer a doutrina desejada. Apesar de independente, a Igreja Anglicana foi também influenciada pelos princípios assumidos por Lutero e pela Igreja Luterana.

Adaptado de https://www.ebiografia.com/henrique_viii/

Manual Digital

Vídeo
Reforma católica e a contrarreforma



Igrejas	Católica	Luterana	Calvinista	Anglicana	
Princípios	Fontes de fé	Bíblia (interpretada pela autoridade papal) e tradição católica	Bíblia (interpretação aberta a todos os fiéis) é a única fonte de fé e prática		
	Salvação	Alcança-se pela fé e pelas boas ações (esmolas)	Alcança-se pela fé	O Homem está predestinado por Deus a salvar-se ou não	Alcança-se pela fé
	Sacramentos	Batismo, crisma, eucaristia, matrimónio, penitência, ordem e extrema-unção	Batismo e eucaristia		
	Ritual religioso	Missa em latim, manteve-se até 1970, celebrada por um sacerdote	Leitura da Bíblia nas línguas nacionais, orientada por um pastor		Mantém as formas de culto católico (liturgia) em inglês, língua nacional, orientado por um pastor
	Chefe da Igreja	Papa (eleito pelos cardeais)	Liderança do Concílio eleito pela comunidade nacional		O chefe de Estado (rei ou rainha) é o chefe da Igreja

Revisão de: R. Cardoso Alves, UNESP

Fig. 16 Quadro comparativo dos princípios da Igreja Católica face às diferentes Igrejas Protestantes.

Das fontes às respostas

- 1 Justifica o surgimento, no século XVI, da Reforma Protestante. (fig. 10 e 11)
- 2 Explica quais as motivações políticas da Reforma Protestante.

A reação da Igreja Católica

O avanço do Protestantismo conduziu à uma **Contrarreforma** ou Reforma Católica, enquanto movimento de renovação interna.

No Concílio de Trento (1545 e 1563), o Papa Paulo III, os cardeais e os bispos decidiram:

Um **concílio** é uma reunião de bispos e cardeais para discutir temas da doutrina e/ou da organização da Igreja.

- reforçar os dogmas da fé católica e manter os sete sacramentos;
- criar seminários para a formação religiosa dos clérigos, proibir a acumulação de cargos religiosos, manter o celibato;
- construir e renovar igrejas para atrair os fiéis;
- fundar novas ordens religiosas, como a Companhia de Jesus.

O que foi a Contrarreforma?

Como estratégia para combater a influência das Igrejas Protestantes, afirmaram-se no mesmo Concílio as medidas da Contrarreforma:

- ação da Inquisição, um tribunal que julgava os acusados de bruxaria, judaísmo ou protestantismo. Os condenados eram julgados em praça pública, nos autos-de-fé;
- aplicação do Índice, listagem de livros proibidos nos países católicos, como forma de censurar a produção cultural não católica.



Fig. 17 Catedral de Trento, Itália.

O Sagrado Concílio de Trento [...] exorta [...] a jejuar, pelo menos, à sexta-feira [...] e a dar esmola aos pobres [...]. Os bispos devem ser irrepreensíveis, sóbrios, castos [...]: o Concílio exorta-os [...] a fugir dos vícios e a seguir as virtudes [...] e que em todos os atos eles sejam honestos, como convém a um ministro de Deus.

Decreto publicado pela 2.ª sessão do Concílio de Trento, 7 de janeiro de 1546

Das fontes às respostas

- 1 Refere a reação adotada pela Igreja Católica face ao avanço do Protestantismo. (fig. 12 e 16)
- 2 Explica em que consistiu a Contrarreforma católica. (fig. 13 e 17)
- 3 A partir do quadro da figura 16, elabora um texto comparativo das diferentes Igrejas mencionadas.

Para consolidar saberes

1 Corrige a palavra errada em cada alínea.

- a) O movimento renascentista partiu das cidades francesas.
- b) A valorização do ser humano acima de tudo era o fundamento do Teocentrismo.
- c) Os humanistas do Renascimento admiravam a cultural medieval.
- d) O desenvolvimento do conhecimento científico deu origem à Teoria do Geocentrismo, de Nicolau Copérnico.
- e) As ideias do Renascimento espalharam-se também devido à invenção da rádio.

2 Define o homem ideal do Renascimento.

3 Aponta três características da arte renascentista.

4 Indica se as afirmações são verdadeiras (V) ou falsas (F). Corrige as falsas.

- a) No século XVI, a Igreja Católica começou a ser criticada também pela falta de formação dos clérigos.
- b) Martinho Lutero defendia a Bula das Indulgências.
- c) A Reforma Protestante foi um movimento de conciliação religiosa.
- d) No Concílio de Trento, decidiu-se, para reformar a Igreja Católica, reduzir os sacramentos para cinco.

5 Liga os elementos das duas colunas.

Coluna A

- i) Igreja Luterana
- ii) Igreja Calvinista
- iii) Igreja Anglicana

Coluna B

- a) Crença na predestinação
- b) Dois sacramentos apenas
- c) Chefe da Igreja e chefe de Estado coincidente

6 Aponta uma medida da Contrarreforma católica.

- 6.1.** Parece-te que a Igreja Católica conseguiu atrair mais fiéis com as suas ações de Contrarreforma? Justifica a tua opinião.



1400

1500

1600

1700

Sociedade escravocrata em Cabo Verde
Avanços científicos e tecnológicos

Absolutismo

1650
Mercantilismo

1640
Sociedade de ordens



História da Idade Moderna (séculos XV-XVIII)

Unidade VII

O Antigo Regime – séculos XVI,
XVII e XVIII e sua relação
com o sistema escravocrata
em Cabo Verde

- Introdução geral sobre as características do Antigo Regime
- Avanços na ciência e no pensamento
- Cabo Verde e o sistema escravocrata moderno instituído a partir da Idade Moderna
- Cabo Verde e as analogias com a sociedade do Antigo Regime

1800

Introdução geral sobre as características do Antigo Regime

O que foi o absolutismo régio?

Qual a organização social e económica adotada no Antigo Regime?



Há quatro [...] qualidades essenciais na autoridade real: em primeiro lugar, a autoridade real é sagrada, em segundo lugar é paternal, em terceiro lugar é absoluta, em quarto lugar está submetida à razão. Deus estabelece os reis como seus ministros e reina através deles sobre os povos.

Os príncipes agem como ministros de Deus e seus lugares-tenentes sobre a Terra. [...] É por isso que nós consideramos o trono real não como o trono de um homem, mas como o trono do próprio Deus.

Jacques-Bénigne Bossuet, *A Política Tirada da Sagrada Escritura*, Livro 111, 1709

Fig. 1 O absolutismo régio e o exemplo de Luís XIV.



Fig. 2 Palácio de Versalhes, mandado construir por Luís XIV (pintura de Pierre Patet, 1668).

O Antigo Regime foi um período da História Europeia que se iniciou durante o século XVI, mantendo o seu fulgor até ao início do século XIX. Com a Revolução Francesa (1789), viu-se confrontado com um outro modelo de organização social, económica e política, o Liberalismo, e foi perdendo vigor. A maior parte dos países europeus aboliu o absolutismo nas primeiras décadas do século XIX, embora este regime se mantivesse em alguns lugares até ao final da 1.ª Guerra Mundial (1918). A sociedade apresentava, no geral, os grupos sociais que a acompanharam desde a Idade Média. O mercantilismo foi uma das marcas da economia do Antigo Regime. De salientar que a Inglaterra, por exemplo, pouco participou deste Regime, enquanto a Rússia o conservou até ao surgimento da Revolução Soviética (1917).

Não podemos viver todos na mesma condição: é necessário que uns comandem e outros obedeçam [...]. No conjunto da sociedade, uns dedicam-se ao serviço de Deus, outros a defender o Estado pelas armas, outros a alimentá-lo e a mantê-lo. São as três ordens ou estados.

Charles Loyseau, *Tratado das Ordens e Simples Dignidades*, 1613

Fig. 3 Sociedade de ordens.

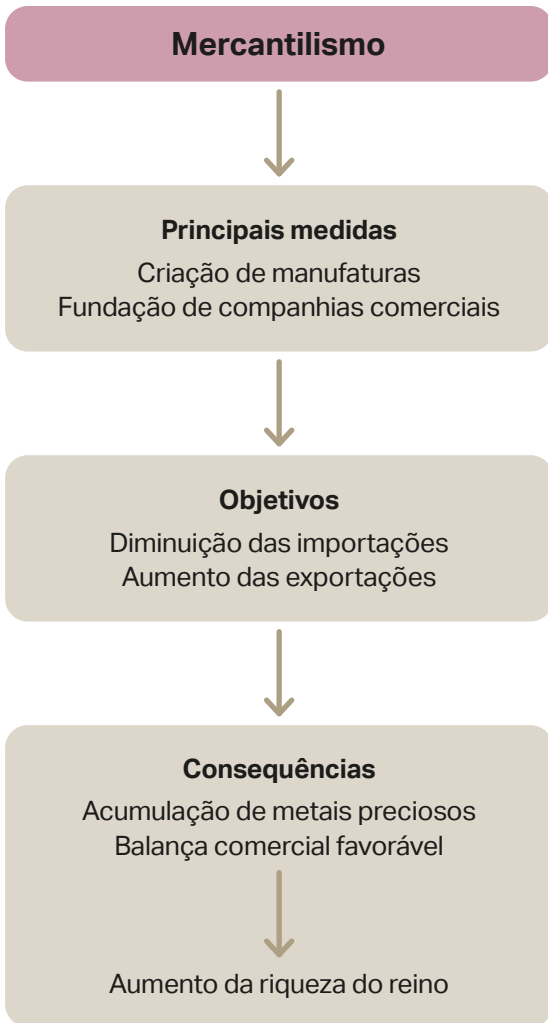


Fig. 6 A lógica do mercantilismo.



Fig. 4 Uma manufatura de tecidos, em Orange (pintura de Joseph Rosseti, 1765).

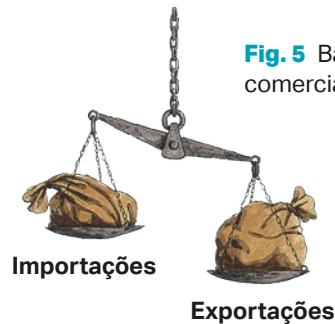


Fig. 5 Balança comercial favorável.

A estrutura política do Antigo Regime: o absolutismo régio

Os monarcas do **Antigo Regime** defendiam que o seu poder provinha de Deus, que os havia escolhido para governar, sendo por isso sagrado. Além disso, era um poder absoluto, pois o rei concentrava as funções legislativa (fazer as leis), executiva (administrar o território), judicial (aplicar a justiça), militar (comandar o exército) e económica (regular a economia).

Conceitos

- Antigo Regime
- Absolutismo régio
- Sociedade de ordens

Os reis absolutos cultivavam uma imagem de luxo e de ostentação, investindo em cerimónias grandiosas, palácios ricos e enormes, objetos de grande valor como mantos, espadas ou ceptros.

Esta organização política denominou-se **absolutismo régio**.

Sociedade e economia

A **sociedade de ordens** do Antigo Regime manteve-se dividida em três estados ou ordens (ou estados) – a nobreza, o clero e o povo ou Terceiro Estado. Ser da Nobreza ou do povo dependia do nascimento, tal como o alto clero (Bispos, Cardeais, por exemplo), já o baixo clero (padres paroquiais) dependia menos da sua origem social, o mesmo acontecendo com o clero regular. Alguns burgueses, no entanto, conseguiram ascender socialmente pois ocupavam cargos administrativos, graças aos seus estudos, recebendo por vezes títulos de nobreza pelos serviços prestados ao rei e ao reino, ou porque casavam com alguma nobreza empobrecida.

A nobreza e o clero eram os grupos privilegiados, por isso, possuíam terras, ocupavam cargos político-administrativos e não pagavam impostos. O povo era um grupo heterogéneo (com burgueses, artesãos ou mendigos), que trabalhava muito, pagava impostos e sofria com a opressão dos grupos sociais privilegiados.

Economicamente, a principal atividade mantinha-se a agricultura, ocupando a maioria dos camponeses, que pagavam rendas e cumpriam obrigações senhoriais. Ainda assim, pela falta de investimento, as técnicas usadas eram arcaicas e a produtividade agrícola muito baixa.

Não se deve estranhar algumas semelhanças com o período medieval. As estruturas sociais e de produção “moveram-se” muito mais lentamente do que os acontecimentos políticos, destacando-se o processo de centralização administrativa, que viria a culminar com a detenção absoluta dos poderes por parte do rei.

Com o comércio ligado aos impérios coloniais europeus, nos séculos XVI e XVII, desenvolveu-se o mercantilismo. De acordo com esta teoria económica, os governos tinham de intervir mais na economia, assegurando uma balança comercial favorável e a acumulação de metais preciosos. Nesse sentido, tomavam-se medidas para incentivar a produção nacional, como impostos sobre as importações, incentivos às exportações ou privilégios para as manufaturas locais. No entanto, a Inglaterra é um bom exemplo da introdução de políticas com menos intervenção do governo na economia (de uma economia mais liberal).

Das fontes às respostas

- 1 Localiza, temporalmente, o Antigo Regime.
- 2 Caracteriza o poder de um rei absoluto. (fig. 1)
- 3 Que estados compunham a sociedade do Antigo Regime? (fig. 3)
- 4 Explica o que era o mercantilismo. (fig. 4 a 6)



Vídeo
Estratificação
social no Antigo
Regime



Avanços na ciência e no pensamento

Que mudanças científicas e tecnológicas se verificaram?

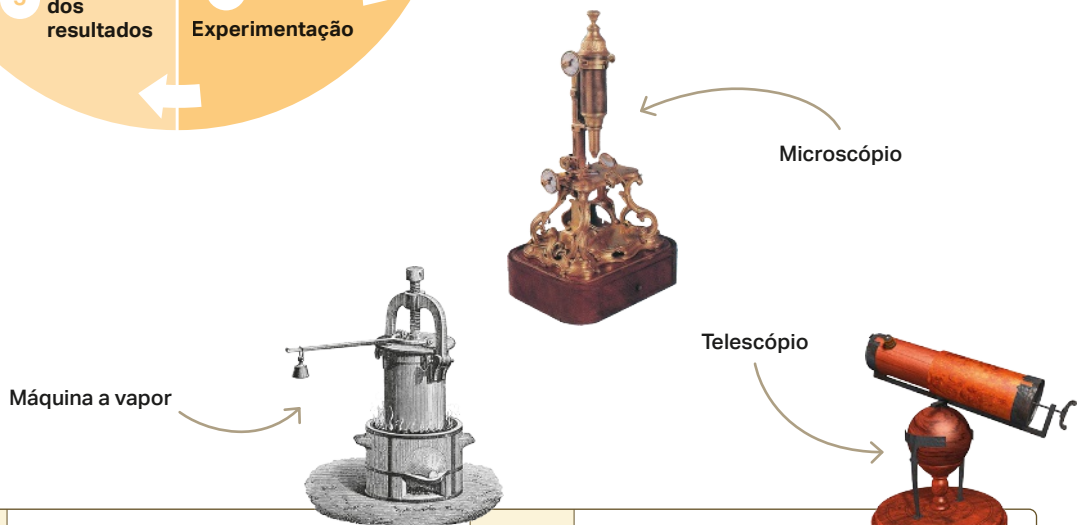
O que foi o despotismo esclarecido?



A forma de fazer efetivamente avançar a ciência é realizar inúmeras experiências [...] indispensáveis para descobrir as causas dos fenômenos e as duas leis gerais.

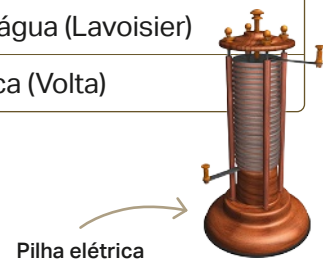
François Bacon, *Novum Organum* (1620),
Clube de Autores, 2020

Fig. 7 Método científico experimental.



1590	Microscópio (Janssen)	1668	Telescópio (Newton)
1608	Luneta astronómica (Galileu)	1680	Marmita a vapor (Papin)
1628	Circulação do sangue (Harvey)	1752	Para-raios (Franklin)
1650	Máquina de calcular (Pascal)	1769	Máquina a vapor (Watt)
1656	Relógio de pêndulo (Huygens)	1783	Análise da água (Lavoisier)
1662	Leis da gravidade (Newton)	1800	Pilha elétrica (Volta)

Fig. 8 Algumas das invenções científicas nos séculos XVII e XVIII.



VII. O Antigo Regime – séculos XVI, XVII e XVIII e sua relação com o sistema escravocrata em Cabo Verde



Fig. 9 Espaços para divulgação das descobertas.

O avanço científico e tecnológico

A mentalidade dos humanistas incluiu uma nova visão do mundo e da ciência, associada à valorização da observação, da experiência e da **razão**.

Assistiu-se, então, à revolução científica que ligou as invenções técnicas a uma forma de pensar diferente. Este método científico, que conjuga a experimentação com a dúvida metódica, organiza-se em diferentes etapas, não esquecendo a observação e a formulação de hipóteses.

Os **avanços tecnológicos** que também marcaram esta ciência moderna foram, por exemplo, o fabrico de lentes (ciência ótica), a descoberta do microscópio e do telescópio. Por sua vez, na Matemática assistiu-se ao aperfeiçoamento da álgebra, na Medicina conheceu-se melhor a circulação sanguínea e na Química descobriu-se o oxigénio e o hidrogénio, a par de outras áreas do saber que também ampliaram os conhecimentos.

Na segunda metade do século XVII, este desenvolvimento científico e tecnológico divulgava-se em livros, jornais e revistas científicas. Mais ainda, nas universidades, academias ou sociedades científicas e nos salões da aristocracia comentavam-se conhecimentos, invenções e práticas.

Conceitos

- Razão
- Avanços tecnológicos
- Despotismo

Despotismo esclarecido – O que foi?

Neste período do Antigo Regime, alguns monarcas europeus conviviam com filósofos, cientistas, poetas e contactaram com os ideais iluministas de liberdade, igualdade ou tolerância, desejando transpô-los para a sua governação.

Assim, tomaram medidas para modernizar o Estado e garantirem o bem-estar da população em geral. O seu poder continuava a ser absoluto, mas orientados pela Razão e com intenção de desenvolvimento do país – **despotismo** esclarecido.

Monarcas como Frederico II da Prússia ou Catarina II da Rússia são considerados déspotas esclarecidos, assim como o rei D. José I, em Portugal.

As nossas esperanças sobre o estado futuro da espécie humana reduzem-se a estes três pontos: a destruição da desigualdade entre as nações, os progressos da igualdade num mesmo povo, enfim, o aperfeiçoamento real do Homem. Chegará assim o momento em que o Sol iluminará sobre a Terra todos os homens livres, não reconhecendo outro mestre além da Razão [...].
Através do conhecimento e dos métodos de ensino pode instruir-se todo um povo de tudo o que cada homem tem necessidade de saber [...] para reconhecer os seus direitos [...] e para ser senhor de si próprio.

Condorcet, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrés de l'Esprit Humain*, 1795



Fig. 10 Os ideais iluministas.

Das fontes às respostas

- 1 Descreve o método científico. (fig. 7)
- 2 Seleciona uma invenção incluída na tabela da figura 8 e justifica a sua importância.
- 3 Explica as formas de divulgação dos avanços científicos e tecnológicos alcançados. (fig. 9)

Cabo Verde e o sistema escravocrata moderno instituído a partir da Idade Moderna

Que consequências teve a escravatura para África?

Quando aconteceu a abolição da escravatura nas ilhas atlânticas?

Que heranças da escravatura em Cabo Verde podem ser mencionadas?



Fig. 11 O continente africano nos séculos XV e XVI.



Fig. 12 Embarque de escravos.



Fig. 13 "Razia" numa aldeia africana (gravura, Séc. XVIII).

A "raza" era o rapto de seres humanos, depois escravizados. Foi praticada pelos portugueses aquando dos contactos iniciais com as populações africanas.

	1451-1475	1476-1500	1501-1525	1526-1550	1551-1575	1576-1600
Europa	12,5	12,5	12,5	7,5	2,5	1,3
Ilhas atlânticas	2,5	5,0	5,0	5,0	5,0	2,5
S. Tomé		1,0	25,0	18,8	18,8	12,5
América espanhola				12,5	25,0	37,5
Brasil					10,0	40,0

Em H. A. Miskimin, *A Economia do Renascimento Europeu*, Ed. Estampa, 2005

Fig. 14 Dados referentes à importação de pessoas escravizadas entre 1451 e 1600 (em milhares).

Havia uma linguagem internacional através da qual era possível conduzir as trocas comerciais. Na África e na Ásia marítimas, o português era a língua que facilitava não apenas o desenvolvimento do comércio internacional como também a propagação de conceitos legais e religiosos ibéricos. [...]

Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo*, Lisboa, Texto Ed., 2015

Fig. 15 A imposição da língua portuguesa.

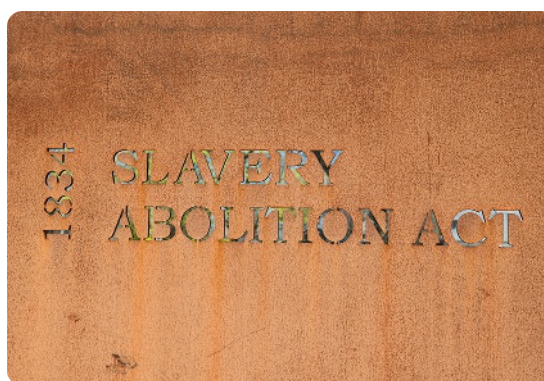


Fig. 16 Memorial em Niagara.

Consequências do tráfico de africanos escravos

O **tráfico de pessoas** escravizadas tornou-se uma realidade de dimensão mercantil nunca observada, entre os séculos XVI e XIX, sendo as pessoas capturadas em África, nas colónias das potências europeias, e, contra a sua vontade, levadas para outros locais para trabalharem, sem direitos ou liberdades.

Conceitos

- Tráfico de pessoas
- Escravatura
- Abolição

Como consequências efetivas desta prática podem indicar-se:

- o afastamento, sem escolha, das pessoas das suas famílias e comunidades;
- o desrespeito pela segurança e dignidade humanas, tratando-se os escravos como mercadorias ou produtos;
- a imposição de uma língua e de uma religião, sem consideração pelas crenças e tradições locais;
- a diminuição da população ativa em África, a redução da natalidade e o envelhecimento acentuado;
- a exploração económica sem efeitos positivos no espaço colonial.

Foi já no final do século XVIII que se verificaram as primeiras campanhas para pôr fim à **escravatura** e ao tráfico de escravos no continente africano.

O processo abolicionista da escravatura

Em Portugal, no ano de 1761, o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, déspota esclarecido, aboliu a escravatura no reino. A mesma foi, no entanto, intensificada nas colónias pelas companhias monopolistas ligadas à prática comercial. Uns anos depois, em 1773, um decreto oficial reforçou aquela decisão, definindo a extinção gradual do estado de escravidão na metrópole portuguesa.

Apenas no século XIX, por influência e pressão britânica, cujo Parlamento havia aprovado o *Slavery Abolition Act*, ou seja, a **abolição** gradual do tráfico de escravos no império inglês, a ação portuguesa também se alterou. Em 1836, o ministro português Sá da Bandeira proibiu, finalmente, a “exportação de escravos, quer por mar, quer por terra, em todos os domínios portugueses sem exceção” a norte e a sul do Equador.

Contudo, apenas em 1869 se confirmou o fim da escravatura em todo o território de Portugal.

Como heranças do tráfico de pessoas escravizadas e da escravatura em Cabo Verde, podem salientar-se, além de sequelas de sofrimento, por exemplo:

- uma sociedade crioula singular;
- um povo aberto ao mundo;
- uma mentalidade resiliente capaz de fazer face a muitos desafios;
- um povo acolhedor com a sua «morabeza» característica;
- uma cultura específica, com uma música constituída por variados géneros, uma língua própria, o crioulo de Cabo Verde, e valores como a solidariedade.



Fig. 17 Marquês de Sá da Bandeira.

Das fontes às respostas

- 1 Na tua perspetiva, que impacto teve o tráfico de pessoas para o continente africano? (fig. 13, 14 e 15)
- 2 Que razões justificam a imposição da língua portuguesa, por exemplo, em Cabo Verde ao lado do crioulo cabo-verdiano? (fig. 15)
- 3 Reflete sobre o significado da abolição da escravatura para os vários povos.
- 4 Que heranças da escravatura são evidentes na sociedade cabo-verdiana?

Cabo Verde e as analogias com a sociedade do Antigo Regime

Como se organizava a sociedade cabo-verdiana no século XVI?

Como atuavam as companhias monopolistas?

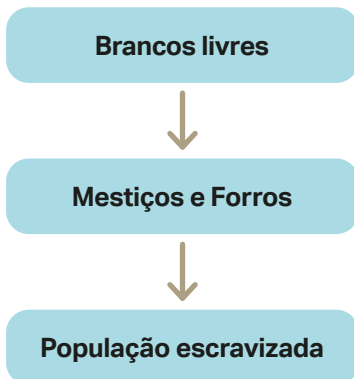


Fig. 18 A sociedade cabo-verdiana: grupos diferentes, direitos diferentes.



Do que foi dito se conclui que a discriminação não era feita apenas em função das posses de cada um. O fator racial, embora não sendo decisivo, tinha um peso que de forma alguma pode ser escamoteado. Não era decisivo porque, na verdade, não obsteu a que se verificassem casos (poucos) de grande mobilidade social no seio do grupo subordinado. Por outro lado, importa salientar que se as desigualdades a nível de direitos não se revestissem de qualquer interesse prático, os homens baços e pretos de Santiago não estariam por volta de 1546 a reivindicar mercê de poder entrar para os cargos de conselho, não obstante o facto de não serem brancos. E convém lembrar que o acesso a alguns desses cargos era um dos principais canais de mobilidade social nessa nascente sociedade.

História Geral de Cabo Verde (vol.1), Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos (ccord.), Lisboa, Praia, ICT/DGPC, 1991

Fig. 19 A organização social: justificações.

Fig. 20 Documento que institui a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

A sociedade cabo-verdiana no século XVI

No século XVI, a sociedade cabo-verdiana apresentava marcas de **estratificação** típicas do Antigo Regime.

Havia dois grupos sociais, um deles privilegiado e o outro, o mais numeroso, não privilegiado. Por um lado, o primeiro grupo compunha-se com europeus (portugueses, genoveses, [...]), poucos nobres, plebeus, homens de ofícios e "brancos da terra",

Conceitos

- **Estratificação**
- **Forros**
- **Companhias imperialistas**

ou seja, mestiços filhos de um homem branco e de uma mulher negra. Por outro lado, o grupo composto por pessoas escravizadas, obrigados a trabalhar e sem direitos.

Progressivamente, surgiu um grupo intermédio, os escravos que ascendiam socialmente pela sua libertação, conhecidos como **forros**. Uns conseguiram essa liberdade pela fuga, outros pela concessão de alforrias, outros eram filhos dos grupos mais privilegiados (ou seus parentes diretos) e de escravas negras. Por norma, reiniciavam a sua vida arrendando parcelas das fazendas dos proprietários rurais que não tinham trabalhadores disponíveis.

A ação das companhias imperialistas

A mercantilização da economia europeia teve impacto na colónia portuguesa de Cabo Verde, menos protegida na área do comércio a partir da segunda metade do século XVII, tendo em conta o avanço de ingleses, franceses e holandeses.

A ação das **companhias imperialistas** surgiu, então, como opção pública (e privada) para deter o monopólio comercial local e concorrer com aqueles povos europeus.

Foram criadas seis companhias diferentes, mas quase nenhuma conseguiu contrariar o declínio do comércio externo cabo-verdiano. Mais adiante, já no século XVIII, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão terá alguma capacidade para concorrer com as grandes companhias europeias: ganhou o exclusivo do comércio na área de Cabo Verde e da costa da Guiné por vinte anos. Na verdade, foi responsável pela privatização do arquipélago, que deixou os moradores em desvantagem. A companhia assumiu o monopólio do tráfico de escravos, a exploração exclusiva da urzela e a produção e o comércio de panos de algodão, além de acumular as receitas provenientes da alfândega, dos foros, dos impostos e dos dízimos.

Apoiada pelo poder régio, e sem deixar espaço aos “homens poderosos” do território, aquela companhia monopolista também controlava a posição estratégica de Cabo Verde, bem como a navegação estrangeira na área.

Das fontes às respostas

- 1 Descreve a sociedade cabo-verdiana do século XV. (fig. 18 e 19)
- 2 Clarifica o papel das companhias monopolistas no arquipélago.

Para consolidar saberes

- 1 *No Antigo Regime, o poder dos reis era absoluto. Explica o sentido da frase.*
- 2 **Completa os espaços em branco e forma um texto com sentido.**
 A sociedade do Antigo Regime dividia-se em três
 Os grupos privilegiados eram a e o ,
 por isso não pagavam
 O era o grupo não privilegiado, que trabalhava
 e era pelos grupos sociais privilegiados.
- 3 **Indica duas ações governativas típicas do mercantilismo.**
- 4 **Descreve, brevemente, o método científico experimental.**
- 5 **Assinala a opção que se refere ao despotismo esclarecido.**
 - a) Reis absolutos que admiravam a arte renascentista.
 - b) Reis absolutos que desvalorizavam o bem-estar geral.
 - c) Reis absolutos que agiam com base na Razão e nos ideais iluministas.
 - d) Reis absolutos apenas preocupados com o seu poder sagrado.
- 6 **Caracteriza a sociedade cabo-verdiana no século XVI, distinguindo os diferentes grupos sociais existentes na época.**
- 7 **Na tua perspetiva, que consequências teve o tráfico de pessoas escravizadas para:**
 - o continente africano;
 - o continente europeu;
 - Cabo Verde.

7.1. Regista uma palavra que associes à abolição da escravatura.

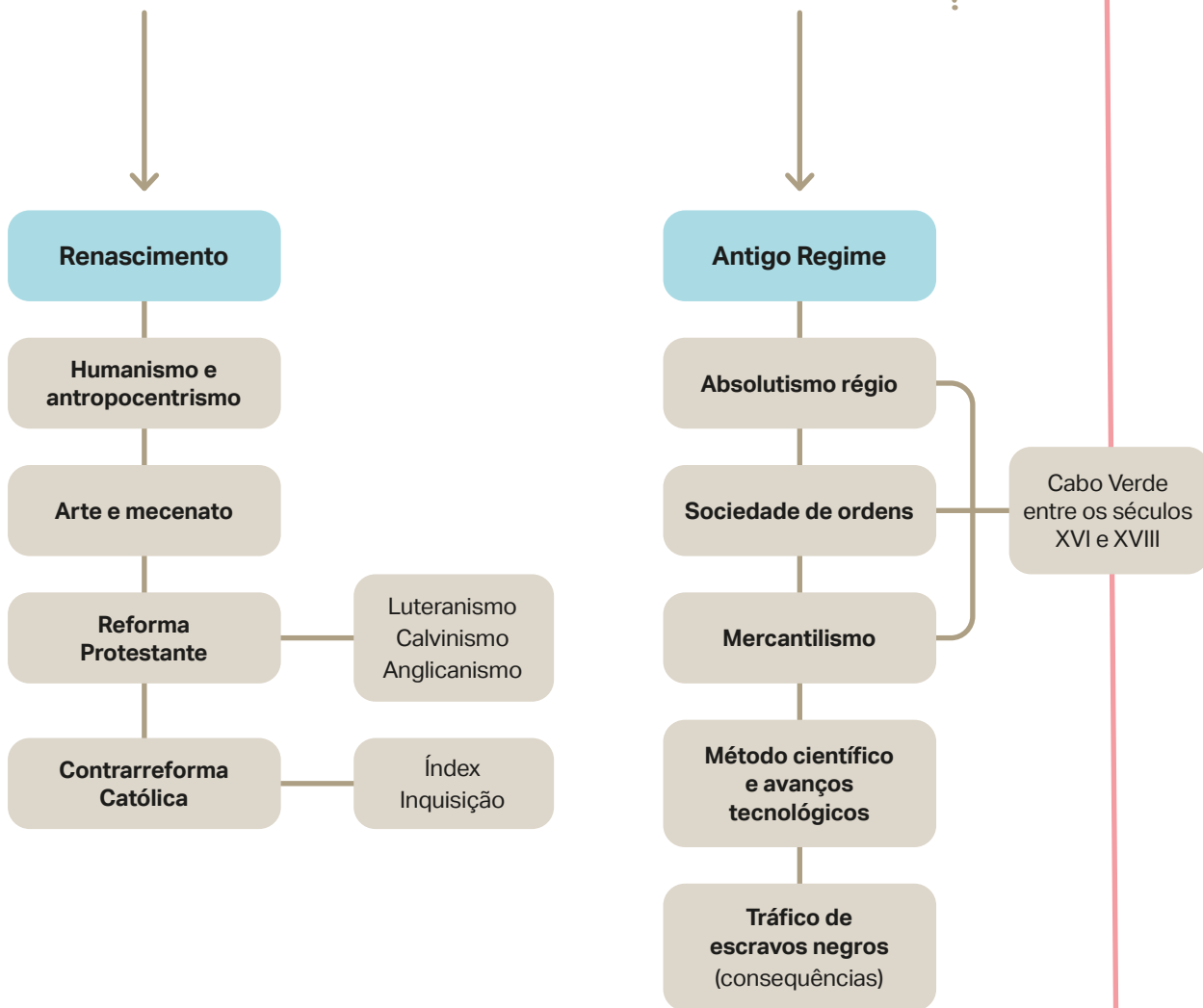
Para resumir conceitos e ideias

IDADE MÉDIA

IDADE MODERNA (1453 – 1789)



IDADE CONTEMPORÂNEA





1675

1700

1725

1775

1800


Iluminismo

1689
Declaração
dos Direitos de 1689

1760
Revolução
Industrial

1776
Independência
americana

1789
Revolução
francesa



História da Idade Contemporânea (do século XVIII aos nossos dias)

Unidade VIII

As raízes e bases teóricas da contemporaneidade no século XVII e suas repercussões posteriores

1825

- Periodização da Idade Contemporânea
- O Iluminismo e a projeção das revoluções liberais
- O triunfo da revolução inglesa e do Parlamentarismo inglês
- As revoluções americana (1776) e francesa (1789)

Periodização da Idade Contemporânea

Como se caracteriza, em diferentes dimensões humanas, a Época Contemporânea?

Hoje em dia, que História se está a construir?

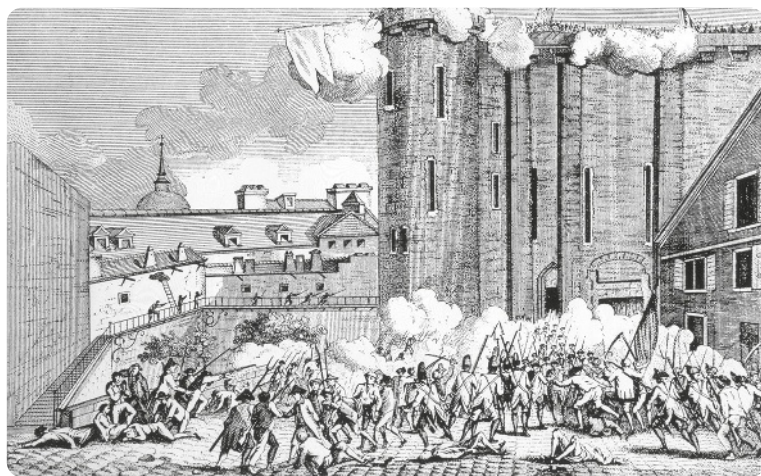


Fig. 1 Tomada da Bastilha, início da Revolução Francesa (14 de julho de 1789).

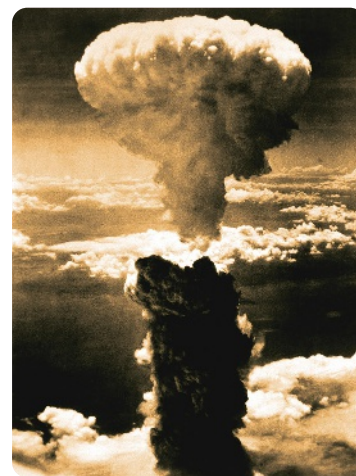


Fig. 2 Bomba atômica lançada pelos EUA em Nagasaki, Japão (9 de agosto de 1945).

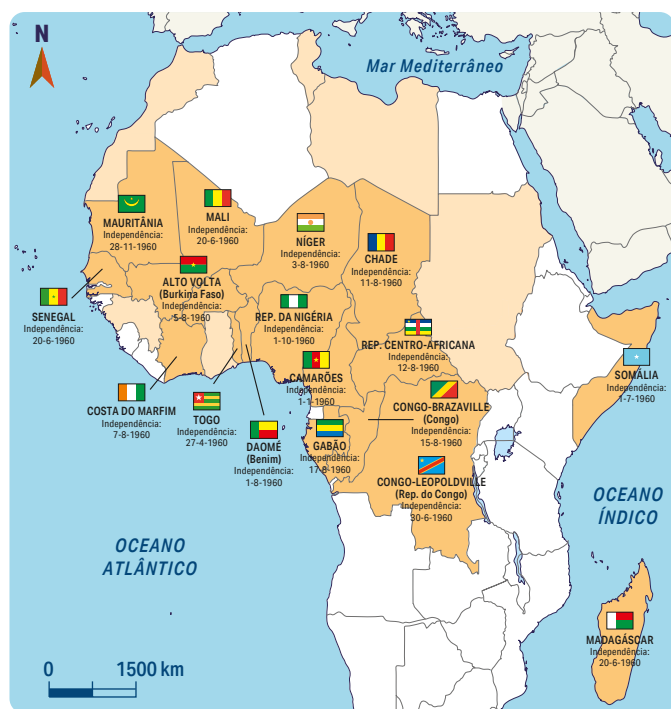


Fig. 3 O "Ano de África".

[...] Entre os projetos executados de janeiro a dezembro do ano passado contam-se ações de prevenção e combate à doença, com 511,7 milhões de escudos (4,6 milhões de euros), e a implementação de rendimento social de inclusão, com 333,7 milhões de escudos (três milhões de euros), mas também o programa "Escola sem Covid", no reforço do setor de saúde no combate à pandemia e na garantia de cuidados a pessoas dependentes. Cabo Verde não tem restrições em vigor, com exceção do uso de máscara em unidades de saúde, e contabilizou 413 óbitos por complicações associadas à covid-19 em mais de 63.200 casos da doença registados desde o início da pandemia no arquipélago, em março de 2020.

Disponível em <https://www.noticiasominuto.com/mundo/2218445/cabo-verde-gastou-11-milhoes-em-projetos-de-resposta-a-covid-19-em-2022>

Fig. 4 Cabo Verde gastou 11 milhões em projetos de resposta à Covid-19 em 2022.

Idade Contemporânea: periodização

A **Contemporaneidade** corresponde a uma mentalidade que emerge nos séculos XVIII e XIX, caracterizada pela afirmação de princípios até hoje fundamentais, como os direitos humanos, os direitos mais específicos nas sociedades ou as liberdades individuais. A **Época Contemporânea** tem como marco inicial a Revolução Francesa (1789) e prolonga-se até à **atualidade**.

Conceitos

- Contemporaneidade
- Época Contemporânea
- Atualidade

A novidade introduzida em 1789 foi uma nova organização política com uma divisão dos poderes legislativo (fazer as leis), executivo (executar as leis) e judicial (garantir o cumprimento das leis e punir quem não cumpre), até então concentrados em “absoluto” na figura do rei ou da rainha. A República Francesa de 1789 pretendia liberdade, igualdade (fim dos privilégios de alguns grupos sociais e igualdade de direitos, sobretudo perante a lei) e fraternidade (solidariedade entre os povos) para todos, transformando os súbditos em cidadãos e cidadãs. A França absolutista transformou-se num regime republicano, constitucional e representativo. São também características desta época a filosofia do Iluminismo, ou seja, a crença na razão e no desenvolvimento da ciência como meios para o progresso da Humanidade, bem como a consolidação do capitalismo, enquanto sistema económico, no Ocidente europeu. O imperialismo europeu atingiu níveis significativos, reforçando-se as lógicas nacionalistas exacerbadas e intensificando-se as disputas pelos territórios coloniais.

Já no século XX, o desenrolar de duas guerras mundiais, às quais se associaram inúmeras barbaridades, fez-se acompanhar de um certo ceticismo relativamente à evolução da civilização humana. O próprio uso do conhecimento científico e tecnológico mais avançado, com consequências devastadoras, por exemplo, a nível militar, não favoreceu uma visão positiva quanto ao progresso positivo da Humanidade.

E, atualmente, que características apresenta o Mundo?

Em pleno século XXI, mantêm-se as desigualdades sociais entre países ou dentro de um só país; as alterações climáticas causam cada vez maior preocupação, com impactos destrutivos, e as doenças epidémicas ou as situações pandémicas voltaram a estar no centro das atenções; a revolução digital instalou-se e as formas de comunicação alteraram-se significativamente, sendo difícil contrariar as *fake news*; o terrorismo amedronta todos os dias e os regimes populistas ganham cada vez mais adeptos em diferentes geografias.

Das fontes às respostas

- 1 Situa temporalmente a Idade Contemporânea.
- 2 Justifica o ceticismo que se tem instalado relativamente ao ser humano.
- 3 Aponta alguns momentos/factos históricos contemporâneos que marcam a África.

O Iluminismo e a projeção das revoluções liberais

O que defendiam os iluministas?

Que relação se pode estabelecer entre o Iluminismo e as revoluções liberais?



Voltaire (1694-1778)

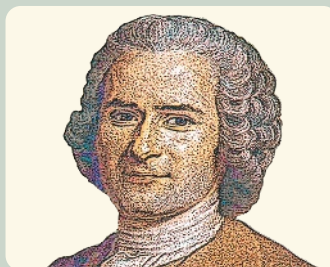
Possam todos os homens lembrar-se de que são irmãos, que devem ter horror à tirania.

Traté sur la Tolerance, 1763



Mary Wollstonecraft (1759-1797)

Dedicou-se ao direito da mulher à educação. Considerada uma precursora do feminismo, foi também uma ativista abolicionista.



Rousseau (1712-1778)

No contrato social, a minoria deve submeter-se à vontade da maioria [...]. É verdade que cada um quando vota exprime a sua própria vontade. Mas é do número total de votos que resulta a vontade de todos. Através do voto será exercida a soberania popular.

O contrato social, 1962



Montesquieu (1689-1755)

Quando, na mesma pessoa ou no mesmo órgão político, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não há liberdade [...]. Também não há liberdade se o poder judicial não estiver separado dos poderes legislativo e executivo.

O Espírito das Leis, 1748

Fig. 5 Pensamentos iluministas e seus autores.

Através do conhecimento e dos métodos de ensino pode instruir-se um povo de tudo o que cada homem necessita de saber [...] para reconhecer os seus direitos [...] e para ser senhor de si próprio.

Condorcet, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, 1793-94

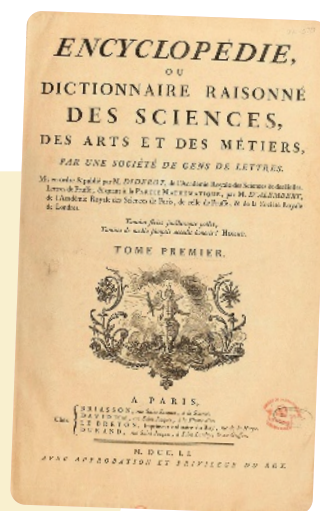


Fig. 6 A importância do conhecimento. Primeira página da Enciclopédia (1751). Dividia-se em três partes principais: Memória/História, Razão/Filosofia, Imaginação/Poesia.



Fig. 7 *A Liberdade guiando o Povo* (pintura de Eugène Delacroix, 1830).



Fig. 8 Pensadores e pensadoras iluministas no salão de Madame Geoffrin (pintura de Anicet Charles Gabriel, 1892).

Os ideais iluministas

Com o avançar do século XVIII, surgiu, quer na Europa, quer na América do Norte, o **Iluminismo**, um movimento cultural que se caracterizou pela valorização da razão e da aprendizagem como formas de alcançar o conhecimento, o progresso e a felicidade humana. Assim, a sua base era o **pensamento racional**, pois a ignorância e a superstição só podiam ser ultrapassadas a partir da instrução assente na razão.

Política e socialmente, o pensamento iluminista permitiu o aparecimento de novos pontos de vista:

- a importância da separação dos poderes políticos, atribuídos a diferentes órgãos (Montesquieu);
- a justiça social e a tolerância religiosa, muitas vezes ignoradas pelo clero (Voltaire);
- a igualdade de todos perante a lei e a soberania popular (escolha dos governantes pelos votos dos cidadãos) (Rousseau);
- a defesa dos direitos das mulheres, nomeadamente no que diz respeito à educação (Mary Wollstonecraft).

Estas ideias começaram a circular de forma escrita, nas gazetas e periódicos ou na *Enciclopédia*, e, ainda, de forma oral, nos salões, clubes, cafés ou reuniões secretas da Maçonaria.

As pessoas tornavam-se cada vez mais críticas e conscientes dos seus direitos e deveres.

Conceitos

- **Iluminismo**
- **Pensamento racional**
- **Liberalismo**

e Manual Digital

Vídeo
Os princípios do Iluminismo



Do pensamento iluminista às revoluções liberais

“Soldados, o momento é este: vamos em direção à nossa salvação próxima. Camaradas, vinde comigo. Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provisório, que chame as Cortes a fazerem uma Constituição, cuja falta é a origem dos nossos males [...]. É em nome da conservação do nosso Augusto Soberano, o Senhor D. João VI, que há de governar-se.

A nossa santa religião será guardada [...]. Os soldados hão de acorrer a abraçar a nossa causa, porque é igualmente sua [...]. Viva El-Rei o Senhor D. João VI! Vivam as Cortes e, por estas, a Constituição Nacional.“

A proclamação do coronel Sepúlveda, 24 de agosto de 1820

Fig. 9 A Revolução Liberal portuguesa (1820).

Os princípios defendidos pelos iluministas tiveram, inegavelmente, impacto político, por exemplo, motivando as chamadas revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX, mas também importantes movimentos de oposição, de reação às novas ideias.

O absolutismo régio, a sociedade de ordens (hierarquizadas) ou a escravatura não coincidiam com os ideais de soberania popular, separação de poderes ou tolerância e liberdade.

Foram, sobretudo, os burgueses, afastados da participação na vida política dos países, que favoreceram a difusão do pensamento iluminista.

Este desejo de uma realidade diferente acabou por contribuir para o fim do Antigo Regime e para a afirmação do **Liberalismo**.

Das fontes às respostas

- 1 Caracteriza o pensamento iluminista. (fig. 5 e 6)
- 2 Quais foram os eventuais impactos das ideias iluministas junto das sociedades no século XVIII?
- 3 Que grupos sociais consegues identificar na figura 7?
- 4 Por que motivos o Antigo Regime não era compatível com as ideias defendidas?

O triunfo da revolução inglesa e do Parlamentarismo inglês

O absolutismo régio teve sucesso em Inglaterra?

De que forma o Parlamentarismo inglês se baseia nas ideias do iluminista Locke?

Carlos Stuart [...] levantou, de forma traiçoeira e malévola, uma guerra contra o presente Parlamento e contra o povo aí representado [...] e em consequência dela muitos milhares de pessoas do povo livre desta nação foram mortas [...].

Por todas estas traições e crimes, este Tribunal determina que ele, o dito Carlos Stuart, seja executado por decapitação, como tirano, traidor, assassino e público inimigo do bom povo desta nação.

Sentença do Alto Tribunal instituído pelo Parlamento para julgar o réu Carlos I, 27 de janeiro de 1649, em "The constitutional Documents of the Puritan Revolution", seleção de Samuel Rawson Gardiner, Oxford, 1906



Fig. 11 Guilherme e Maria de Orange (pintura de James Thornhill, 1707).

Fig. 10 A condenação de Carlos I.

O poder legislativo constitui o poder supremo do Estado e permanece sagrado e imutável nas mãos daqueles a quem a comunidade o confiou. Nenhum decreto tem força de lei se não for aprovado pelos que detêm o poder legislativo e são escolhidos pelo povo. Sem isso, a lei não terá os requisitos necessários para constituir uma lei: o consentimento do povo.

É necessário que exista um poder que, de forma permanente e contínua, vale pela execução das leis. Por este motivo, o poder legislativo e o poder executivo encontram-se separados. Mas, num estado bem constituído, há um único poder supremo: o poder legislativo [...].

De cada vez que [aqueles que detêm o poder] tentam, por ambição, temor, loucura ou corrupção, apoderar-se, para eles próprios ou para outros, dum poder absoluto sobre as vidas, as liberdades os bens do povo, perdem, ao falharem a sua missão, poder confiado pelo povo com fins diretamente opostos. O poder regressa então a esse, que tem o direito de retomar a liberdade original, e, instituindo um novo poder legislativo (do modo que julgar preferível), de garantir a sua própria segurança, que é razão de ser da sociedade [...].

John Locke, Ensaio Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Poder Civil (1690).

Fig. 12 A perspetiva de John Locke. Divisão do poder entre o Rei e o Parlamento.

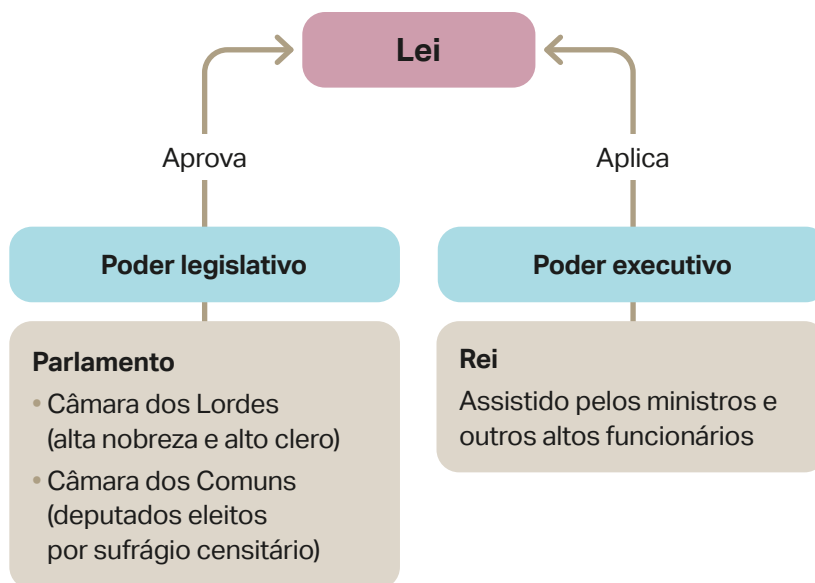


Fig. 13 Reconstituição de uma sessão da Câmara dos Comuns (pintura de Hickel, s.d.).

Inglaterra: o rei e o Parlamento

Com a presença do absolutismo na Europa, ainda no século XVII, os reis ingleses também quiseram reforçar o seu poder. Porém, as suas intenções colidiram com os interesses dos representantes parlamentares.

A guerra civil eclodiu em 1642, quando Carlos I dissolveu o Parlamento. O mesmo seria, logo a seguir, afastado do poder e instaurou-se a República no país.

Essa mesma República rapidamente se transformou numa ditadura pelas mãos de Cromwell. Já com a sua morte, em 1658, o filho de Carlos I, Carlos II, repôs a Monarquia em Inglaterra.

Conceitos

- Revolução Gloriosa
- Bem-comum
- Parlamentarismo

Com a sucessão do mesmo, por Jaime II, particularmente católico e autoritário, os ingleses mostravam-se cada vez mais desagradados com a governação instável no país. Tal foi aproveitado por Guilherme de Orange (Holanda) que, com a **Revolução Gloriosa**, consolidou o regime parlamentar inglês.

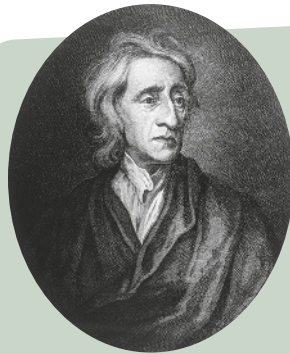
O **Parlamento** é uma assembleia política com funções legislativas.

A partir de então passou a prevalecer a Declaração dos Direitos, documento fundamental da Monarquia inglesa e que salienta a liberdade individual e a autonomia das decisões parlamentares. Além disso, a nível social, eliminou-se a censura e instituiu-se o direito de reunião no país.

Rei e Parlamento partilhavam agora poderes, com o desejo de se evitar o regresso do absolutismo régio.

Inspiração em princípios iluministas

As ideias do iluminista John Locke, associadas a um contrato implícito que se deve estabelecer entre governados e governantes para garantia do **bem-comum**, valorizavam as potencialidades do sistema parlamentar (ou **parlamentarismo**) perante outras opções políticas.



John Locke estudou na Universidade de Oxford e, aí, também foi professor. Uma das suas obras mais conhecidas é o *Ensaio sobre o Conhecimento Humano* (1690), na qual destaca o papel da experiência sensorial na aquisição de conhecimentos. A nível político, defensor da liberdade e da tolerância religiosa, influenciou de facto a afirmação do Liberalismo em vários pontos do globo.

Fig. 14 John Locke (1632-1704).

Dependendo o poder da vontade dos governados, esta limitação da autoridade real pela Lei, aplicada em Inglaterra, emergiu como um exemplo a seguir noutros contextos nacionais.

Das fontes às respostas

- 1 De que forma o Parlamento, em Inglaterra, condicionou o poder dos reis? (fig. 10 e 12)
- 2 Explica a importância da Declaração dos Direitos.
- 3 Relaciona o pensamento de John Locke com o Parlamentarismo (inglês). (fig. 12)

As revoluções americana (1776) e francesa (1789)

Como nasceram os Estados Unidos da América?

Quais as etapas da Revolução Francesa?



Fig. 15 As treze colônias inglesas antes da independência.

Artigo I – Todos os poderes legislativos concedidos pela presente lei serão confiados ao Congresso dos EUA, que será composto de um senado e de uma câmara dos Representantes [...].

Artigo II – O poder executivo é conferido a um Presidente dos EUA. Ele ficará em funções durante um período de quatro anos, e será eleito ao mesmo tempo que o Vice-Presidente, escolhido pelo mesmo período de tempo [...].

Artigo III – O poder judicial dos EUA será confiado a um Tribunal Supremo e aos tribunais inferiores que o Congresso julgue necessário criar e estabelecer.

Constituição dos EUA, 1787

Fig. 17 Excerto da Constituição Americana (1787).



Artigo 2.º – A finalidade de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do Homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 3.º – O princípio de toda a sabedoria reside essencialmente na Nação.

Artigo 4.º – A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique outrem [...].

Artigo 6.º – A lei é a expressão da vontade geral.

Assembleia Nacional Constituinte, 26 de agosto de 1789

Fig. 16 Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789).

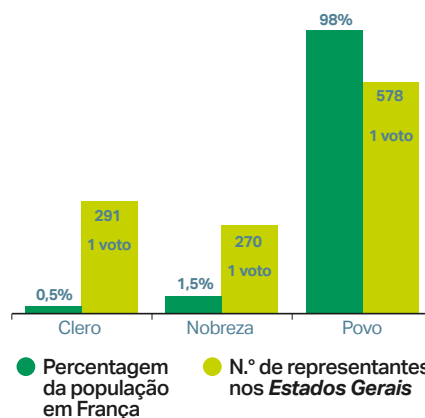


Fig. 18 As três ordens nos Estados Gerais.

A revolta das colônias inglesas

Na costa atlântica do continente norte-americano, no século XVIII, existiam treze colônias inglesas, onde cresceu uma burguesia que foi enriquecendo através da exploração de recursos naturais, do trabalho escravo, algumas vezes, do apoio do Estado e outras notando o incômodo que a administração central na metrópole causava. Assim, a vontade de conseguir mais autonomia para as colônias foi crescendo naqueles territórios.

Em 1773, ocorreu a primeira **revolta** dos colonos, a *Boston Tea Party*, logo reprimida pelas tropas inglesas. Os colonos manifestavam-se contra as taxas aduaneiras aplicadas pela metrópole, a Inglaterra, sobre as importações de chá e, mascarados de índios, lançaram ao mar um carregamento daquele produto.

Iniciava-se, assim, o processo de independência do que viriam a ser os Estados Unidos da América.

Conceitos

- **Revolta**
- **Constituição**
- **República**

e Manual Digital

Vídeo
A Revolução Liberal Americana



Os Estados Unidos da América

Dois anos depois, em 1775, as colônias dos futuros Estados Unidos da América possuíam já um “exército” liderado por George Washington e, em 1776, no Congresso de Filadélfia, aprovaram a **Constituição** da Independência dos Estados Unidos da América, à revelia do Estado metropolitano, a Inglaterra.

Assim se iniciou uma guerra, na qual os EUA foram apoiados por Espanha, pelos Países Baixos e pela França, países que competiam com a Inglaterra (e entre eles) pela primazia do domínio colonial. Este apoio viria a revelar-se fundamental para a vitória dos colonos.



Fig. 19 George Washington, primeiro Presidente da República Federal dos EUA.

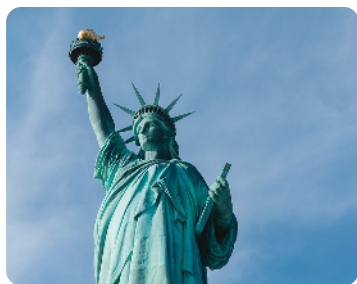


Fig. 20 Estátua da Liberdade, oferecida pela França aos EUA aquando dos cem anos da Independência.

Em 1783, a guerra terminou com o reconhecimento, pelos ingleses, da independência dos seus, agora, ex-colonos. Nasceram os Estados Unidos da América.

A Constituição que instituiu a República Federal dos Estados Unidos da América (1787) inspirou-se nos princípios iluministas da época, como a separação dos poderes e a soberania popular.

Era o triunfo do Liberalismo político. E o ponto de partida para outras revoluções com objetivos similares.

Das fontes às respostas

- 1 Menciona os antecedentes da Revolução Americana. (11)
- 2 Encontra, na Constituição Americana, exemplos dos princípios iluministas. (12)
- 3 Pesquisa informações relevantes sobre os diferentes presidentes americanos. (16)



Vídeo
A Revolução
Francesa



Antecedentes da revolução francesa

Na segunda metade do século XVIII, a França mantinha uma Monarquia Absoluta, com todo o poder político concentrado no rei. A sociedade apresentava uma estrutura desigual, com vários privilégios para o clero e a nobreza, enquanto o povo continuava sobrecarregado com trabalho e impostos. A burguesia, embora avançasse no seu processo de enriquecimento e influência política, não podia aceder a determinados cargos. Ambiciosa, percebendo as dificuldades que o absolutismo colocava aos seus “negócios” e influenciada pelos princípios iluministas, começava a defender valores como a igualdade e a liberdade, além de reclamar maior protagonismo nas decisões políticas. A estas circunstâncias juntou-se uma crise económica, sobretudo causada por maus anos agrícolas, gastos com as guerras e a vida luxuosa do rei e da corte.

O rei francês, Luís XVI, convocou os Estados Gerais e, nessa assembleia, o povo (Terceiro Estado) defendeu uma votação por cabeça (quer isto dizer que cada pessoa presente “valia” um voto, ou seja, valia o mesmo), que foi recusada pelas ordens privilegiadas. Sem acordo, o Terceiro Estado, porque representava a maioria da população, declarou-se Assembleia Nacional, mais tarde Assembleia Nacional Constituinte, jurando redigir uma Constituição respeitadora dos direitos de cidadania (em resumo, o fim dos privilégios e da desigualdade perante a Lei). Perante esta ameaça, o rei mandou avançar as tropas. O povo, apoiado pela burguesia, saiu à rua e, a 14 de julho de 1789, tomou a prisão da Bastilha (local de detenção dos opositores do absolutismo). A Revolução Francesa tinha começado.



Fig. 21 As ordens privilegiadas sobre o Terceiro Estado (caricatura do século XVIII).



Fig. 22 Réplica de uma guilhotina.

Etapas do processo revolucionário

Os momentos que marcaram a Revolução Francesa foram vários:

- 1791 – aprovação da primeira Constituição Francesa, pela Assembleia Nacional Constituinte, que instituía uma Monarquia Constitucional, com separação de poderes, mas sufrágio censitário (só os cidadãos – homens – ativos com uma determinada riqueza podiam votar);
- 1792 – proclamação da **República** pelos revolucionários mais radicais, os Jacobinos;
- 1793 – condenação dos reis à morte na guilhotina; aprovação de uma nova Constituição pela Convenção (hoje diríamos *Parlamento*), a nova assembleia escolhida por sufrágio universal masculino; clima de terror;
- 1795 – governação por Diretório (o *Governo*), ou seja, partilha do poder executivo por cinco diretores;
- 1799 – instalação do Consulado, por Napoleão Bonaparte, isto é, um governo exercido por três cônsules;
- 1802-1804 – crescimento do poder de Napoleão até à sua auto-aclamação como Imperador de França; fim da I República Francesa.

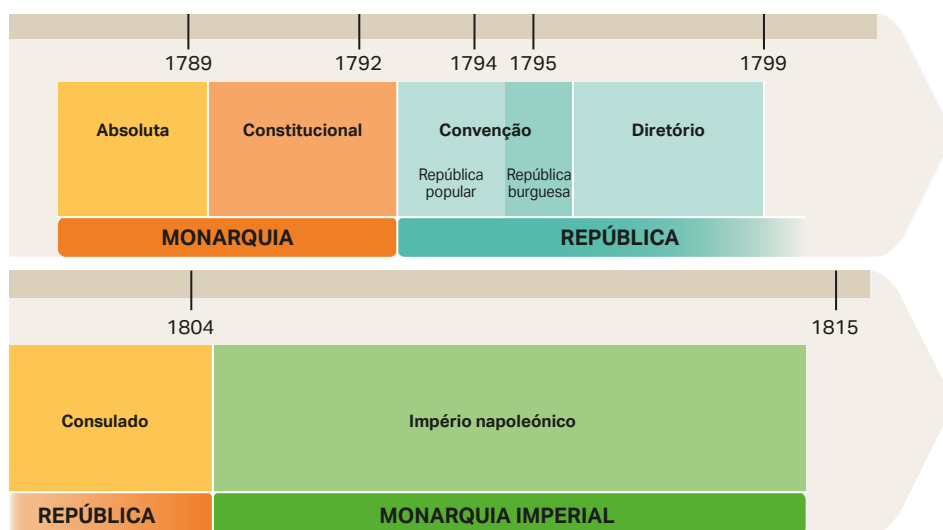


Fig. 23 Etapas da Revolução Francesa.

Das fontes às respostas

- 1 Caracteriza a sociedade francesa da segunda metade do século XVIII. (fig. 14)
- 2 Descreve o processo revolucionário francês. (fig. 17)
- 3 Que artigo destacas da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão? Justifica. (fig. 13)

A difusão do liberalismo com a ajuda de Napoleão



Fig. 24 As conquistas territoriais de Napoleão.

Os movimentos revolucionários que ocorrem na Europa e na América do Norte desde finais do século XVIII tinham-se encarregado de pôr em prática [...] conceitos e valores políticos definidos pelo pensamento iluminista. A liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade individual, os direitos e deveres do cidadão, a representação nacional, o pacto social, a tolerância, entre outros [...]. Em suma, definem-se as ideias liberais.

Dir. José Mattoso, *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1809)*, Lisboa, 1993

Fig. 25 A difusão das ideias liberais.

Napoleão, depois de se nomear imperador francês, adotou uma política expansionista, apoiado pela burguesia. Apregoando os ideais da Revolução Francesa, prometeu a libertação da opressão absolutista na Europa.

Conquistou militarmente diversos territórios, como Portugal, Espanha, várias zonas na Península Itálica (Itália não era ainda um país unificado), como o Piemonte (Turim era a capital) e a Lombardia (Milão era a capital), Viena, capital do império austríaco, entre outros. Napoleão formou, de facto, um Império. Além disso, para enfraquecer a Inglaterra, que não conseguiu ocupar, declarou o Bloqueio Continental, impedindo o comércio europeu com aquele país.

As derrotas que levariam ao fim da expansão francesa começaram em 1811, na terceira invasão a Portugal (país que não cumpriu o Bloqueio Continental). No entanto, a derrota que marcaria definitivamente a derrocada do império napoleônico aconteceu na Rússia, em 1812. A partir daqui, o exército francês, bastante reduzido e moralmente muito afetado por uma retirada em pleno inverno russo, não mais recuperaria. A batalha final aconteceu em Waterloo, em 1815, na atual Bélgica. Uma coligação de países europeus, dos quais se destacam a Inglaterra e a Prússia, por serem militarmente os mais importantes, venceu definitivamente a França.

Portugal, fazendo uso da sua velha aliança com Inglaterra, não cumpriu o Bloqueio Continental imposto por Napoleão. Assim, entre 1807 e 1811, sofreu três invasões francesas com consequências significativas a nível económico, social e político.

Em França, a derrota traduziu-se num regresso breve à Monarquia Absoluta, até 1830. Contudo, esta era já uma caricatura do absolutismo, pois as sementes do nacionalismo e do liberalismo já estavam lançadas. Em 1870, a França tornar-se-ia novamente uma República, regime que, até hoje, nunca mais abandonou.

As revoluções liberais e os movimentos independentistas haviam de se multiplicar com brevidade.

O legado da Revolução Francesa

São muitos os historiadores que entendem a Revolução Francesa (1789) como o início da Contemporaneidade.

Tal acontecimento histórico, de facto, provocou alterações significativas na forma de funcionamento das instituições ou mesmo nas condições de vida da população, marcando uma nova "era".

As ideias liberais e constitucionais, aplicadas, espalharam-se e chegaram a outros países europeus e à América Latina (como estudarás adiante). Os defensores do Liberalismo usaram a França como modelo a seguir, enquanto os mais conservadores preocuparam-se com as consequências políticas, económicas e sociais da mudança, assim como com a difusão do ímpeto revolucionário, não só dos liberais, mas também de uma nova proposta de organização social, económica e política: o socialismo.

Na verdade, a Revolução Francesa marca a efetiva afirmação do Liberalismo; contribui para o desenvolvimento de regimes constitucionais; serve mais tarde de inspiração para o advento de regimes democráticos e não autoritários; valoriza e coloca em discussão os Direitos Humanos e a sua importância.

Transformações políticas	Transformações sociais	Transformações económicas
<ul style="list-style-type: none"> • Novos regimes políticos (Monarquia Constitucional e República) • Separação dos poderes • Governo eleito através do voto dos cidadãos • Igualdade de todos perante a lei • Partidos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Abolição dos direitos e privilégios feudais • Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão • Ascensão social da burguesia • Nova ordem social (sociedade de classes) 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade de comércio • Uniformização de pesos e medidas (litro, grama e metro)

Das fontes às respostas

- 1 Clarifica a ação imperialista de Napoleão Bonaparte. (fig. 21)
- 2 Aponta as razões para a Revolução Francesa (1789) ser tomada, por alguns historiadores, como o início da Época Contemporânea.

Para consolidar saberes

1 Regista três acontecimentos históricos que integram a Época Contemporânea.

2 Associa os nomes dos iluministas aos princípios por si defendidos.

Coluna A

- i) Voltaire
- ii) Rousseau
- iii) Montesquieu
- iv) Locke

Coluna B

- a) Separação dos poderes
- b) Igualdade perante a lei
- c) Justiça social
- d) Contrato governativo (bem-comum)

3 O que foi o Parlamentarismo inglês? De que forma refletiu os ideais defendidos pelos iluministas?

4 Indica se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as frases. Corrige as falsas.

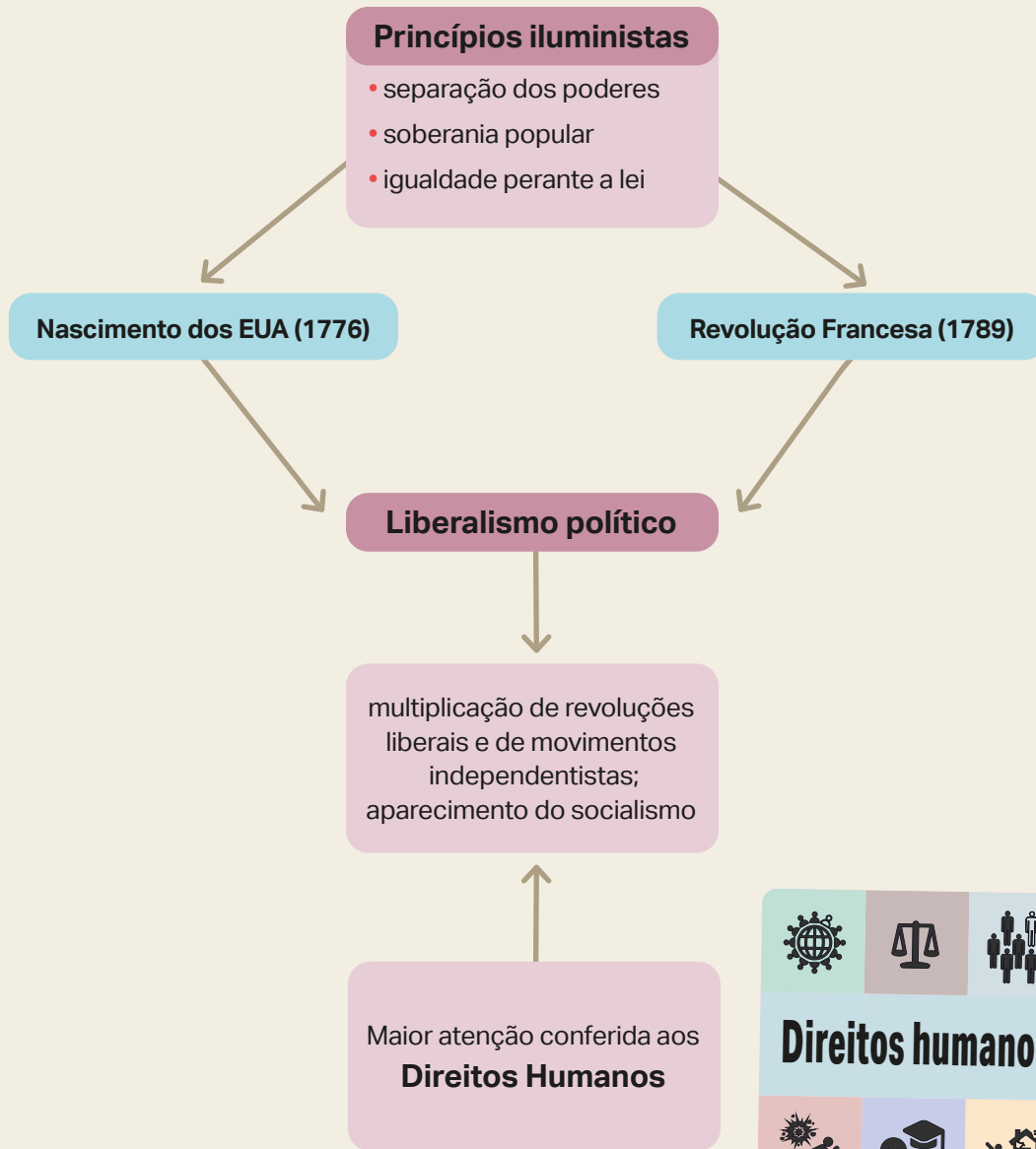
- a) Os EUA começaram por ser colónias francesas.
- b) *Boston Tea Party* foi uma revolta americana contra os impostos ingleses.
- c) A Constituição da Independência dos EUA foi aprovada em 1789.
- d) O nascimento dos EUA marca o início do absolutismo, a nível político.

5 Aponta três momentos-chave associados à Revolução Francesa (1789).

6 Sublinha os exemplos de transformações ocorridas com as revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX.

- a) Regimes políticos novos, como a Monarquia Constitucional.
- b) Concentração de poderes no Rei.
- c) Ascensão social da burguesia.
- d) Proibição de partidos políticos.
- e) Liberalismo económico.
- f) Ausência de voto popular.

Para consolidar saberes





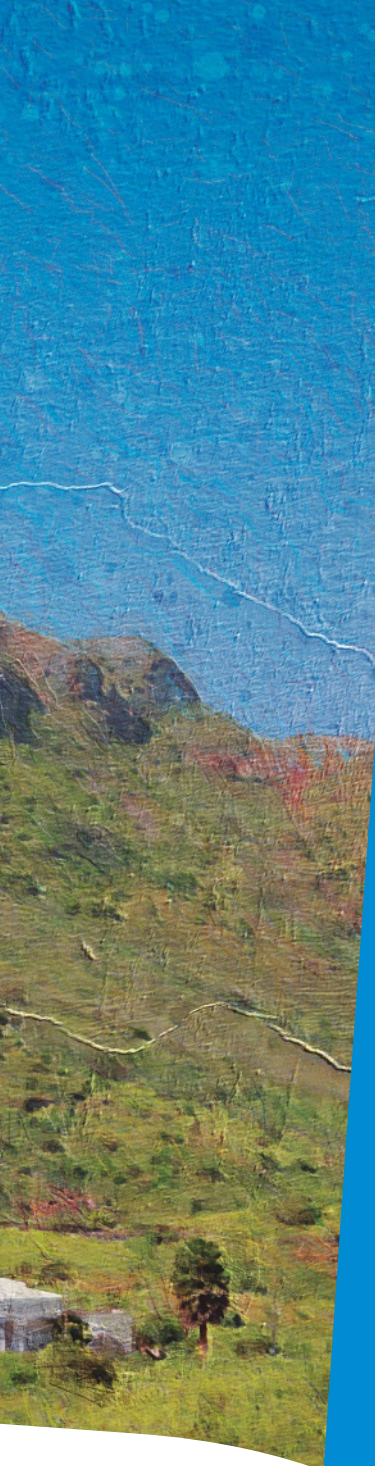
Séc. XVIII

Iluminismo

Séc. XIX

**Movimentos autonomistas
americanos**

**Revoltas populares
cabo-verdianas**



História da Idade Contemporânea (do século XVIII aos nossos dias)

Unidade IX

Os movimentos liberais/
autonomistas e populares
na América Latina e nas ilhas
de Cabo Verde

Séc. XX

- Os reflexos do liberalismo na América Latina e em Cabo Verde
- Para consolidar saberes

Os reflexos do liberalismo na América Latina e em Cabo Verde

Como é que os movimentos autonomistas agiram na América Latina?

Quais as consequências para o sistema agrário das revoltas cabo-verdianas?

A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas de liberalismo, mas em compensação, não teve uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se propusesse à missão histórica do desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante. As burguesias dessas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial [...]. Seus sócios, os donos das terras não estavam, por sua vez, interessados em resolver “a questão agrária”, senão na medida de suas próprias conveniências. O latifúndio consolidou-se sobre o saque, ao longo do século XIX. A reforma agrária foi, na região, uma bandeira precoce.

Galeano, Eduardo (2010). *As veias abertas da América Latina*. L&PM Editores. p.118

Fig. 1 Depois da descolonização americana.



Fig. 3 Caricatura sobre o processo independentista na América Latina. (<https://memorial.org.br/america-latina-independente-e-tema-de-exposicao-de-quadrinhos-e-caricaturas/>)

Hora di Bai

Hora di bai,
 Hora di dor,
 Ja'n q'ré
 Pa el ca manchê!
 De cada bêz
 Que 'n ta lembrâ
 Ma'n q'ré
 Ficâ 'n morrê!

Hora di bai,
 Hora di dor!
 Amor,
 Dixa'n chorâ!
 Corpo catibo,
 Bá bo que é escrabo!
 Ó alma bibo,
 Quem que al lebabo?
 [...]

Eugénio Tavares

Fig. 2 Morna de final do século XIX.



Fig. 4 Exemplar de uma coleção de selos comemorativa das principais revoltas populares cabo-verdianas. (Disponível em: <https://brito-semedo.blogs.sapo.pt/44634.html>)

As revoltas populares latinas: causas e consequências

Na América Latina (parte significativa do continente americano colonizado por Espanha e Portugal), a matriz liberal e autonomista cresceu e reforçou-se no século XIX, após a invasão napoleónica de Portugal e de Espanha e a tentativa de franceses e ingleses ocuparem os territórios de colonização ibérica.

Todavia, uma das causas mais profundas para este “surto” autonomista foi o facto de as metrópoles, Portugal e Espanha, não acompanharem a velocidade de crescimento económico da América Latina, tornando-se num obstáculo ao desenvolvimento das burguesias locais. Estas perceberam que os países colonizadores eram já de pouca utilidade para os seus objetivos. Emergiram, então, **movimentos autonomistas** e/ou liberais. A instabilidade e os conflitos locais tornaram-se numa constante e, como consequência, diversos territórios acabaram por alcançar o seu direito à autodeterminação.

De modo excepcional, no Brasil, em 1822, foi declarada pacificamente a independência, nas margens do rio Ipiranga, após o derrube da Monarquia Absoluta em Portugal. Este processo ganhou força com a instalação da família real e a transferência do governo de Portugal para o Rio de Janeiro. Desde 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino, formando com Portugal um “Reino Unido”. Em 1821, após a Revolução Liberal em Portugal (1820), esta união terminou.

Aqueles movimentos liberais e autonomistas assumiram-se, então, como um exemplo para outras zonas do globo, como África, quando, em meados do século XIX, mostraram ser capazes de se desenvolver económica e socialmente com a exploração dos recursos locais: guano (Peru); cacau (Equador); café (Brasil, Venezuela); cobre e estanho (Bolívia, Chile). Aliás, já no final desse século XIX, os governos destes novos Estados, defensores de políticas económicas liberais, adotaram planos de crescimento assentes no progresso e na industrialização. Muitas vezes, porém, depararam-se com a resistência dos grandes latifundiários, mais tradicionais, cujo poder económico e político era muito importante. Também as populações locais, instigadas por estes terratenentes, protagonizaram revoltas campesinas.

Conceitos

- **Movimentos autonomistas**
- **Sistema agrário**



Fig. 5 O grito do Ipiranga, a independência do Brasil (pintura de Pedro Américo, 1888).



Fig. 6 Exploração de cacau no Equador.

No quadro seguinte podemos ver as datas oficiais de independência de alguns países da América Latina.

País / Ano de Independência
Paraguai – 1811
Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina) – 1816
Chile – 1817
Grande Colômbia (inclui a Venezuela e Equador) – 1819
México – 1821
Peru – 1821
Brasil – 1822
Bolívia – 1825
Uruguai – 1828
Equador – 1830
Venezuela – 1830

Das fontes às respostas

- 1 *“A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas de liberalismo.”* (fig. 4 e 5)
Justifica a afirmação.
- 2 Apresenta as intenções dos movimentos autonomistas da América Latina. (fig. 3)
- 3 Pesquisa sobre o processo de formação e dissolução da Grande Colômbia ou das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Cabo Verde: revoltas e sistema agrário

No século XIX, a sociedade cabo-verdiana era controlada pelos grandes proprietários agrícolas e pelos comerciantes, sobretudo “brancos”. Na hierarquia, seguiam-se os chamados “mulatos”, mão de obra urbana ao serviço daqueles e, no fim, surgiam os grupos escravizados, constituindo uma massa humana já reduzida em relação a séculos passados, por causa de contingentes já libertos da escravatura. Na parte intermédia da pirâmide social, estava o grupo maioritário, constituído por trabalhadores agrícolas, domésticos e pescadores.

Contra os impostos aplicados pelo governo colonial ou perante a sua passividade face às situações de seca e de fome, os escravos e os trabalhadores agrícolas protagonizaram diversas revoltas ainda na primeira metade do século XIX: Ribeira de Engenheiros (1822), Monte Agarro (1835), Achada Falcão (1841). Ocorrem, entre outras revoltas, as de Ribeira Grande de Santo Antão (1886), Revolta de Paúl (1894).

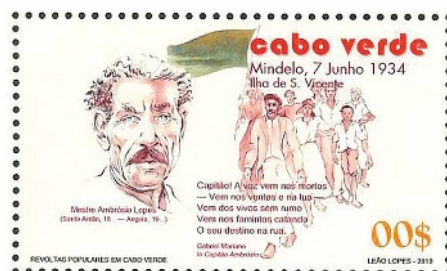
Já no século XX, ao descontentamento pelos maus-tratos recebidos, juntou-se uma crise económica que deixava cada vez mais insatisfeita a população de Cabo Verde. Verificou-se a perda de competitividade dos cultivos de algodão, uma menor exportação de sal e de urzela e a diminuição dos barcos que ali aportavam. A fome e a seca mantinham-se e muitos cabo-verdianos foram obrigados a emigrar à procura de melhores condições de vida e de trabalho ou, em alguns casos, viram-se levados à força para as plantações de cacau e café em São Tomé e Príncipe.



Fig. 7 Antiga plantação e fábrica de café em São Tomé e Príncipe.

Por isso mesmo, contaram-se ainda mais revoltas populares, contra os colonizadores e a falta de oportunidades para uma vida digna, como as de Ribeirão Manuel (1910), Achada Portal (1927) ou Mindelo (1934).

Fig. 8 Selo alusivo à Revolta de Mindelo (1934).



Tendo em conta a forte dependência agrícola das condições climatéricas do arquipélago, bem como a incapacidade de o governo colonial encontrar soluções efetivas e consequentes na dinamização do **sistema agrário**, a prática da agricultura passou a ser uma atividade de subsistência, cultivando-se produtos tradicionais nas propriedades localizadas nas ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Brava. A ausência de bens era compensada pela ação importadora, causando uma cada vez maior dependência de Cabo Verde do exterior.

Os custos de transporte de mercadorias para um arquipélago tendem a ser maiores e a refletirem-se no preço (mais caro) a pagar pelo consumidor.

Das fontes às respostas

- 1 Justifica as revoltas populares cabo-verdianas nos séculos XIX e XX. (fig. 2 e 8)
- 2 Explica o que é uma 'agricultura de subsistência'.
- 3 Na tua perspetiva, as revoltas populares em Cabo Verde têm justificação? Esclarece a tua opinião.

Para consolidar saberes

- 1 Aponta dois motivos diferentes para o surgimento de movimentos autonomistas na América Latina, no século XIX.
- 2 Ordena os nomes dos países da América Latina de acordo com a cronologia da sua independência (de 1 a 6).
 - a) Uruguai
 - b) México
 - c) Províncias Unidas do Rio da Prata
 - d) Brasil
 - e) Equador
 - f) Chile

- 3 Caracteriza a sociedade cabo-verdiana na segunda metade do século XIX.

- 4 Preenche os espaços em branco.

No século XIX, em Cabo Verde, as revoltas aconteceram contra os elevados a pagar pela população local em relação aos colonizadores e a falta de soluções daqueles perante a fome e a Mais tarde, estas manifestações de desagrado também se ficaram a dever à no comércio do algodão e à redução de nos portos do arquipélago.

Seria o ponto de partida para os movimentos de que apareceram ao longo do século XX no país.

- 5 Assinala a opção correta.

A partir do século XIX, em Cabo Verde, o sistema agrário ficou sobretudo ligado...

- a) às exportações.
- b) à subsistência.
- c) às nacionalizações.
- d) à internacionalização.

10

1825

1850

1875

1900

Dinamização educativa
e cultural em Cabo Verde

1825

Novas manifestações artísticas
Capitalismo comercial e financeiro

1820

Avanços científicos e técnicos

1840


Ideias socialistas

1845

Industrialização europeia,
norte-americana e japonesa

1884/1885

Conferência de Berlim



História da Idade Contemporânea (do século XVIII aos nossos dias)

Unidade X

O contexto mundial do século XIX, a África e Cabo Verde no mesmo período

- O mundo industrializado no século XIX: balanço genérico
- A sociedade europeia no século XIX
- Avanços científicos e opções artísticas
- Cabo Verde: percursos da educação e novas dinâmicas urbanas
- A África no século XIX antes e depois da corrida maciça dos europeus ao continente
- Para consolidar saberes

O mundo industrializado no século XIX: balanço genérico

Com a revolução industrial, que países se afirmaram no século XIX?

O que foi o liberalismo económico? E o capitalismo financeiro?

A Era Meiji, no Japão

A intervenção do governo

Quem quer que seja responsável por uma nação, ou pelo seu povo, deve ter em conta o modo de vida da sua população, incluindo os benefícios a obter da produção industrial e as vantagens do desenvolvimento dos transportes marítimos e terrestres [...]. É da responsabilidade dos administradores, no governo, guiar os fracos de espírito para trabalharem com afinco na indústria. Se este objetivo for alcançado, as pessoas poderão atingir uma posição de riqueza. Se as pessoas forem ricas, o país tornar-se-á forte e próspero.

Okubo Toshimichi (um dos três líderes do Governo Meiji),
O Papel do Estado na Industrialização, 1874

Fig. 1 O exemplo do Japão.

Países exploradores	Produção (em milhares de toneladas)	% em relação à produção total	Início da exploração
Estados Unidos	567	60,7%	1859
Roménia	19	2,04%	1860
Rússia	242	26,19%	1862
Galícia (Polónia austríaca)	20	2,12%	1870
Índia	13	1,4%	1889
Índias holandesas	23	2,5%	1893
México	33	3,18%	1901
Pérsia	1,9	0,20%	1912

Fig. 2 Uma outra fase da industrialização: o petróleo.



Fig. 3 Invenções: fotografia, telefone, automóvel a petróleo.

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar a sua condição constitui, quando se exerce com liberdade e segurança, um princípio tão poderoso [...] que é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade [...]. Cada indivíduo, **desde que não viole as leis da justiça**, será deixado em liberdade e com direito a lutar pelos seus interesses e a colocar a sua história e o seu capital em concorrência com o de qualquer outro indivíduo.

Adam Smith, *Inquérito à Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*, 1776

Fig. 4 O liberalismo económico segundo Adam Smith.

O que entendemos como Revolução Industrial?

A **Revolução Industrial** incluiu um conjunto de transformações técnicas e económicas, iniciadas no século XVIII, em Inglaterra, mas que alcançaram, depois, vários países da Europa e da América do Norte, sobretudo os EUA.

Conceitos

- **Revolução Industrial**
- **Capitalismo**

Rapidamente, a máquina (maquinofatura) ganhou espaço na lógica da produção face ao artesão (manufatura), o vapor passou a ser a fonte de energia primordial. Com a generalização do uso da máquina a vapor aplicada a diferentes áreas da vida humana, e o carvão tornou-se no principal combustível.

Numa fase posterior, segunda fase da industrialização, desenvolveu-se a indústria siderúrgica, o que permitiu a afirmação da chamada "idade do caminho de ferro". Foram construídos milhares de quilómetros de via-férrea, permitindo um aumento substancial da quantidade de mercadorias deslocadas, de uma forma muito mais rápida, assim como a exploração de matérias-primas em maior quantidade. Os custos de produção e de transporte diminuíram drasticamente, favorecendo os lucros e também a redução dos preços dos produtos. O comboio, juntamente com os barcos a vapor, mudou a forma de as pessoas olharem as distâncias e aproximou-as. Também o conhecimento chegava rapidamente aos vários pontos do globo.

Em resumo, a circulação de pessoas, mercadorias e conhecimentos tornou-se muito mais rápida, fácil e acessível.

Já numa terceira fase, o petróleo e a eletricidade também assumiram um papel importante no dia a dia de fábricas e de populações, com o aparecimento de novas indústrias, o aumento da capacidade de produção e nova melhoria nos transportes.

A paisagem urbana mudou: encheu-se de pessoas, de elétricos, de automóveis. Esta alteração fez emergir em definitivo a burguesia como grupo social mais importante, capaz de alterar a moda, de fazer nascer, nas zonas da Europa e dos EUA, a "família moderna", na qual a criança passou a merecer maior importância, deixando de ser considerada um adulto em tamanho pequeno.

Estas mudanças profundas aumentaram a necessidade de matérias-primas, mão-de-obra barata e novos mercados, o que estimulou a exploração intensiva dos

recursos africanos e a constituição de uma administração colonial mais estruturada e de controlo mais apertado das populações autóctones. Se legalmente a escravatura estava em declínio, a cobrança coerciva de impostos e o trabalho forçado eram cada vez mais visíveis.



Interatividade
A expansão da Revolução Industrial

Vídeo
A industrialização e os avanços da ciência e da técnica: as alterações ao quotidiano



Potências industriais no século XIX

A Inglaterra, ao longo do século XIX, liderou o processo de industrialização, tendo em conta a quantidade de bens e tecnologia produzidos e exportados. No entanto, outras nações também se destacaram na época.

Na Europa, a Bélgica cresceu nos setores agrícola e mineiro; a França investiu na rede de caminhos-de-ferro e nas indústrias metalúrgica e têxtil; a Alemanha desenvolveu também a indústria metalúrgica, além das indústrias de algodão e produtos químicos.

Na América do Norte, os Estados Unidos da América aproveitaram a população jovem, a mão-de-obra imigrante e as matérias-primas em abundância para o desenvolvimento de várias indústrias, como a metalúrgica, a têxtil, a de automóveis e a de material elétrico.

Na Ásia, o Japão, após o regime feudal, que perdurou até cerca de 1871, iniciou o seu processo de desenvolvimento industrial, fortemente conduzido e apoiado por um Estado em processo acelerado de centralização. O imperador japonês apoiou a construção de fábricas e de caminhos-de-ferro e investiu na construção naval e na indústria têxtil. As empresas foram financiadas, os equipamentos foram comprados, os técnicos foram contratados ao estrangeiro.

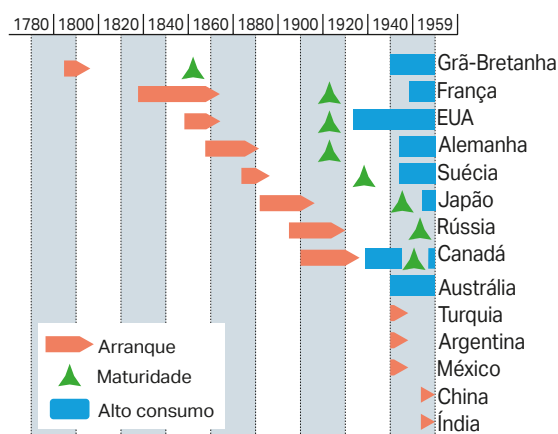


Fig. 5 Industrialização a nível mundial.

Das fontes às respostas

- 1 Explica o que foi a Revolução Industrial. (fig. 2 e 3)
- 2 Justifica o rápido avanço de alguns países no processo de industrialização. (fig. 1)
- 3 Compara o arranque industrial entre diferentes países do Mundo. (fig. 5)

Do liberalismo económico ao capitalismo financeiro

Como vimos, no século XIX, com a Revolução Industrial, a produção de bens aumentou e alguns tiveram o seu preço reduzido, os mercados tornaram-se mais dinâmicos e as formas de trabalho mudaram.

Uma minoria de burgueses, nos países mais desenvolvidos do continente europeu e nos EUA, controlava o capital e os meios de produção, bem como as matérias-primas e os trabalhadores.

Neste panorama, afirmou-se o liberalismo económico, doutrina económica segundo a qual o Estado não deve interferir na economia, sendo o mercado regulado pela lei da oferta e da procura. Por isso, deve haver liberdade de iniciativa, produção, comércio e concorrência. Todavia, assistimos a outras formas de conduzir o processo de industrialização. Foi sobretudo na Inglaterra que se assistiu a um “verdadeiro” liberalismo económico. Em França ou na Alemanha, apesar da iniciativa privada ser incentivada, o Estado mantinha um nível de intervenção importante. Nestes países, os impostos para importar alguns produtos eram uma ferramenta estatal de incentivo às indústrias consideradas mais valiosas, assim como a diminuição desses impostos quando se tratava de produtos de exportação.

Em países da periferia europeia, com um ritmo de industrialização mais lento, como Portugal ou Espanha, a tendência foi de os produtores de bens agrícolas ou industriais pressionarem os governos para aumentarem as pautas aduaneiras de importação. Assim, os produtos vindos de fora aumentavam de preço, permitindo uma maior competitividade dos produtos nacionais. Todavia, havia exceções: os produtores agrícolas de vinho, sobretudo de vinho do Porto, de cortiça ou de conservas de pescado preferiam que o governo apostasse na diminuição das taxas alfandegárias (aduaneiras) para exportarem ao melhor preço. A indústria de panificação, por exemplo, estava em desacordo com os produtores de cereal e pretendia receber ao melhor preço os cereais muito mais baratos enviados, por exemplo, dos EUA.

Quando os bancos entravam em risco de falência, as pessoas corriam a levantar os seus depósitos, criando condições para a ocorrência de uma crise.



Fig. 6 Construção de um canal em Inglaterra (pintura de artista desconhecido).

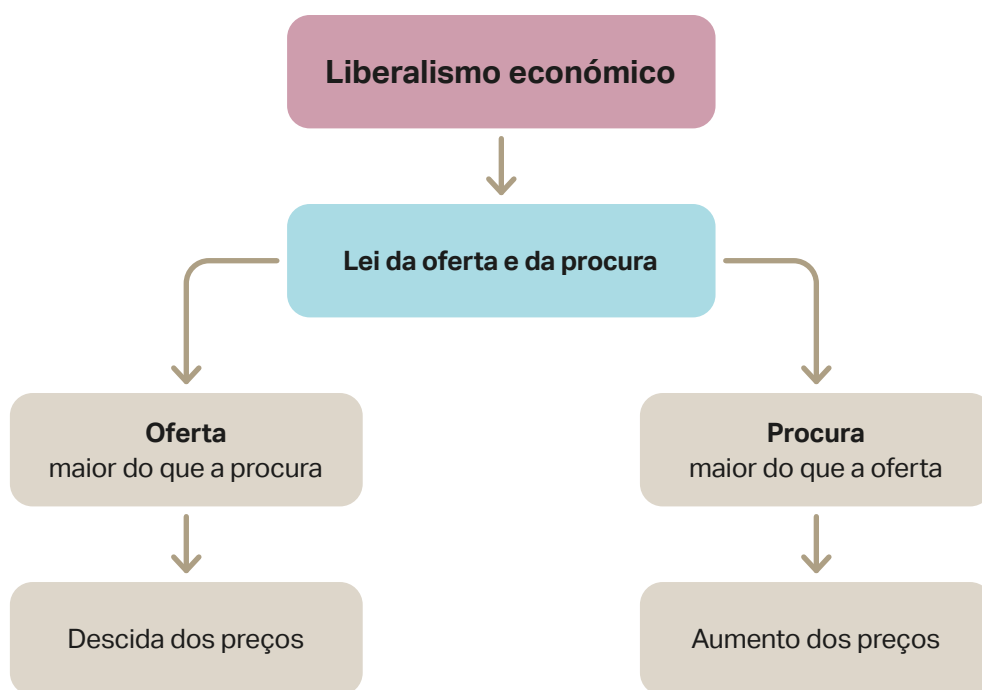
A existência de vias de comunicação, como canais, favorecia o dinamismo económico até nas zonas mais afastadas das principais cidades de um país.



Fig. 7 Peça de teatro “A corrida ao banco” (Broadway, 1896).

Na verdade, os caminhos da industrialização variaram entre medidas liberais (oferta/procura) e medidas protecionistas (pautas aduaneiras). Diferiram também de país para país, dentro de cada um, acompanhando os momentos económicos mundiais (de crescimento ou de crise) e políticos (conflitos, mudanças de governo, entre outros).

Este liberalismo económico, a par da industrialização e da competição entre empresas, favoreceu o desenvolvimento do **capitalismo** comercial e financeiro, nomeadamente nos países de industrialização mais rápida. De acordo com este sistema económico, a banca ganha particular importância, uma vez que intervém junto do comércio e da indústria com a concessão de créditos ou pela venda de ações. Os próprios governos também começaram a recorrer a empréstimos, muitas vezes para apoiar o investimento em novas indústrias ou para fortalecimento dos mais rentáveis setores económicos.



Das fontes às respostas

- 1 Explica a importância do desenvolvimento dos transportes no século XIX. (fig. 3)
- 2 O que é o liberalismo económico? Foi igual em toda a parte? (fig. 4 e 6)
- 3 Analisa o funcionamento da lei da oferta e da procura. (fig. 6)
- 4 Demonstra algumas diferenças entre os países que lideraram a Revolução Industrial e os países periféricos.

A sociedade europeia no século XIX

Como se justifica o crescimento populacional (urbano) no século XIX?

Quais as condições da burguesia? E as do "operariado"?

A clara diminuição da mortalidade registada de modo uniforme ao longo de todo o século [XIX] teve como causa principal o desenvolvimento da higiene, entendida como o conjunto de medidas necessárias para a conservação da saúde.

David Solar e Javier Villalva (dir. de), *História da Humanidade, Século XIX*, Círculo de Leitores, 2007

Fig. 8 Aumento populacional.

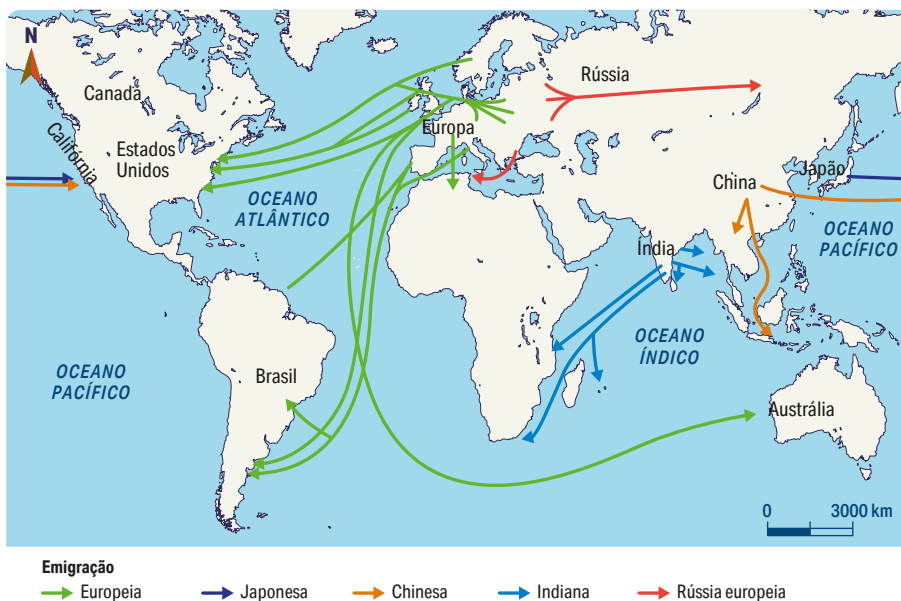


Fig. 9 Movimentos migratórios entre 1835 e 1914.

Tinha 7 anos quando comecei a trabalhar na manufatura: o trabalho era a fiação de lã; as horas de trabalho decorriam entre as 5 horas da manhã e as 8 da noite, com um intervalo de 30 minutos ao meio-dia para repousar e comer; não havia tempo para repousar e comer à tarde. Nesta manufatura, havia cerca de 50 crianças, muitas vezes estavam indispostas e de má saúde. Havia sempre meia dúzia de crianças doentes devido ao excesso de trabalho [...]. Era à força do chicote que as crianças se mantinham no trabalho.

Conde de Shaftesbury, *Discurso de uma Operária Têxtil*, segunda metade do século XIX

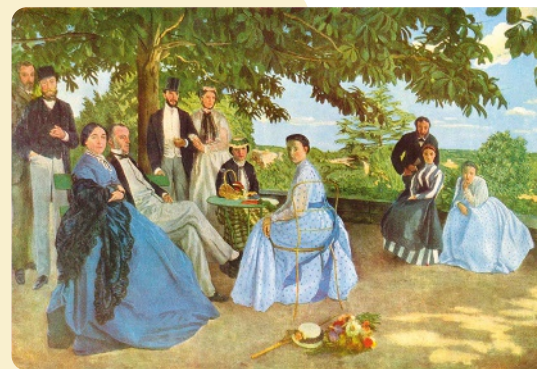


Fig. 10 Contrastes sociais: alta burguesia e operariado.



A história de toda a sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo [...]. Na nossa época, a sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos inimigos: a burguesia e o proletariado [...]. O primeiro passo na revolução operária é a transformação do proletariado em classe dominante [...]. Que as classes dirigentes tremam perante a ideia de revolução socialista! [...] Proletários de todos os países, uni-vos!

Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, 1848, 2.ª ed. Coletivo das Edições Avante, Lisboa, 1997

Fig. 11 O manifesto de Karl Marx e Friedrich Engels.

A população: mudanças e permanências

O crescimento populacional, na Europa e um pouco por todo o Mundo, aconteceu na segunda metade do século XIX por diferentes fatores:

- melhoria na alimentação (produtos mais variados e com maior qualidade);
- progressos na higiene e medicina (uso de vacinas e de novos medicamentos, banho regular com sabão, roupas de algodão, ...).

A taxa de mortalidade diminuiu e assistiu-se ao aumento da esperança média de vida.

Conceitos

- **Classe média**
- **Operários**
- **Proletariado**
- **Socialismo**



Fig. 12 Uma casa pequena habitada por operários.

Nas cidades, onde havia ofertas de emprego nas fábricas e às quais se acedia mais facilmente com o desenvolvimento dos transportes, a população aumentou. O êxodo rural, porque as máquinas substituíram alguns trabalhadores nos campos, deixou quase desabitadas algumas regiões do interior dos países industrializados. As novas zonas urbanas tornaram-se significativamente desordenadas: casas pequenas e insalubres, ruas sujas, falta de segurança, doenças. Perante este cenário, em alguns locais criaram-se avenidas e praças, usaram-se esgotos e iluminação pública, aumentou-se o policiamento, mas apenas nos bairros mais ricos ou junto dos edifícios públicos.

A emigração para países industrializados fora da Europa, como os EUA, foi uma opção tomada por milhões de pessoas.

A burguesia numa sociedade de classes

No século em curso, a sociedade típica do Antigo Regime, baseada sobretudo no grupo social de nascimento, foi substituída por uma sociedade de classes assente nos ideais iluministas e liberais e cada indivíduo era considerado pela sua profissão, riqueza ou conhecimento.

A burguesia ganhou “nesta nova estratificação” social um lugar de grande destaque. Os burgueses, em geral, tinham o trabalho digno, o esforço individual, a poupança, o bem-estar, o progresso e o lucro como valores orientadores da sua mentalidade. Eram agora eles que ditavam as modas e marcavam modos de vida e de diversão.

Aquela classe estava, ainda assim, dividida: alta burguesia, ligada ao comércio, à indústria e à finança; com grande influência política; e uma burguesia de menor rendimento, também conhecida como “**classe média**”, constituída sobretudo por profissionais liberais (médicos, professores, advogados, ...), pequenos comerciantes e industriais e por alguns artesãos com elevada qualificação. No entanto, estes últimos tanto podiam ser considerados a burguesia mais baixa, como ser chamados de “aristocracia operária”, por estarem no topo da hierarquia dos que viviam do “trabalho dos seus braços”.

Aquilo que se chama, à falta de melhor, “classes médias” corresponde a uma série de camadas sociais e profissionais que só têm em comum o viverem de outra coisa [...] que não o trabalho dos seus braços.

Yves Lequin, “As hierarquias da riqueza e do poder”, in Pierre Léon, *Histórias Económica e Social do Mundo*, Sá da Costa Editora, 1982

Fig. 13 Classes médias.

Das fontes às respostas

- 1 Explica o aumento generalizado da esperança média de vida na segunda metade do século XIX. (fig. 8)
- 2 Caracteriza as cidades europeias na época.
- 3 Quem tinha maior relevância na nova estratificação social? Porquê? (fig. 12 e 13)
- 4 O que caracteriza as classes trabalhadoras e o que politicamente Marx pretendia que alcançassem? (fig. 11)

Operariado ou proletariado

A Revolução Industrial traduziu-se num maior uso das máquinas e, por isso, os artesãos foram lentamente sendo substituídos por **operários**, menos qualificados profissionalmente.

Trabalhadores assalariados. Sua era apenas a "prole", os filhos, além da força de trabalho.

A precariedade caracterizava o trabalho da classe a que alguns filósofos e pensadores chamaram "proletariado": sujeito à lei da oferta e da procura no mercado de trabalho (curiosamente neste mercado quem procura são as empresas e não os trabalhadores, estes oferecem a sua força de produção); sem apoio em caso de acidente ou desemprego; horários excessivos, que podiam ir de 12 a 14 horas, folgando apenas ao domingo; aceitação de mão-de-obra feminina e infantil mais barata, às vezes metade do salário masculino.

Os salários não permitiam à enorme maioria deste **proletariado** ter acesso a uma casa digna e com condições mínimas de habitabilidade. Em alguns casos, os trabalhadores, sobretudo os menos qualificados, viviam em silos ou mesmo na rua, onde se propagavam doenças e as situações de alcoolismo, delinquência e mendicância se multiplicavam.



Fig. 14 À espera diante de um asilo (pintura de Sir Luke Fildes, 1874).

exigiam a melhoria das condições de trabalho, para diminuir as dificuldades dos operários, como a insegurança, os baixos salários ou os horários excessivos. Recorriam, muitas vezes, à greve como forma de luta, o que também favoreceu a criação de uma real consciência de classe. Com a sua ação, paulatinamente, os governos legislaram a favor da redução dos horários de trabalho, do direito a férias e ao descanso semanal, da negociação de contratos coletivos de trabalho, entre outros aspetos.

A distância entre os burgueses ricos e os operários pobres fez crescer o descontentamento e a agitação social, surgindo primeiro as associações mutualistas (forneciam ajuda financeira quando era necessário, por doença, invalidez ou mesmo para custear os encargos com os funerais) e depois as associações de classe, gradualmente mais politizadas. Daí emergiram os movimentos sindicais, associações de trabalhadores que

Apesar dos avanços e recuos e de a legislação nem sempre ser cumprida pelos empregadores, este proletariado foi-se afirmando como força a ter em conta no sistema político.

O que é o socialismo?

Na sequência dos contrastes sociais evidentes na realidade europeia, no século XIX, alguns intelectuais principiaram a defender, no panorama político, uma sociedade mais equilibrada e justa, também com reflexos no domínio económico.

Karl Marx e Friedrich Engels foram dois pensadores que afirmaram convictamente esse ideal socialista: uma teoria política, económica e social valorativa de uma distribuição igualitária da riqueza. Para se atingir este objetivo, sublinharam a importância do fim da propriedade privada e, em simultâneo, da coletivização dos meios de produção, da distribuição dos lucros e da não exploração dos trabalhadores. Isto rumo ao comunismo (que originalmente significava que os meios de produção eram tidos em “comum”), ou seja, a uma sociedade sem classes alcançada por via de processos revolucionários. Com o tempo, uma outra ideia de alcançar este objetivo foi emergindo: a conquista gradual do poder, o **socialismo** reformista. Estes dois caminhos deram lugar a diferentes entendimentos de socialismo. Na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), na China ou em Cuba, por exemplo, vingaram os regimes socialistas e/ou comunistas (embora com diferenças entre eles) que, em alguns poucos casos, ainda se mantêm ou foram capazes de influenciar outros países. A outra via, a reformista, deu origem a um socialismo democrático, ou social-democracia, hoje em dia com forte expressão eleitoral em muitos países.



Fig. 15 Uma greve, no início do século XX, nos EUA.

Das fontes às respostas

- 1 Quem pertencia ao proletariado? (fig. 10, 12 e 14)
- 2 De que forma os operários conseguiram melhores condições de trabalho? (Fig. 12)
- 3 Explica em que consiste o “ideal socialista”. (fig. 11)
- 4 Explica, por palavras tuas, as diferenças entre o “socialismo revolucionário” e o “socialismo reformista”.

Avanços científicos e opções artísticas

De que forma a ciência influenciou o cotidiano da população europeia?

Que funções assumiu a arte no século XIX, na Europa?

Acredito que o futuro da humanidade reside no progresso da razão através da ciência. Acredito que a procura da verdade através da ciência é o ideal que o homem deve ter em mente [...]. Acredito que as verdades científicas, continuamente acrescentadas, acabarão por dar ao homem um poder incalculável e trazer-lhe a serenidade, senão mesmo a felicidade.

Emile Zola, *O doutor Pascal*,
Centauro Editora, São Paulo, 2013

Fig. 16 Cientismo no século XIX.



Fig. 17 Laboratório do inglês Faraday (físico e químico).



Fig. 18 Arquitetura do Ferro: Gare de Orsay, Paris.



Fig. 19 Romantismo: *O massacre de Chios* (pintura de Delacroix, 1824).

O que é, pois, o realismo? [...] É a análise com vista à verdade [...]. É a crítica do mundo. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que houver de mau na nossa sociedade.

Eça de Queirós, *O Realismo como nova expressão de Arte*, 1871

Fig. 20 Realismo: literatura.



Fig. 21 Impressionismo: Claude Monet, s.d.

A população: mudanças e permanências

Nos finais do século XIX, a crença na ciência e no progresso como contributos para a melhoria da vida das pessoas, a par do interesse nos lucros, favoreceu o investimento na investigação científica. Emergiu uma espécie de “cientismo”, ou seja, o entendimento da ciência como o único conhecimento válido. E, também por isso, se criaram escolas e se investiu na instrução (outra razão foi o aumento de técnicos mais qualificados para a indústria). Afirmou-se, pois, uma verdadeira **cultura científica, técnica e artística**.

Conceitos

- **Cultura científica, técnica e artística**

Que progressos técnicos se aplicaram no dia a dia das pessoas?

Por exemplo, o estudo da Física ligada à Medicina permitiu a descoberta da radioatividade e dos raios X; o estudo da Física ligada à Comunicação fez surgir o rádio (ondas de Hertz), o telégrafo e o telefone; os saberes no âmbito da Química favoreceram a produção de novas substâncias usadas nos fármacos (medicamentos) e nos fertilizantes agrícolas; a exploração da área da Biologia proporcionou a descoberta de anestésicos e das vacinas para a varíola e a raiva; no que diz respeito às Ciências Sociais e Humanas, tornaram-se mais habituais as análises psicológicas e sociológicas.

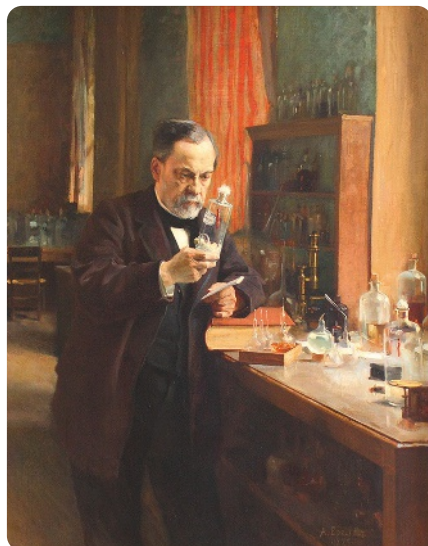


Fig. 22 Louis Pasteur – químico e bacterologista francês. Inventor da vacina contra a raiva.

No entanto, o conhecimento científico também foi favorável à produção de armamento e ao aumento da poluição pelo uso, entre outros, de combustíveis fósseis. Começava o Antropoceno, a capacidade de a Humanidade alterar a natureza, por vezes de forma irrecuperável.



Vídeos

O Romantismo como expressão da ideologia liberal



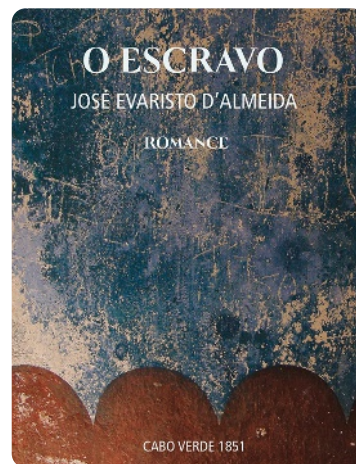
O Impressionismo



As manifestações artísticas

Como exemplos da arte europeia desenvolvida ao longo do século XIX, surgem:

- a Arquitetura do Ferro: uso de materiais como ferro e vidro em construções funcionais para as populações (nomeadamente, pontes e gares de comboios);
- o Romantismo: movimento cultural de transição entre os séculos XVIII e XIX, que afirmou a liberdade, o nacionalismo e os sentimentos; homenageou figuras e épocas históricas e inspirou-se na Natureza;
- o Realismo: corrente artística e literária centrada na representação objetiva da realidade, considerando o progresso industrial e científico; representou pessoas comuns, cenas do quotidiano, paisagens reais, denunciando as desigualdades sociais;
- o Impressionismo: movimento artístico que se afirmou, sobretudo, na pintura, representando cenas do quotidiano e paisagens; valorizou a cor, a luz e a impressão do movimento, explorando intensidades e efeitos e rompendo com os cânones.



Um exemplar cabo-verdiano do romantismo nacionalista.

Das fontes às respostas

- 1 Justifica o investimento na ciência no final do século XIX. (fig. 16 e 17)
- 2 Concretiza uma pesquisa sobre artistas e respetivos trabalhos do século XIX. (fig. 19, 20 e 21)

Cabo Verde: percursos da educação e novas dinâmicas urbanas

Que mudanças, na área da educação, aconteceram em Cabo Verde nos séculos XIX e XX?

E culturalmente, o que mudou nessa época?



Fig. 23 Antigo Liceu Gil Eanes (Mindelo) e Liceu Ludgero Lima ou Liceu Adriano Moreira, nos anos 60, Praia.

O antigo Liceu Gil Eanes, em S. Vicente, inicialmente designado como Liceu Infante D. Henrique, hoje Liceu Ludgero Lima (herói nacional), iniciou o seu funcionamento em 1917, após o encerramento, no mesmo ano, do Seminário Liceu em S. Nicolau. Por sua vez, o Liceu da Praia foi construído em 1960, com estatuto de Liceu Nacional de Cabo Verde na Cidade da Praia, para assinalar o V Centenário do achamento de Cabo Verde. Dois anos depois, passou a designar-se Liceu Adriano Moreira. De 1975 até à atualidade, tem o nome de Liceu Domingos Ramos, homenageando esse herói da luta de libertação nacional.

Causas das tremendas crises que de tempos a tempos assolam a província

É necessário abandonar o regime dos paliativos e adotar uma longa série de providências tendentes a modificar por completo as condições morais e materiais da colónia

Diário de Notícias (Jornal português), 1922



Fig. 24 Notícia de 1922 alusiva à fome em Cabo Verde.

Capitão Ambrósio

Bandeira
 Negra bandeira
 Bandeira negra da fome.
 Em mãos famintas erguidas
 Guiando os passados guiando
 Nos olhos livres voando
 Voando livre e luzindo
 Inquieta e livre luzindo
 Luzindo a negra bandeira
 Clara bandeira da fome.

Gabriel Mariano, 1956

Fig. 25 Poema sobre a fome em Cabo Verde.



Fig. 26 Porto de Mindelo, São Vicente.

Educação e literacia

Em 1847, quando já havia uma deliberada intenção das autoridades coloniais para promover a instrução primária em Cabo Verde, criou-se a Escola Principal, sediada na ilha Brava. Essa escola permitia, além da aprendizagem inicial da leitura, da escrita e do cálculo, o ensino de artes e ofícios. Foi transferida para a Vila da Praia, em 1856, e esse ato, a par de outros, contribuiu para criar **dinâmicas urbanas** na capital, que em 29 de abril de 1858 ascendeu à categoria de cidade.

A 15 de dezembro de 1860, criou-se, na Cidade da Praia, o Liceu Nacional da Província de Cabo Verde, aberto apenas no dia 7 de janeiro de 1861, a funcionar nos Paços do Concelho. Durou pouco tempo, pois foi extinto a 7 de janeiro de 1867, quando parte dos seus professores já haviam sido transferidos para o Seminário Liceu de Cabo Verde, criado em São Nicolau, em 1866. O Seminário-Liceu foi uma espécie de farol cultural de Cabo Verde, visto que por aí passaram diversos nomes da literatura cabo-verdiana, além do papel desempenhado na formação de clérigos. Encerrou em 1917.

No mesmo ano de 1917, surgiu o Liceu Nacional de Cabo Verde, na Ilha de S. Vicente, com a designação de Liceu Infante D. Henrique, depois Gil Eanes. Este liceu acompanhou o desenvolvimento urbano da Cidade do Mindelo, um porto muito movimentado na época, sobretudo por acolher o depósito de carvão, aí instalado pelos ingleses. Na altura, a cidade já tinha completado os 38 anos da sua elevação a este estatuto, em 14 de abril de 1879. O carvão era o combustível de navios a vapor, em escala nas rotas transatlânticas. Depois de criada uma secção do Liceu Gil Eanes na Cidade da Praia, em 1955, a funcionar em espaço alugado, a mesma evoluiu para Liceu Nacional, em 1960, com instalações próprias – chamou-se Liceu da Praia, dois anos depois, Liceu Adriano Moreira. Na Praia, também tinha passado a funcionar, alguns anos antes, o Seminário S. José.

Na segunda metade do século XX, materializou-se uma verdadeira rede do ensino primário espalhada pelas ilhas, antecedendo o maior desenvolvimento na área da educação, após a Independência Nacional em 1975.

Novas dinâmicas culturais e urbanas. O papel da Igreja

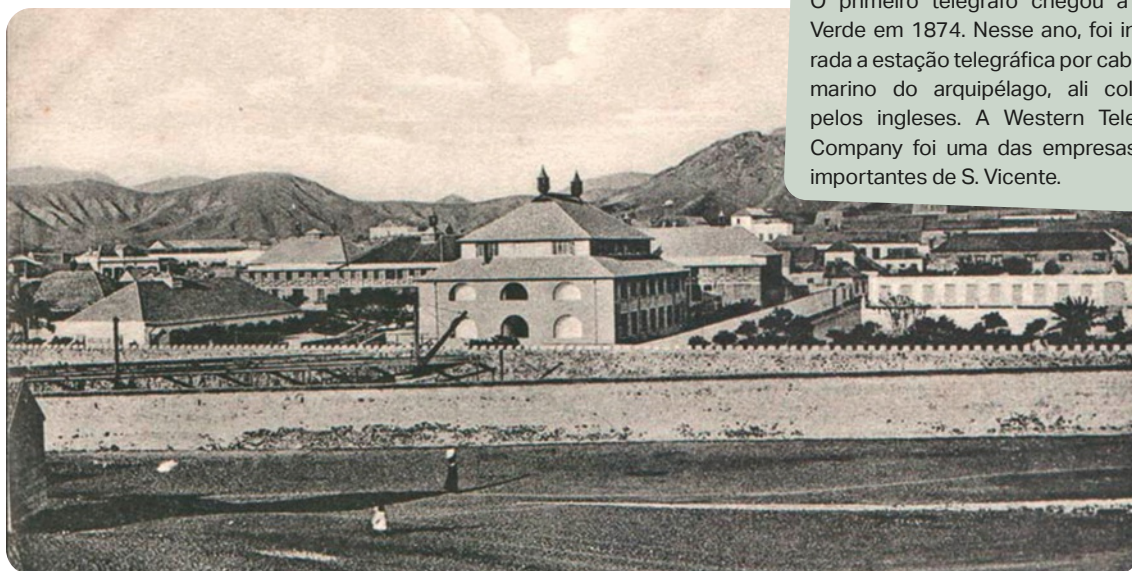
A frequência da escola por parte dos cabo-verdianos, um pouco mais generalizada a partir do século XIX, contribuiu para a vitalidade cultural local. A Igreja teve aqui um papel de realce, sendo responsável por instituições educativas que tiveram importância na formação de elites eruditas.

Conceitos

- Dinâmicas urbanas
- Espírito nacionalista



Fig. 27 Cartaz comemorativo dos 150 anos do seminário-liceu, em São Nicolau.



O primeiro telégrafo chegou a Cabo Verde em 1874. Nesse ano, foi inaugurada a estação telegráfica por cabo submarino do arquipélago, ali colocada pelos ingleses. A Western Telegraph Company foi uma das empresas mais importantes de S. Vicente.

Uma geração de intelectuais afirmou-se logo aí, estando na génese de um movimento cultural de **espírito nacionalista** que valorizava e destacava o crioulo, que defendia uma particular identidade coletiva cabo-verdiana, que rejeitava a emigração como a única solução para os problemas locais. Temas como a saudade, a seca, a fome, as dificuldades quotidianas tornaram-se recorrentes nas produções literárias e artísticas da época.

Na verdade, foi também este um movimento autonomista, génese, ainda que longínquo, de um posterior, e mais reconhecido, movimento nacionalista rumo à independência.

Das fontes às respostas

- 1 Menciona mudanças educativas ocorridas no século XIX, em Cabo Verde. (fig. 23)
- 2 Explica o dinamismo da educação, no século XX, em Cabo Verde.
- 3 Que papel assumiram os intelectuais na sociedade de Cabo Verde?
- 4 Num trabalho de grupo, compara as dinâmicas urbanas de Praia e Mindelo, realçando seus percursos, até à elevação ao estatuto de cidade. Alternativamente, poderá optar por fazer o mesmo trabalho, descrevendo a evolução urbana de um dos lugares com estatuto de cidade, na ilha onde nasceu.

A África no século XIX antes e depois da corrida maciça dos europeus ao continente

O que foi o imperialismo europeu (em África)?

O que mudou e o que se manteve, em África, com a presença europeia?

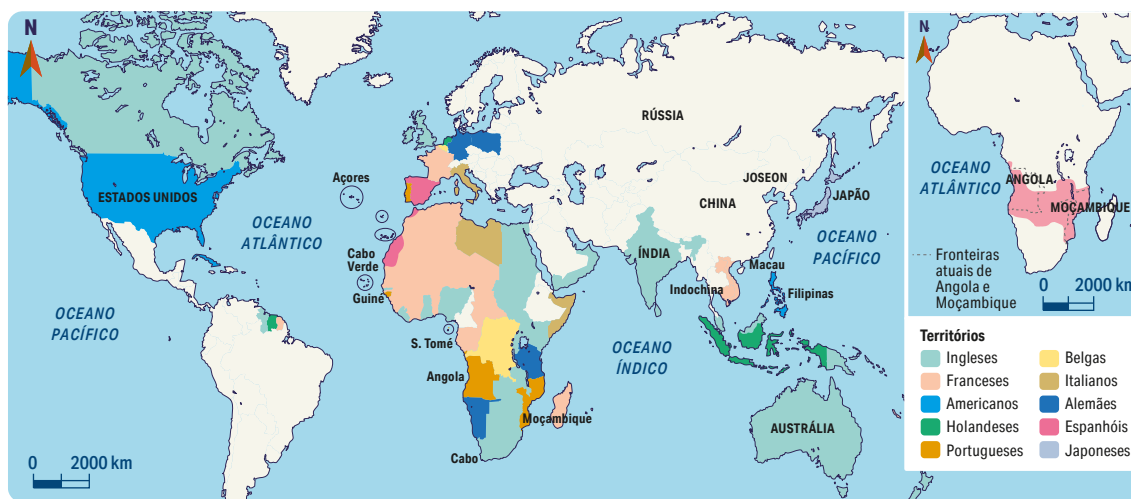


Fig. 28 Impérios coloniais no (final do) século XIX.

Raças superiores! Raças inferiores! Por mim, rebato totalmente essa ideia [...]. Não, não há qualquer direito das nações ditas superiores em relação às nações ditas inferiores. Não tentemos disfarçar a diferença sob o nome hipócrita de civilização.

G. Clemenceau, *Discurso na Câmara dos Deputados*, Paris, 30 julho, 1885



Fig. 29 Perspetivas diferentes em relação ao imperialismo: a crítica e a caricatura americana "O fardo do homem branco" (1899).

Embora as formas de governo das diferentes potências coloniais variassem, nenhuma delas, de um modo geral, se esforçou pelo desenvolvimento das colónias. A sua preocupação era explorá-las enquanto fonte de matérias-primas e como mercado para os seus produtos. Os africanos não tinham nenhum poder de decisão. Os europeus estabeleciam-se nas zonas mais férteis do continente, expulsando, em muitos casos, os seus habitantes das melhores terras.

Adam Hart-Davis, *História*, DK, 2088

Fig. 30 A ação colonizadora.

Do colonialismo ao imperialismo europeu

Desde o século XVII, os países europeus disputavam as áreas coloniais. Estas eram fornecedoras de inúmeras matérias-primas e de produtos exóticos vendidos a baixos preços, além de se tornarem mercados consumidores para onde se escoavam os bens, produzidos cada vez em maior número pela Revolução Industrial.

Tais áreas sob domínio exclusivo do sistema colonial, ou seja, as metrópoles exploravam economicamente os recursos e mercados das colônias sem temer a concorrência de outros países, que aí não podiam fazer negócio.

Com o avançar do tempo, este colonialismo europeu assumiu a forma de **imperialismo**, isto é, os países industrializados dominaram territorial, cultural e economicamente várias regiões, por exemplo, em África.

No século XIX, assistiu-se, então, ao domínio do comércio mundial por parte das potências industriais, reforçando-se a competição entre os grandes impérios coloniais, bem como a subjugação de uma parte do Mundo em relação à outra.

Conceitos

- Conferência de Berlim
- Imperialismo
- Partilha de África



Fig. 31 Captura do colonizador britânico Cecil Rhodes, que pretendia ligar o Cairo ao Cabo por via de uma linha férrea (Revista Punch, 1892).

África, no século XIX, ao dispor dos europeus



Fig. 32 Nações invasoras.

O século XIX marcou a mudança na História de África, uma vez que os europeus não só reforçaram aí a sua posição nas dinâmicas comerciais mundiais, mas quiseram também intervir na vida social e política das populações africanas.

As conquistas dos europeus naquele continente beneficiaram de um conhecimento prévio que os missionários e exploradores permitiram e, sobretudo, da disponibilidade de armamento mais eficiente. Também os conflitos africanos internos foram fatores que ajudaram no processo de domínio colonialista, quando alguns territórios colaboraram com os invasores.

Na **Conferência de Berlim**, realizada nos anos de 1884 e 1885, os países europeus definiram o princípio da ocupação efetiva dos territórios africanos, traçando as fronteiras das suas colónias e, assim, concretizando a “partilha de África”.

No entanto, a resistência ao invasor foi contínua, diferindo em intensidade. Importa reconhecer que os exércitos europeus sofreram muitas derrotas, das quais são exemplo a inglesa, na Batalha de Isandlwana, em 1879 (hoje, África do Sul). Aos portugueses foi muito difícil subjugar os povos do Cuamato e do Cuanhama, que habitavam a região da hoje província do Cunene, em Angola. O mesmo aconteceu com franceses e outras nações invasoras.

Assim, compreende-se melhor que a influência europeia não terá sido totalmente transformadora. Com o processo de colonização do século XIX (e XX) não desapareceram grande parte das tradições africanas, nem dos seus sistemas políticos ou redes comerciais internas. As relações sociais e económicas e, ainda, o sistema de produção agrícola já existente e tão relevante para o contexto local, embora com algumas transformações, não foram, de forma alguma, eliminados.

Das fontes às respostas

- 1 Explica em que consistia o exclusivo colonial. (fig. 28 e 29)
- 2 “*Raças superiores! Raças inferiores*” (fig. 30). Parece-te que esta ideia fez/ faz sentido? Justifica.
- 3 Da tua observação, consideras que este sistema racial se mantém? Explica a tua resposta.
- 4 Na figura 19, consegues ver dois conjuntos diferentes de pessoas e rochas. O que pretende a caricatura colocar em contraste? Na tua perspetiva, qual dos conjuntos poderá estar mais de acordo com o processo histórico que estudaste?



Vídeo
As potências coloniais e a hegemonia europeia



Para consolidar saberes

1 Liga os elementos das duas colunas.

Coluna A

- i) Inglaterra
- ii) EUA
- iii) Alemanha
- iv) Japão

Coluna B

- a) Indústria de produtos químicos
- b) Recurso à mão de obra imigrante
- c) Apoio do Imperador ao processo de industrialização
- d) País pioneiro na industrialização

i)

ii)

iii)

iv)

2 Indica dois meios de transporte que se desenvolveram ao longo do século XIX, na Europa.

3 Sublinha a palavra ou expressão (a **negrito**) mais adequada em cada frase.

- a) De acordo com o liberalismo **económico/político**, o Estado não interfere na economia de um país.
- b) **A banca / O Estado** adquire maior relevância no capitalismo financeiro pela concessão de empréstimos, por exemplo.
- c) Nesta dinâmica económico-financeira, um governo pode também solicitar **uma dispensa / um empréstimo** à banca.

4 Regista duas razões para o aumento populacional mundial na segunda metade do século XIX.

Para consolidar saberes

5 Associa a cada frase um **B** de burguesia ou um **O** de operariado.

- a) Maior importância social.
- b) Falta de habitação digna.
- c) Tinha como valor a poupança.
- d) Integrava os profissionais liberais.
- e) Horários de trabalho excessivos.
- f) Protagonistas de ações sindicais.

6 Define socialismo.

6.1. Pesquisa sobre o que foi chamado “Socialismo Africano” e descobre quem foram os seus principais mentores.

7 Refere uma vantagem e uma desvantagem do desenvolvimento científico verificado no final do século XIX.

8 Escolhe a alínea cujas palavras completam corretamente o texto.

Na arquitetura do ferro, usaram-se materiais como o; na pintura, os artistas do exploraram a luz e a cor; o romantismo fez sobressair o; o centrou-se no quotidiano das pessoas comuns.

- a) betão; realismo; nacionalismo; impressionismo
- b) ferro; impressionismo; real; romantismo
- c) vidro; impressionismo; nacionalismo; realismo

9 Clarifica as consequências decorrentes da abertura de diversas escolas (primárias e secundárias), algumas de cariz religioso, em Cabo Verde, no século XIX.

Para consolidar saberes

- 10** Esclarece a importância da cidade de Mindelo no século XIX.
- 11** Indica se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as frases. Corrige as falsas.
 - a)** Nas colónias europeias vigorava o exclusivo colonial.
 - b)** O colonialismo, em África, desapareceu no século XIX.
 - c)** Os africanos sempre mostraram, internamente, particular união contra os colonos.
 - d)** Os europeus conquistaram com muita facilidade o continente africano.
 - e)** Algumas tradições africanas mantiveram-se, mesmo com a presença dos europeus.
- 12** Fundamenta a tua opinião sobre o imperialismo europeu do século XIX, com profundos impactos no continente africano.

11



1920

1.ª Guerra Mundial

1940

2.ª Guerra Mundial

1960

1956
Formação do PAIGC

1960
Ano de África

1963
Início da guerra
na Guiné-Bissau


1980

1973
Assassinato de
Amílcar Cabral

1975
Independência
de Cabo Verde

2000

**Consolidação
da democracia
cabo-verdiana**



História da Idade Contemporânea (do século XVIII aos nossos dias)

Unidade XI

O século XX e o Mundo envolvido em dois grandes conflitos mundiais: 1.^a Guerra Mundial (1914-18) e 2.^a Guerra Mundial (1939-45)

- Diferenças entre as duas Grandes Guerras Mundiais: causas e consequências
- Cabo Verde no contexto do despertar nacionalista africano, após a 2.^a Guerra Mundial
- A luta de libertação nacional e seus protagonistas
- A independência nacional, construção do Estado e democratização

Diferenças entre as duas Grandes Guerras Mundiais: causas e consequências

Que razões estão na origem das duas Guerras Mundiais?

Que consequências teve cada um desses conflitos?

As potências europeias caminhavam lentamente para a guerra. Para alarme da Alemanha, o orçamento da marinha britânica para 1914 era o mais alto de sempre, [...] Francisco Fernando estava em Sarajevo, capital da província anexada à Bósnia. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Sérvia tinha-o avisado de que a visita era imprudente, dada a agitação pró-Sérvia em Sarajevo, mas ele decidiu ir, levando consigo a mulher. No dia 28 de julho, quando atravessavam a cidade de automóvel, um estudante sérvio, Gavrilo Princip, matou-os a tiro [...]. Quando soube da notícia, o kaiser [imperador austro-húngaro] anotou à margem de um telegrama do seu embaixador em Viena: “É preciso acabar com os sérvios, e depressa!” [...].

A atitude da Alemanha em relação à Áustria era crucial. No dia 4 de julho o embaixador alemão em Viena disse [...] que a Alemanha apoiaria a Áustria-Hungria “contra ventos e marés”.

Martin Gilberto, *História do século XX*, vol. 1, Publicações Dom Quixote, 2009

Fig. 1 Antecedentes da 1.ª Guerra Mundial

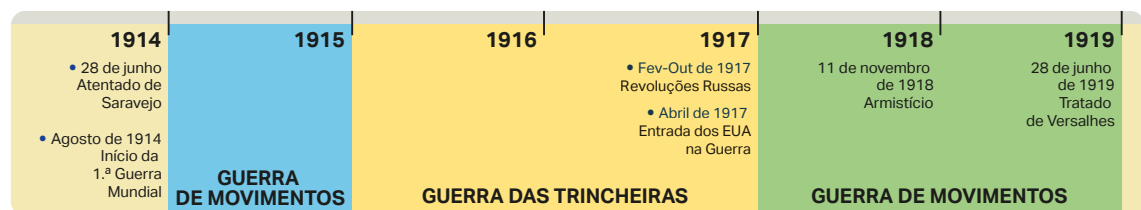


Fig. 2 Fases do conflito.

A 8 de agosto, uma ofensiva britânica com tanques, em Amiens, e no Sul os ataques americanos e franceses fizeram retroceder as tropas alemãs até à Bélgica. A Bulgária, aliada alemã, pediu a paz em finais de setembro [...]. Tanto o Império Austro-Húngaro como o Otomano assinaram o armistício com os Aliados. Na Alemanha, a falta de alimentos e de combustível colapsou o país. [...] O Kaiser Guilherme II abdicou e o novo Governo aceitou os termos do armistício.

Adam Hart-Davis, *História*, 2008, Pearson

Ela [a guerra] significou três anos perdidos da minha vida.

Walter Hare, prisioneiro de guerra

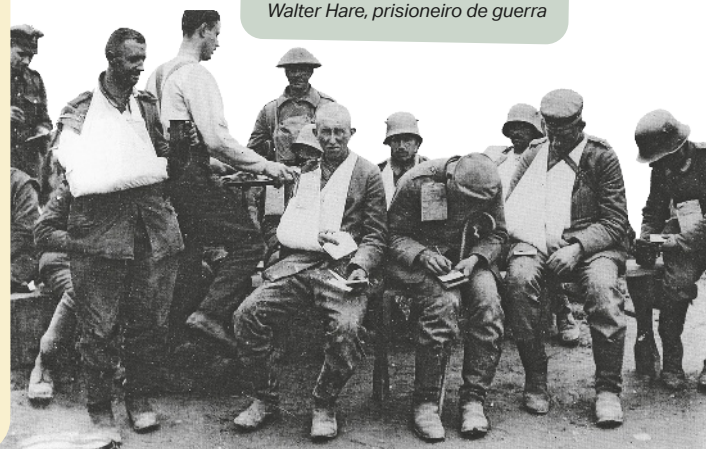


Fig. 3 O armistício assinado em 1918.

Fig. 4 Soldados feridos na 1.ª Guerra Mundial.



1.ª Guerra Mundial: causas

No final do século XIX, aumentou a rivalidade económica entre os países europeus, do mesmo modo que se intensificaram as disputas pela posse de territórios e os nacionalismos.

A **paz armada** tornou-se numa realidade na Europa, com o reforço dos exércitos e armamentos de cada país e, ainda, com a formação de alianças políticas e militares.

Quando, em 1914, em Sarajevo, o arquiduque Francisco Fernando (herdeiro do trono austro-húngaro) foi assassinado, por um sérvio, a Áustria-Hungria declarou **guerra** à Sérvia e, ativando-se o sistema de alianças, multiplicaram-se as declarações de guerra entre os diferentes países.

Foi o início da 1.ª Guerra Mundial, que se prolongaria até 1918. Nessa data, já depois de uma guerra de trincheiras e da efetiva mundialização do conflito (por exemplo, com a participação japonesa, turca-otomana ou americana), os Aliados (a Entente Cordial), já com o decisivo apoio das tropas dos EUA, lançaram a ofensiva final e a Tríplice Aliança foi obrigada a assinar o armistício. Os Otomanos só o assinariam o acordo final em 1920, Tratado de Sévres, depois de a sua capital ter sido ocupada.

Conceitos

- Paz armada
- Guerra
- ONU
- Direitos Humanos
- Comunismo

Consequências da 1.ª Guerra Mundial

Desde logo, o mapa político europeu alterou-se e o modo de vida das populações também sofreu mudanças. Como principais consequências do conflito, podem apontar-se:

- milhões de perdas humanas, de feridos e de inválidos;
- destruição de casas, campos, cidades/aldeias completas;
- falta de bens alimentares (fome), racionamentos, subida de preços, aumento da inflação;
- fugas por razões de insegurança e aumento do número de refugiados;
- entrada da mulher no mundo do trabalho; reforço da sua luta pelo direito ao voto; emancipação feminina;
- perda da hegemonia económica da Europa a favor dos EUA.

- **Crescimento das classes médias e afirmação da sociedade de consumo**
- **Mass media e cultura de massas**
- **“Loucos Anos 20”: atitude de euforia e divertimento**
- **Arte inovadora e provocatória; romper com o passado**

Em 1919, foi criada a Sociedade das Nações (SDN), um organismo que tinha como objetivos: manter a paz e a segurança; promover a cooperação económica e social entre os países-membros; proteger as minorias nacionais.

Apesar de tudo, a mesma não viria a ser bem-sucedida e em 1939 estalaria novo conflito mundial.

2.ª Guerra Mundial: causas

Já após a criação da Sociedade das Nações, a crise económica e o avanço do fascismo, por volta de 1920, puseram em causa a paz mundial, assim como a democracia.

Crise económica

Período, após o colapso da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, marcado pela falência de empresas, pelo elevado desemprego, pela diminuição do consumo e pelos baixos investimentos.

Desrespeitando o Tratado de Versalhes, Hitler, que toma o poder em 1933, na Alemanha, adotou uma política de militarização para impor o domínio da "raça ariana" em vários territórios conquistados. Itália e Japão também evidenciaram as suas intenções imperialistas e os três países formaram uma aliança, o Eixo, avançando com a ocupação territorial.

Inglaterra e França, países democráticos, avisaram Hitler sobre as consequências de novas invasões: os Aliados declarariam guerra à Alemanha. Tal aconteceria mesmo, em 1939, quando as tropas alemãs ocuparam a Polónia. Tinha início a 2.ª Guerra Mundial.

Tratou-se, inicialmente, de uma guerra-relâmpago, avançando as tropas do Eixo com grande rapidez e dominando parte significativa da Europa. Tanto em Inglaterra (com Churchill e certo apoio dos EUA), como em França (devido à Resistência Francesa), o avanço alemão foi controlado e impedido. A posição da União Soviética mudou quando, rompendo o pacto estabelecido com Estaline, Hitler atacou o território. O conflito

Adolf Hitler

Führer da Alemanha nazi entre 1934 e 1945. Um dos principais instigadores da 2.ª Guerra Mundial e responsável pelo Holocausto.

ainda mais se mundializou quando as colónias alemãs e italianas combatiam contra as colónias inglesas, além de que EUA e Japão entraram na guerra.

Consequências da 2.ª Guerra Mundial

A partir de 1943, os Aliados avançaram apoiados pelo poder militar americano e as derrotas do Eixo começaram a multiplicar-se. No ano seguinte, o desembarque das tropas aliadas na Normandia caracterizou o Dia D, o início da derrota alemã.

Em 1945, a Alemanha perde a guerra, já depois de Hitler se suicidar. Os americanos lançaram duas bombas atómicas sobre o Japão, que se rendeu.

Terminava a 2.ª Guerra Mundial.



Interatividade
Organização das Nações Unidas

Vídeo
A 2.ª Guerra Mundial: a eclosão do conflito



Fig. 5 O direito ao voto conquistado pelas mulheres.

Como consequências deste conflito, podem referir-se:

- vitória das democracias face aos autoritarismos; embora temendo a ameaça comunista, os aliados nunca depuseram os regimes ditatoriais fascizantes em Espanha e Portugal;
- devastação de diversos territórios;
- falta de alimentos e racionamento de bens essenciais;
- milhões de mortos devido ao racismo nazi, à violência japonesa ou às bombas atómicas americanas;
- novo mapa político mundial, por exemplo, com a divisão da Alemanha em quatro zonas e a criação do Estado de Israel na Palestina;
- reafirmação da superioridade económica dos Estados Unidos da América e de definição de regras para relações comerciais e financeiras;
- criação da **ONU** (Organização das Nações Unidas) com objetivos como: manutenção da paz, cooperação entre os povos, respeito pelos **Direitos Humanos**.

Com a devastação económica e social na Europa, o Mundo observará o surgimento de uma Guerra Fria: EUA e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) crescem como as duas grandes potências, antagónicas a nível político e económico, com duas zonas de influência distintas.

Comunismo: ideologia política, económica e social marcada pela propriedade comum e pelo controlo estatal.

Capitalismo: sistema económico marcado pela iniciativa privada e pelo lucro permanente. Politicamente albergava sobretudo sistemas liberais democráticos. Mantiveram-se em Espanha e Portugal regimes autoritários, ultranacionalistas, com um forte apoio da Igreja Católica e das Forças Armadas.

Os regimes democráticos liberais revelaram-se incapazes de solucionar os grandes problemas socioeconómicos da época. O impacto da crise provocou então, em diversos países, um enfraquecimento das ideias liberais democráticas. Por outro lado, ampliavam-se e fortaleciam-se, dentro dos estados capitalistas, as atribuições do poder executivo [...]. Além da crise do capitalismo, [...] [um outro importante] fator promoveu o recuo do liberalismo, abrindo espaço ao avanço dos regimes totalitários em alguns países particularmente abraçados pela crise. Era o medo, alimentado pelas classes dominantes, da expansão dos movimentos socialistas, revigorados pelo exemplo da Revolução Soviética.

Gilberto Cotrim, *História e Consciência do mundo*, Ed. Saraiva, 1991

Fig. 6 A ascensão dos regimes totalitários.

**XI. O século XX e o Mundo envolvido em dois grandes conflitos mundiais:
1.ª Guerra Mundial (1914-18) e 2.ª Guerra Mundial (1939-45)**

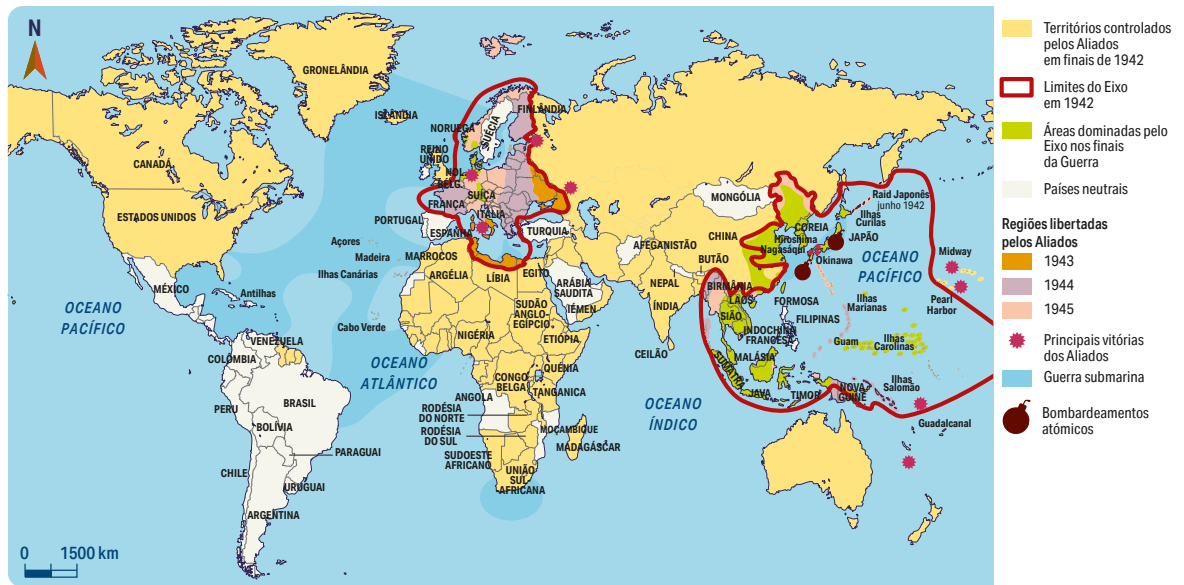


Fig. 7 O mundo durante a 2.ª Guerra Mundial.



Estima-se que cerca de 6 milhões de judeus terão morrido de fome, de exaustão, doentes, asfixiados em câmaras de gás nos campos de extermínio criados pelos nazis.

Fig. 8 Judeus num campo de extermínio nazi.

Nós, os povos das nações unidas, [estamos] resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à Humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas [...], e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

Preâmbulo da Carta das Nações Unidas, assinada a 26 de junho de 1945.

Fig. 9 Carta nas Nações Unidas, 1945.

Das fontes às respostas

- 1 Estabelece uma comparação entre os dois conflitos mundiais no que diz respeito a:
 - a) antecedentes;
 - b) mundialização da guerra;
 - c) consequências humanas, materiais e políticas;
 - d) aspetos particularmente diferenciadores.

Cabo Verde no contexto do despertar nacionalista africano, após a 2.ª Guerra Mundial

Qual o lugar das colónias em África depois da 2.ª Guerra Mundial?

Que movimentações se verificaram em Cabo Verde após o conflito?

A estratégia americana baseava-se em combater o poder russo e a disseminação do comunismo. Para o governo americano cada vez se tornava menos importante se as revoltas ou movimentos de independência tinham, ou não, o envolvimento direto da União Soviética. Desde que um movimento revolucionário estivesse, de alguma forma, ligado ao comunismo, era motivo de preocupação para os americanos. Também a União Soviética se esforçava por dominar o mundo. Estaline e os seus sucessores esforçaram-se por angariar aliados na Europa central e oriental, como também apoiaram movimentos de libertação de esquerda um pouco por toda a parte, especialmente quando eles defendiam tendências americanas.

The Cold World, in *The American Yawp*, disponível em <http://americanyawp.com/index.html> {trad. Dos autores}

Fig. 10 Descolonizações em tempo de Guerra Fria.

- 1) A sujeição dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeira constitui uma negação dos direitos fundamentais do Homem, contrários à Carta das Nações Unidas e comprometedores da causa da paz e da cooperação mundiais.
- 2) Todos os povos têm direito à livre-determinação; em virtude deste direito, eles determinam livremente o seu estatuto político e buscam livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

Resolução 1514 da ONU sobre a descolonização, 14 de dezembro de 1960

Fig. 11 O posicionamento da ONU.

O nacionalismo africano

O **nacionalismo africano** teve origem ainda no século XIX, com a ocupação efetiva do continente pelos europeus.

Os africanos, de forma geral, sempre recusaram, como vimos, esta situação e a sua resistência foi assumindo contornos variáveis: ausência de pagamento de impostos, greves, formação de movimentos independentistas. Inicialmente, tais ações eram espontâneas, individuais e facilmente controladas pelos povos colonizadores.



Fig. 12 Gana, primeiro Estado independente da África Subsariana.

Conceitos

- Nacionalismo africano
- Descolonização
- Movimentos de Libertação Nacional

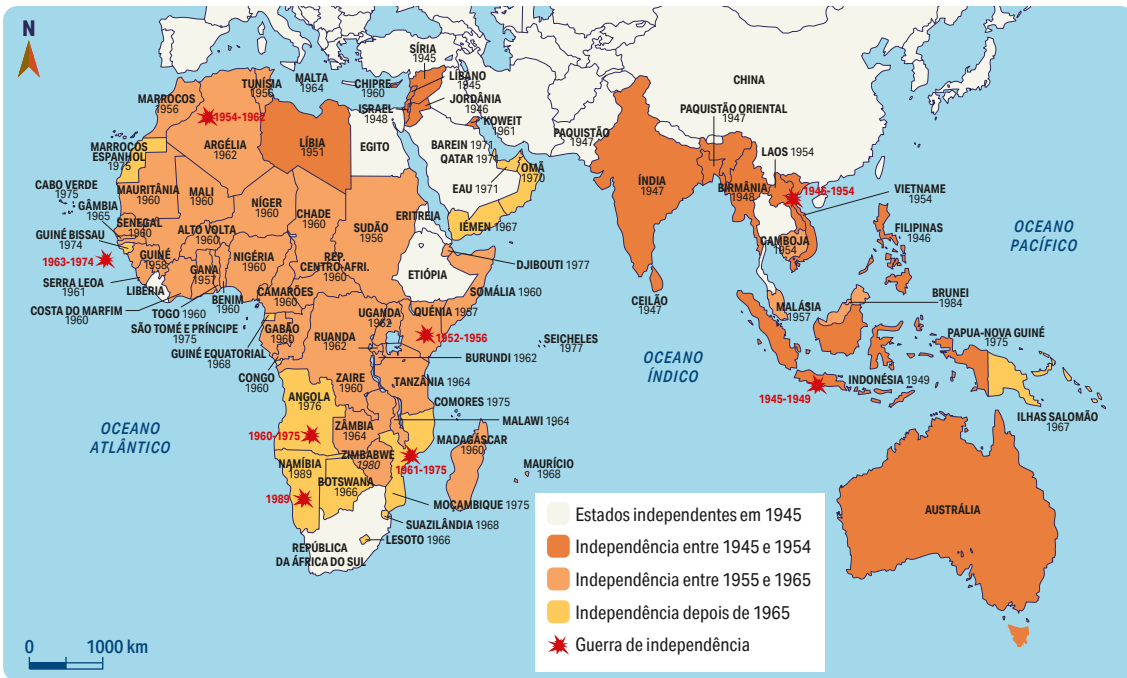


Fig. 13 A independência conquistada pelos diversos países em África e na Ásia.

Já no século XX, também após a participação africana nas duas grandes guerras mundiais apenas para satisfazer interesses colonialistas, aquele sentimento nacionalista foi aprofundado. Na verdade, os povos colonizados entenderam a injustiça associada à dominação estrangeira e iniciaram uma verdadeira luta pela **descolonização**.

Alguns africanos que haviam frequentado o Ensino Secundário e Universitário começaram, pois, a organizar-se em grupos políticos com intenções nacionalistas. Por exemplo, Amílcar Cabral é o nome que se destaca em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Assim como outros jovens estudantes das colónias africanas – Marcelino dos Santos (Moçambique), Alda Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) ou Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade (Angola), entre outros – frequentou a Casa dos Estudantes do Império (fundada em 1944 para fazer passar a ideologia do Estado Novo) e, aí, desenvolveu as suas ideias anticoloniais e contra o imperialismo português. Aqueles influenciaram outros e sucederam-se os movimentos culturais e religiosos, bem como as revoltas populares, ações sempre reprimidas pelos colonizadores europeus.

Esta ação descolonizadora foi ainda beneficiada pelo apoio concedido pelas duas novas potências mundiais: EUA e URSS. Ambas com interesses políticos e económicos. Por sua vez, a própria ONU seria apologista do reconhecimento da independência de todos os povos.



Fig. 14 Casa dos estudantes do Império, em Lisboa (fotografia da época).

XI. O século XX e o Mundo envolvido em dois grandes conflitos mundiais:
1.ª Guerra Mundial (1914-18) e 2.ª Guerra Mundial (1939-45)

A vaga descolonizadora, com início na Ásia, vai chegar, a partir dos anos 50 do século XX, à África Subsaariana. Os africanos começaram a recuperar o seu direito à autodeterminação, nomeadamente pela intervenção daquelas figuras (políticas) que sempre lutaram pelos direitos cívicos dos africanos.

1960 tornou-se no “Ano de África”, com reconhecida importância histórica, quando dezassete países africanos alcançaram a sua independência. Evidenciando uma real unidade africana, e de forma solidária, muitos deles apoiariam, depois, os **movimentos de libertação nacional**, como aquele que Amílcar Cabral encabeçou.



Fig. 15 Mural, na Zâmbia, com palavras a favor da autodeterminação africana (fotografia de Chiral Jon, s.d.).

Das fontes às respostas

- 1 O que entendes por “nacionalismo africano”? (fig. 11 e 12)
- 2 Relaciona a afirmação do nacionalismo africano com o contexto internacional após a 2.ª Guerra Mundial. (fig. 9 e 10)
- 3 Lista o nome de líderes africanos que se destacaram nas lutas pela independência.

A luta de libertação nacional e seus protagonistas

Que cabo-verdianos lideraram o movimento de libertação nacional?

Como se desenrolou a guerra do PAIGC contra os portugueses?

Onze milhões de africanos estão submetidos à dominação colonial portuguesa [...]. A sua situação é de servos no seu próprio país [...]. 99,7% da população africana de Angola, Guiné e Moçambique é considerada “não civilizada” pelas leis coloniais portuguesas e 0,3% considerada “assimilada”. Para que uma pessoa “não civilizada” obtenha o estatuto de “assimilada” tem de fazer prova de estabilidade económica, [...] viver à europeia, pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever corretamente o português. Se os portugueses tivessem de preencher estas condições, mais de 50% não teria o estatuto “civilizado”.

Amílcar Cabral (líder do movimento de independência da Guiné e Cabo Verde),
Obras Escolhidas, 1972

Fig. 16 O colonialismo português em África.

PINDJIGUITI

3 de Agosto 1959

Bissau desperta inquieta
do sono da véspera.

Sopra o vento de morte
no cais de Pindjiguiti!

E de repente
o clarão dos relâmpagos
o ribombar dos travões.

O meu povo morre
massacrado
No cais de Pindjiguiti!

Um clamor de vozes
ameaças e pragas
fulmina o espaço
num coro de impotência.

O meu povo morre massacrado
no cais de Pindjiguiti!

Vasco Cabral, *Antologia poética
da Guiné-Bissau*, 1990



Por Roel Coutinho - Roel Coutinho Guineá-Bissau and Senegal Photographs (1973 - 1974). CC BY-SA 4.0



Por NobleWyman - File:2008-11-13 - Apresentação Presidente Nino Vieira.jpg, CC BY-SA 2.0



JoeHawkins - Obra do próprio. CC BY-SA 4.0

Fig. 17 Figuras históricas do PAIGC: Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Nino Vieira e Titina Silá.

XI. O século XX e o Mundo envolvido em dois grandes conflitos mundiais:
1.ª Guerra Mundial (1914-18) e 2.ª Guerra Mundial (1939-45)



Por Roel Coutinho - Roel Coutinho Guinea-Bissau and Senegal Photographs (1973 - 1974), CC BY-SA 4.0

Fig. 18 Soldados do PAIGC na Guiné (1973).

Luta e libertação nacional: gênese O papel de Amílcar Cabral

Conceitos

- Independência
- Luta de libertação

Na senda das independências africanas, foi o mesmo Amílcar Cabral que, clandestinamente, formou o Partido Africano para a Independência (PAI), mais tarde Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC). Ao seu lado estiveram figuras como Aristides Pereira, Júlio de Almeida, Luís Cabral, Fernando Fortes, Elisée Turpin e Titina Sila. Todos eles com dois princípios maiores a seguir: a **independência** dos territórios e a eventual integração dos dois países. Além disso, aquele partido formado tornou-se responsável pela primeira greve de trabalhadores no país, em 1959, no porto de Pindjiguiti, que acabaria controlada pelos portugueses, mas que foi a “alvorada” da **luta de libertação**.

A guerra contra os portugueses travou-se na Guiné-Bissau, onde aqueles estrategas africanos se esconderam, pois dispunha de melhores condições para o combate, que se iniciou em 1963. Ao contrário do que acontecera noutros países africanos, aqui assistiu-se à luta armada entre colonizadores e colonizados, sobretudo pela resistência portuguesa no reconhecimento da independência daqueles territórios e pelas ações violentas contra a população local.

O PAIGC foi, progressivamente, aumentando o território controlado – difundindo a ideologia socialista e anticolonial – e recebeu apoios internacionais, nomeadamente de partidos de esquerda e de alguma da democracia-cristã da Europa, como a italiana, da própria Santa Sé, da ONU e, embora com cautela, também da Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia.

Amílcar Cabral foi assassinado em janeiro de 1973, muito provavelmente por elementos opositores dentro do próprio PAIGC, impulsionados pela polícia política portuguesa (nesta altura PIDE-DGS), no mesmo ano em que o PAIGC declarou, unilateralmente, em Medina de Boé, no sul, a independência da Guiné-Bissau. Nesse mesmo ano, Luís Cabral seria eleito Presidente do Conselho de Estado.



Fig. 19
Localização de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

Com a Revolução dos Cravos, a 25 de abril 1974, a ditadura terminou em Portugal. O governo provisório reconheceu a independência da Guiné e assinou um acordo com o PAIGC para a formação de um governo de transição em Cabo Verde, até às eleições para a Assembleia Nacional.

Iniciava-se um processo de democratização, que havia de se prolongar ao longo do tempo, no sentido de se garantir a sua vitalidade e continuidade até aos dias que correm.

Das fontes às respostas

- 1 Apresenta as intenções de Amílcar Cabral e seus companheiros subjacentes à formação do PAIGC. (fig. 17)
- 2 Aponta as razões para a luta armada travada entre portugueses e guineenses e cabo-verdianos.
- 3 Comenta o poema de Vasco Cabral, posicionando-te em relação à guerra travada entre portugueses e cabo-verdianos.
- 4 Em trabalho individual, apresenta as atribuições do governo de transição para a independência de Cabo Verde.

A independência nacional, construção do Estado e democratização

Como foram os primeiros anos de independência cabo-verdiana?

Política e economicamente, como se organizou o país após 1990?

[...] A conquista da Independência de Cabo Verde é a vitória ímpar no evoluir da nossa existência, não só heróicas populações confinadas ao exíguo espaço da nossa insularidade, mas também para toda a Comunidade cabo-verdiana esparsa pela Europa, América, Ásia e Oceânia. Vitória para a África, Mãe Eterna, berço de Culturas e Civilizações milenares.

A República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau são duas flores nascidas do esforço e de sacrifícios comuns dos filhos da Guiné e de Cabo Verde, unidos no mesmo combate, sob a bandeira gloriosa do nosso Partido. Como os filhos de Cabo Verde, que na terra livre da Guiné-Bissau contribuem, como nacionais, para a construção do País, os filhos da Guiné-Bissau terão nesta terra mais uma Pátria, gozando dos mesmos direitos e sujeitando-se aos mesmos deveres que os cidadãos livres da República de Cabo Verde. E o dia não vem longe em que as duas nações irmãs, associadas numa união fraterna – dois corpos e um só coração – constituirão a bela

realidade que o melhor filho do nosso Povo, Amílcar Cabral sonhou e fez consagrar no Programa Maior do nosso Partido. [...]

Texto da Proclamação da Independência Nacional de Cabo Verde, 1975



Fig. 21 Cartaz comemorativo do dia da independência, 2016.

Fig. 20 Discurso do Presidente da Assembleia Nacional, Abílio Duarte, aquando da Proclamação da Independência de Cabo Verde.

Os primeiros tempos de independência

A 5 de julho de 1975, Cabo Verde tornou-se num país independente. Aristides Pereira assumiu o cargo de Presidente da República e Pedro Pires o de primeiro-ministro, instalando-se um regime parlamentar de partido único no país.

Cinco anos depois, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), com um golpe de Estado, põe fim à presidência de Luís Cabral, na Guiné-Bissau, fazendo fracassar o plano de unificação política de Cabo Verde e da Guiné. Vieira (antigo chefe militar aquando a guerra da libertação) acusava os cabo-verdianos de supremacia administrativa no partido, enquanto Aristides Pereira também o acusava de atos racistas.

Conceitos

- Alternância partidária

Assim sendo, o partido cabo-verdiano desligou-se desde 1980 do partido no poder na Guiné (e que manteve até hoje nesse país a sigla PAIGC) e passou a denominar-se Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). A partir de então, com uma matriz pragmática, o governo adotou uma política económica intervencionista, investindo no setor público, mas não descartando o setor privado. Mais ainda, o dinamismo do país ficou a dever-se, na época, às remessas dos emigrantes e à ajuda externa. Foram lançadas as bases da construção do Estado em Cabo Verde, que consistiram na satisfação das necessidades básicas da população, afastando as situações de fome vividas no passado. Viabilizou-se, assim, um país independente de forma irreversível e iniciaram-se os esforços de desenvolvimento, com resultados reconhecidos internacionalmente, sobretudo ao nível dos indicadores de desenvolvimento humano, persistindo, porém, vários desafios.

[...] Desde então, periodicamente e nos termos constitucionais, realizaram-se já várias eleições, tanto presidenciais, como legislativas e autárquicas, tendo havido várias alternâncias no Poder, tanto a nível nacional como a nível autárquico! E, assim, se construiu (e se vai construindo) o Estado Independente e Soberano, e se fez (e se vai fazendo) a plena Democratização do Poder, em Cabo Verde...

Almada, David Hopffer (2020).
A construção do Estado e a democratização do poder em Cabo Verde. Cabo Verde: Livraria Pedro Cardoso, p.121

Fig. 22 Marcas de democratização.

Evolução política após 1990

Em 1991, já com a queda do Muro de Berlim e com o fim da Guerra Fria, as eleições presidenciais e legislativas, em Cabo Verde, foram plurais e, curiosamente, saiu vencedor o novo partido, fundado em 1990 - Movimento para a Democracia (MPD), tendo à frente o jurista e advogado Carlos Veiga. Este veio a ser o primeiro-ministro de Cabo Verde, de 1991 a 2001, quando o país teve António Mascarenhas Monteiro como seu primeiro Presidente da República, eleito democraticamente.

Num **sistema semi-presidencialista**, o poder executivo é partilhado entre o presidente e o governo.

Cabo Verde assumiu a sua africanidade ao integrar a União Africana (UA), mantém uma relação estreita com a União Europeia, desde 2007, e faz parte, por razões históricas e de amizade, dos PALOP e da CPLP.

O PAICV assumiu o lugar na oposição parlamentar. O país tinha, agora, um sistema político democrata, **semi-presidencialista**, com um sistema político de multipartidarismo, consagrado na Constituição, uma nova bandeira, um novo emblema e um novo hino. Economicamente, o governo optou pela privatização do setor público, pela liberalização das atividades, pela inserção de Cabo Verde na economia mundial e pela promoção do turismo. Tal ação favoreceu, de facto, o desenvolvimento económico e social do país, já apartado da lista dos países menos desenvolvidos do Mundo.

XI. O século XX e o Mundo envolvido em dois grandes conflitos mundiais:
1.ª Guerra Mundial (1914-18) e 2.ª Guerra Mundial (1939-45)

A democracia cabo-verdiana estabilizou-se: o poder encontra-se dividido entre os diferentes órgãos administrativos e o sistema judicial funciona em pleno. Em 2001, por exemplo, o PAICV voltou a vencer as eleições legislativas, reforçando a ideia de **alternância partidária**.

Das fontes às respostas

- 1 Explica, com palavras tuas, a importância da independência alcançada por Cabo Verde em 1975. (fig. 20)
- 2 Evidencia a vivência política democrática a que se tem assistido em Cabo Verde, sobretudo desde a década de 90 do século XX. (fig. 22)
- 3 Explica o que foram as bases da construção do Estado em Cabo Verde logo após a Independência Nacional. (fig. 22)
- 4 Caracteriza a evolução política em Cabo Verde antes e depois de 1991. (fig. 19 e 22)
- 5 Organiza, com os teus colegas e professor/a, uma palestra sobre a independência e a democratização de Cabo Verde.

Para consolidar saberes

- 1 Localiza, no tempo, as duas grandes guerras mundiais.
- 2 Sobre a 1.^a Guerra Mundial, completa a informação.
 - a) Razão imediata para o seu início.
 - b) As alianças formadas.
 - c) Duas consequências do conflito.
- 3 ***Pode afirmar-se que, durante a 1.^a Guerra Mundial, as mulheres ganharam algum protagonismo social. Consideras que, atualmente, está consolidada a igualdade de género? Justifica.***
- 4 Sobre a 2.^a Guerra Mundial, completa a informação.
 - a) Nova aliança formada.
 - b) Dois exemplos da mundialização do conflito.
- 5 ***O que foi o Holocausto?*** Responde, posicionando-te em relação a este facto histórico.
- 6 Indica se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as frases. Corrige as falsas.
 - a) O nacionalismo africano nasceu no século XX, após as duas guerras mundiais.
 - b) Ao longo do tempo, apareceram movimentos políticos independentistas em África.
 - c) 1950 é o "Ano de África" pelo número de países independentes surgidos.
 - d) A ONU condicionou o direito à autodeterminação no continente africano.
- 7 Clarifica o papel de Amílcar Cabral e do PAIGC na luta pela independência de Cabo Verde.
- 8 ***Depois da independência, nas décadas de 80 e 90, a democracia cabo-verdiana foi capaz de se consolidar.*** Explica o sentido da frase.

Para resumir conceitos e ideias

Idade Contemporânea (1789 – atualidade)

Iluminismo (século XVIII)

- (inspiração para) Revoluções Liberais (EUA, França, América Latina, ...)
- Parlamentarismo inglês
- (base para) Revoltas populares cabo-verdianas

Revolução Industrial (século XIX)

- Desenvolvimento dos transportes
 - Capitalismo comercial e financeiro (a partir do liberalismo económico)
 - Ascensão da burguesia, aparecimento das classes médias e surgimento do operariado
 - Ideias Socialistas (comunismo, socialismo democrático)
 - Imperialismo europeu
 - Nacionalismo africano
 - valorização do ensino
 - dinamização urbana e cultural
- } Cabo Verde

Conflitos mundiais (século XX)

- 1.ª e 2.ª Guerras Mundiais
- Mortes; destruição; mudanças políticas, sociais e culturais
- Guerra Fria
- (re)Afirmação do nacionalismo africano
 - Ano de África (1960)
 - Guerra na Guiné (contra os portugueses)
 - Independência de Cabo Verde (1975)
 - Consolidação da democracia cabo-verdiana

Século XXI em curso...



Carta Náutica

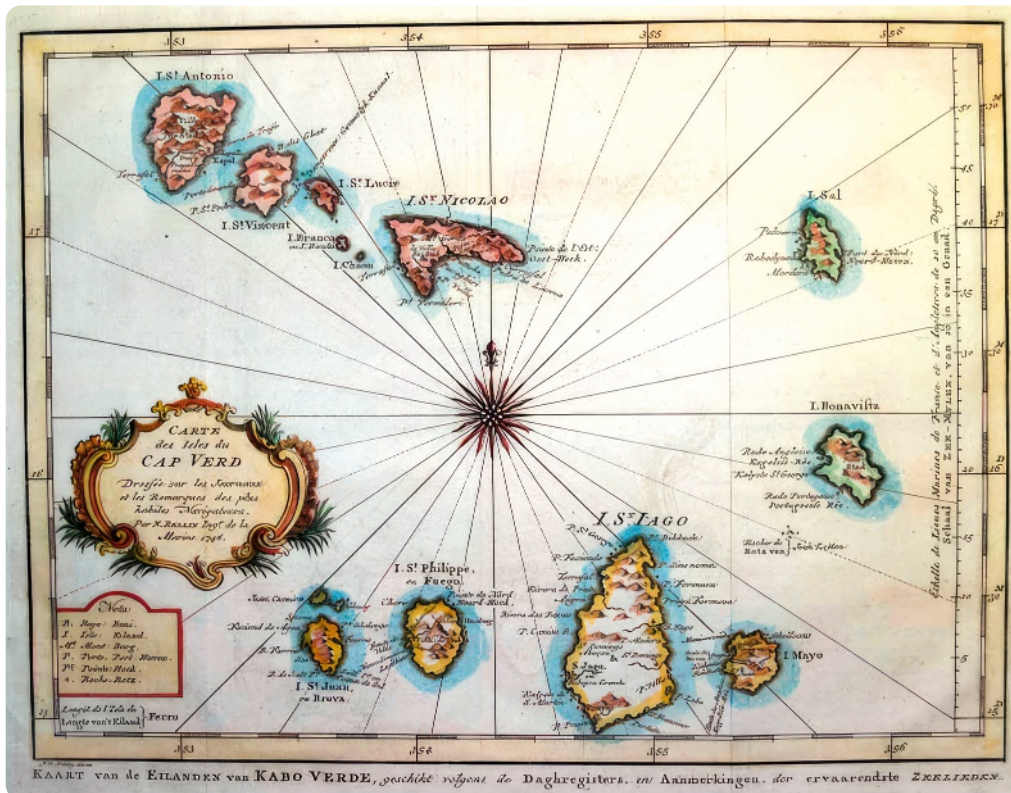


Fig. 1 Carta náutica da autoria de Jaques-Nicolas Bellin, 1757.

Na iluzão di vida
 Ma preto ma branco
 Um conchê mundo inter ma port
 Ta busca progresso
 Ta cumpri um destino
 Nes mundo cigano ki Deus dam

Ma um ta sinti feliz
 De ter nascido Cabo Verdiano
 Ma um ta sinti feliz
 De ter nascido Cabo Verdiano
 Ma um ta sinti feliz
 De ter nascido Cabo Verdiano

Biografia dum criol, de Manuel D'Novas

Referências bibliográficas

Adu Boahen, Albert (Ed.) (2010). *História Geral da África – África sob dominação colonial, 1880-1935* (vol. VII). Brasília: UNESCO.

Almada, David Hopffer (2020). *A construção do Estado e a democratização do poder em Cabo Verde*. Praia: Livraria Pedro Cardoso.

Castel, Antoni (2020). *Cabo Verde – Historia, Identidad y Cultura*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

Ferreira, Lígia (1997). *Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Aberta.

Mazrui, Ali & Wondji, Christophe (Eds.) (2010). *História Geral da África – África desde 1935* (vol. VIII). Brasília: UNESCO.

Santos, Maria Emília (Coord.) (2007). *História concisa de Cabo Verde*. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Investigação e do Património Culturais.

Wells, Herbert (2003). *Uma breve História do Mundo*. Lisboa: Edições Século XXI.

<http://www.caboverde-info.com/>

Notas

A large, vertically oriented rounded rectangle with a yellow border. Inside the rectangle, there are approximately 30 horizontal dotted lines spaced evenly down the page, providing a guide for writing notes.

Notas

A large, rounded rectangular box with a yellow border, designed for taking notes. The interior of the box is filled with horizontal dotted lines, providing a guide for writing. The box is positioned centrally on the page, below the 'Notas' header.

História 9.º ano

Criação Intelectual

Ana Isabel Moreira
Pedro Duarte

Revisão científica

Universidade
de Cabo Verde

Design

Porto Editora

Créditos fotográficos

Shutterstock.com
Porto Editora

Edição

2023

Cabo Verde



Brasão



Bandeira



Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!